

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

EDER BRUNO COUTO CURVELO

SISTEMA AGROALIMENTAR LOCALIZADO E DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO DA EXPERIÊNCIA DOS
PRODUTORES DE CACHAÇA DO MUNICÍPIO DE MORRETES - PR

MATINHOS

2019

EDER BRUNO COUTO CURVELO

SISTEMA AGROALIMENTAR LOCALIZADO E DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO DA EXPERIÊNCIA DOS
PRODUTORES DE CACHAÇA DO MUNICÍPIO DE MORRETES - PR

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável, da Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Territorial Sustentável.

Orientadora: Prof^{fa}. Dr^a Elaine Cristina de Oliveira Menezes

Co-orientador: Prof. Dr. Sandro Deretti

MATINHOS

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte
Biblioteca da Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral

C981i Curvelo, Eder Bruno Couto
 Sistema agroalimentar localizado e desenvolvimento territorial sustentável:
 um estudo da experiência dos produtores de cachaça do município de Morretes –
 PR / Eder Bruno Couto Curvelo ; orientadora Elaine Cristina de Oliveira Menezes. –
 2019.
 163 f.

 Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral,
 Matinhos/PR, 2019.

 1. Sistema agroalimentar localizado. 2. Cachaça. 3. Morretes - PR. I.
 Dissertação (Mestrado) – Programa do Mestrado em Desenvolvimento Territorial
 Sustentável. II. Título.

CDD – 338.162



MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
SETOR LITORAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL SUSTENTÁVEL - 40001016081P3

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **EDER BRUNO COUTO CURVELO** intitulada: **SISTEMA AGROALIMENTAR LOCALIZADO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO DA EXPERIÊNCIA DOS PRODUTORES DE CACHAÇA DO MUNICÍPIO DE MORRETES - PR**, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua Aprovação no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

MATINHOS, 27 de Junho de 2019.

SANDRO VALDECIR DERETTI LEMES
Presidente da Banca Examinadora (UNESPAR)

VALDIR ROQUE DALLABRIDA
Avaliador Externo (UNC)

VALDIR FRIGO DENARDIN
Avaliador Interno (UFPR)

ELAINE CRISTINA DE OLIVEIRA MENEZES
Orientador - Avaliador Interno (UFPR)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus, que tem me dado forças em todos os momentos, inclusive quando tudo parecia não dar certo.

À minha querida orientadora, Profa. Dra. Elaine Cristina de Oliveira Menezes, pela ajuda, paciência, confiança e oportunidade de trabalhar ao seu lado.

Ao meu professor e co-orientador, Dr. Sandro Deretti, que me acompanha e aconselha desde a graduação, sem seu apoio esse sonho não seria possível.

À minha mãe, Luzia Couto, pelo carinho e dedicação, por me fazer lembrar todos os dias que sou capaz.

Aos meus amores, Cynthia e Junior, pelo carinho e afeto nos momentos que mais precisei.

Aos colegas e professores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável da Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral.

Por fim, agradeço aos produtores de cachaça de Morretes, a quem esse trabalho é dedicado, que prontamente me receberam em seus empreendimentos dedicando seu tempo para essa pesquisa.

Muito obrigado!

RESUMO

A cachaça de Morretes é um produto artesanal que sobrevive às mudanças atuais do contexto da sociedade moderna, sem perder suas características e seus traços culturais. Essa atividade é realizada desde o século XVII e caracteriza-se como uma importante atividade econômica para o Litoral do Paraná, especialmente para cidade de Morretes. A presente dissertação, teve como pano de fundo o conceito orientador do Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS), apoiado nas dimensões socioeconômica e sociocultural, mobilizando as abordagens teóricas do Sistema Agroalimentar Localizado (SIAL) (MUCHNIK, 2006; 2012). Para compreender as atividades dos produtores de cachaça de Morretes, foi necessário incorporar a dimensão da sustentabilidade, baseada no enfoque do ecodesenvolvimento (SACHS, 1986; 2007). O objetivo do estudo foi analisar a trajetória de evolução da produção de cachaça de Morretes, como têm se organizado esses produtores e quais têm sido os obstáculos à incorporação da dimensão socioambiental em tais práticas produtivas. A partir do modelo proposto por Vieira (2006), três questões centrais foram elaboradas, sendo elas desdobradas da questão principal, com a finalidade de fundamentar o procedimento de análise e responder questões estruturantes: i) Questão Descritiva – Em que contexto emerge a produção de cachaça de Morretes e quais os fatores condicionantes ao seu surgimento?; ii) Questão Explicativa – O segmento de produção de cachaça de Morretes pode ser considerado um SIAL, a partir dos pressupostos do modelo de Muchnik (2006; 2012) e do DTS?; iii) Questão Prospectiva – Quais os limites e potencialidades da produção de cachaça para que essa atividade seja considerada um SIAL promotor do DTS?. A pesquisa tem caráter empírico, pautada em uma abordagem predominantemente qualitativa. Foi um estudo exploratório-descritivo, utilizou-se de pesquisa bibliográfica, documental, estudo de campo com entrevistas presenciais (roteiro semiestruturado), entre setembro de 2018 a janeiro de 2019, junto a sete produtores de cachaça e quatro representantes de instituições de apoio do município de Morretes, entre eles um historiador. O estudo mostrou, através da análise dos dados, que os elementos que caracterizam um SIAL na produção de cachaça de Morretes são frágeis, sendo insuficientes para sua consolidação. Conclui-se que o setor (cachaça de Morretes) é uma aglomeração em que os recursos específicos foram parcialmente ativados. Para promover o DTS, é preciso que os atores locais fortaleçam seus vínculos e trabalhem em busca de uma estratégia coletiva, que beneficie todos os engenhos de cachaça da região. Sendo assim, a participação do poder público e das instituições de fomento é fundamental, principalmente na formulação de políticas públicas efetivas, que favoreçam essa importante atividade regional.

Palavras-chave: Desenvolvimento Territorial Sustentável. Sistema Agroalimentar Localizado. Morretes. Produtores de cachaça. Cachaça.

ABSTRACT

Morretes cachaça is a handmade product that survives the current changes in the context of modern society, without losing its characteristics and cultural traits. This activity has been carried out since the 17th century, being an important economic activity for the coast of Paraná, especially for the city of Morretes. The present dissertation was based on the guiding concept of Sustainable Territorial Development (SDS), based on socioeconomic and socio-cultural dimensions, mobilizing the theoretical approaches of SIAL (MUCHNIK, 2006; 2012). To understand the activities of the Morretes cachaça producers, it was necessary to incorporate the sustainability dimension, based on the ecodevelopment approach (SACHS, 1986; 2007). The objective of this study was to analyze the evolution of cachaça production in Morretes, how producers have been organizing over time and what obstacles to incorporate the social and environmental dimension in such productive practices. Based on the model proposed by Vieira (2006), three central questions were elaborated, which were deployed from the main question, in order to base the analysis procedure and answer structuring questions: i) Descriptive question - In which context the production of Cachaça Morretes and what are the factors that determine its origin? ii) Explanatory Question - Can the Morretes cachaça production segment be considered as a SIAL, based on the assumptions of Muchnik (2006, 2012) and DTS? iii) Prospective Question - What are the limits and potentialities of the production of cachaça so that this activity is considered an SIAL promoting the DTS? The research is empirical, based on a predominantly qualitative approach. This is an exploratory-descriptive study, using bibliographical, documentary, field-based study with face-to-face interviews (semistructured script) between September 2018 and January 2019, together with seven producers of cachaça and four representatives of support institutions of the municipality of Morretes, among them a historian. The study showed, through data analysis, that the elements that characterize a SIAL in the production of cachaça from Morretes are fragile and insufficient for consolidation. It is concluded that the sector (cachaça de Morretes) is an agglomeration in which specific resources were partially activated. To promote DTS, local actors need to strengthen their ties and work toward a collective strategy that benefits all the cachaça mills in the region. Thus, the participation of public authorities and funding institutions is fundamental, especially in the formulation of effective public policies that favor this important regional activity.

Keywords: Sustainable Territorial Development. Agrifood System Located. Morretes. Producers of cachaça. Sugarcane liquor.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – DESENVOLVIMENTO DE UMA ANÁLISE	35
FIGURA 2 – PORTO DOM PEDRO II, O PORTO DE PARANAGUÁ – VENDENDO-SE AO ALTO A MAJESTOSA ILHA DA COTINGA.....	87
FIGURA 3 – INTERIOR DO ANTIGO ENGENHO CENTRAL DE MORRETES.....	94
FIGURA 4 – MAPA DE LOCALIZAÇÃO DE MORRETES-PR.	96
FIGURA 5 – ALAMBIQUE DO ENTREVISTADO P.6 (53 ANOS) EM REFORMA..	111
FIGURA 6 – REGISTRO I DAS INSTALAÇÕES DE UM ALAMBIQUE LEGALIZADO (P.7, 31 ANOS)	112
FIGURA 7 – REGISTRO II DAS INSTALAÇÕES DE UM ALAMBIQUE LEGALIZADO (P.7, 31 ANOS)	112

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – DESENHO TEÓRICO E EMPÍRICO DA PESQUISA	24
QUADRO 2 – ENTREVISTADOS REPRESENTANTES	26
QUADRO 3 – NÚMERO DE ENTREVISTADOS (INSTITUIÇÃO/PRODUTOR, IDADE E DATA DA ENTREVISTA).....	28
QUADRO 4 – MATRIZ TEÓRICA DA PESQUISA	32
QUADRO 5 – ETNIAS ENVOLVIDAS, MUDANÇAS MARCANTES EM CADA FASE HISTÓRICA DO LITORAL DO PARANÁ, COM ENFOQUE EM MORRETES	93
QUADRO 6 – ÍNDICES DE PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR NOS MUNICÍPIOS DO LITORAL DO PARANÁ - 2017	100

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

APL	- Arranjos Produtivos Locais
DC	- Definições Constitutivas
DO	- Definições Operacionais
DTS	- Desenvolvimento Territorial Sustentável
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IDH	- Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	- Índice de Desenvolvimento Humano Médio
IPARDES	- Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
MPMEs	- Micro, pequenas e médias empresas
ONU	- Organização das Nações Unidas
PIB	- Produto Interno Bruto
PNB	- Produto Nacional Bruto
RAIS	- Relação Anual de Informações Sociais
SIAL	- Sistemas Agroalimentares Localizados
SPL	- Sistemas Produtivos Locais
SEBRAE	- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
ADETUR	- Agência de Desenvolvimento do Turismo Sustentável
EMATER	- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
MAPA	- Ministério da Agricultura
AR	- Agroindústria rural
IG	- Indicação Geográfica
IP	- Indicação de Procedência
DO	- Denominação de Origem
INPI	- Instituto Nacional de Propriedade Industrial
Embrapa	- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
PRONAF	- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
UCs	- Unidades de Conservação
IAP	- Instituto Ambiental do Paraná
APA	- Área de Proteção Ambiental
UNESCO	- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 ANTECEDENTES DE PESQUISA	13
1.2 PROBLEMÁTICA DA PESQUISA E ENFOQUE ANALÍTICO	13
1.3 JUSTIFICATIVA	17
1.4 QUESTÕES ADICIONAIS E HIPÓTESES DO TRABALHO	18
1.5 OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICOS	19
1.5.1 Objetivo Geral	19
1.5.2 Objetivos Específicos	19
1.6 ABORDAGEM EPISTEMO-METODOLÓGICA	19
2 ASPECTOS METODOLÓGICOS	22
2.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	22
2.2 PLANEJAMENTO DE PESQUISA E GRADE TEÓRICO-EMPÍRICA DA DISSERTAÇÃO	23
2.3 COLETA DE DADOS: PARTICIPANTES E INSTRUMENTOS	24
2.4 ANÁLISE DOS DADOS E DEFINIÇÃO CONSTITUTIVA E OPERACIONAL DA MATRIZ TEÓRICO-METODOLÓGICA	29
2.4.1 Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS): Definições Constitutivas (DCs) e Operacionais (DOs)	30
2.4.2 Sistema Agroalimentar Localizado (SIAL): Definições Constitutivas (DCs) e Operacionais (DOs)	31
2.4.3 Território: Definições Constitutivas (DCs) e Operacionais (DOs)	31
2.5 LIMITAÇÕES DA PESQUISA	37
2.6 ESTRUTURA DO TRABALHO	38
3 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL (DTS)	40
4 SISTEMAS E AGLOMERADOS PRODUTIVOS (SIAL): UMA REFLEXÃO INICIAL	49
4.1 AS DIFERENTES FORMAS DOS SISTEMAS OU AGLOMERADOS PRODUTIVOS: <i>CLUSTERS</i> , DISTRITOS INDUSTRIAIS E ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS (APLS)	55
4.2 A DINÂMICA DOS SISTEMAS AGROALIMENTARES LOCALIZADOS (SIAL)	61
4.3 A RELEVÂNCIA DO TERRITÓRIO NA DINÂMICA DO SIAL	71
4.4 ESPECIFICAÇÃO DE RECURSOS TERRITORIAIS	75
4.4.1 Renda de qualidade territorial	78
4.5 CESTAS DE BENS	80
5 DIAGNÓSTICO CURSIVO DO LITORAL DO PARANÁ: A DINÂMICA SOCIOTERRITORIAL E ECONÔMICA DE MORRETES	85
5.1 A MICRORREGIÃO DE PARANAGUÁ SOBRE O CONTEXTO DO MUNICÍPIO DE MORRETES	85

5.2 VISÃO CURSIVA DO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO E POVOAMENTO DE MORRETES	88
5.3 CARACTERÍSTICAS DO TERRITÓRIO DE MORRETES.....	95
5.3.1 Aspectos demográficos	95
5.3.2 Aspectos gerais	100
5.3.3 Ciclos econômicos	101
5.4 HISTÓRIA DA CACHAÇA	103
5.5 TRAJETÓRIA DA PRODUÇÃO DE CACHAÇA DE MORRETES	104
5.5.1 A produção de cachaça e seus atores: o perfil dos produtores de cachaça de Morretes	107
5.5.2 Perfil das instituições que apoiam a produção de cachaça de Morretes	114
6 CARACTERÍSTICAS DA PRODUÇÃO DE CACHAÇA DE MORRETES E ANÁLISE DAS CATEGORIAS TÉCNICA, INSTITUCIONAL E ALIMENTÍCIA.....	120
6.1 DIMENSÃO INSTITUCIONAL	120
6.2 DIMENSÃO TÉCNICA	124
6.3 DIMENSÃO ALIMENTÍCIA.....	129
6.4 SUSTENTABILIDADE.....	134
7 CONCLUSÕES	139
REFERÊNCIAS	146
APÊNDICE 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTAS (PRODUTORES, INSTITUIÇÕES DE APOIO E HISTORIADOR).....	156

1 INTRODUÇÃO

1.1 ANTECEDENTES DE PESQUISA

O tema dessa dissertação surgiu a partir de inquietações pessoais relacionadas aos meios de produção capitalista. Sempre me questionei como promover um desenvolvimento que refletisse positivamente, tanto na produção quanto no meio ambiente?

Minha formação de base é administração, uma coisa que sabia é que eu não queria ser um administrador voltado apenas para relações de mercado, onde o lucro vem acima de tudo, na maioria das vezes. Precisava ir além, foi aí que entrei no Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável - UFPR. Essas inquietações continuaram, como juntar as dimensões econômicas, sociais e ambientais? Através de alguns autores indicados e disciplinas, percebi que poderia ser possível essa união.

Minha relação com a cachaça vem desde infância, por ser de Minas Gerais, conheci muitos alambiques e plantações de cana-de-açúcar, inclusive de familiares que produziam cachaça na região. Ela sempre esteve presente na mesa da minha casa, meus pais e avós geralmente consumiam uma dose para abrir o apetite antes do almoço.

Na graduação, tive a oportunidade de trabalhar com as feiras do litoral do Paraná, onde conheci muitos produtores e revendedores de cachaça. O contato com estes produtores e revendedores de cachaça foi fortalecido por meio de visitas técnicas realizadas na graduação e pós-graduação.

A ideia inicial era pesquisar as indicações geográficas, no entanto, precisávamos dar um passo anterior, contando a trajetória do território de produção de cachaça em Morretes, relacionados às motivações e principais recursos que mobilizaram as implementações desses engenhos na região. Aí, cheguei (com apoio dos orientadores) ao tema central dessa dissertação.

1.2 PROBLEMÁTICA DA PESQUISA E ENFOQUE ANALÍTICO

Durante muitas décadas, o crescimento econômico voltado à produção material e ao consumo em massa era tratado como único caminho para solucionar os

graves problemas de habitação, saúde, alimentação, educação e emprego que afligiam as sociedades (SACHS, 1986). Porém, indicadores apontam que esse crescimento acelerado experimentado por vários países, não eram suficientes para resolver os problemas sociais (RATTNER, 1977). As experiências “desenvolvimentistas” do século XX focavam em grandes empresas localizadas em áreas metropolitanas, agravando a desigualdade social.

Tal perspectiva também é corroborada por Veiga (2006) que destaca que o crescimento econômico era tratado como sinônimo de desenvolvimento até o início de 1960. A onda de intenso crescimento econômico ocorrido em países semi-industrializados, como o Brasil, demonstrou que este não era o suficiente para ampliação da qualidade de vida, principalmente da população pobre, a qual não tinha acesso à bens materiais. Nesse sentido, o crescimento econômico trouxe olhares atentos nas últimas décadas, por parte da comunidade acadêmica e dos setores públicos, diante dos fatores que estão em jogo, como poluição, perda de diversidade cultural e biológica, mudanças climáticas, exclusão social, aumento da criminalidade, miséria, etc, devido à eclosão de uma crise planetária acerca do meio ambiente (VIEIRA 2006; 2009).

Desta forma, como crítica ao modelo de desenvolvimento *standard* surge o conceito de Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS), conceito central desta dissertação. O DTS é compreendido como um enfoque de planejamento e gestão territorial focado na promoção de estratégias que integram as dimensões socioeconômica, sociocultural, sociopolítica e sociológicas em escala local, implicando processos de recriação de identidades territoriais e a autonomia específica de cada território (VIEIRA 2006, 2009). Aglutina duas grandes correntes teóricas do desenvolvimento alternativo: a do desenvolvimento territorial (PECQUEUR, 2006) e a do ecodesenvolvimento (SACHS 1986; 2007).

Para reforçar tal conceito resgata-se os pressupostos do desenvolvimento territorial, que segundo Pecqueur (2005), está voltado para coordenação e envolvimento dos atores locais (produtores, governo local, trabalhadores locais e agentes de comércio), supondo um território construído, ancorado no princípio da especificação de produtos. Para Pecqueur (2005, p.12), assim, o desenvolvimento territorial “designa todo processo de mobilização dos atores que leve à elaboração de

uma estratégia de adaptação aos limites externos, na base de uma identificação coletiva com uma cultura e um território”.

Já Sachs (1986), a partir da problemática socioambiental dos anos 1960, trouxe novos pressupostos para pensar o conceito de desenvolvimento. Para este autor, o ecodesenvolvimento é concebido como um estilo de desenvolvimento adaptado às regiões rurais do terceiro Mundo. As três condições fundamentais para a concepção de ecodesenvolvimento são: a) conhecimento da cultura e do ecossistema da região; b) participação dos cidadãos nesta atividade; c) domínio institucional, favorecido por um sistema de troca justa. Dessa forma, o ecodesenvolvimento aparece para se pensar um novo estilo de desenvolvimento, com enfoque participativo, ou seja, voltado para valorização dos espaços regionais e locais, buscando soluções específicas para problemas particulares, sociais e econômicos, com gestão dos recursos e do meio, conduzidos por um conjunto interdependente de princípios éticos (SACHS, 1986; 2007). Sachs (1986; 2007), afirma que esse modelo está voltado para valorização dos recursos específicos de cada território e do seu melhor uso, levando em conta os dados ecológicos da mesma forma que os culturais, buscando promover o desenvolvimento sustentável.

É importante destacar que no quadro do desenvolvimento territorial, um dos eixos da abordagem do DTS é o campo teórico e empírico dos Sistemas Agroalimentares Localizados (SIAL), que aparece como um novo modelo para o ambiente rural, contrapondo-se à produção estritamente capitalista. O SIAL, do ponto de vista teórico e empírico, pode gerar inovações para compreender o funcionamento da atividade produtiva agroalimentar com apelo cultural e social, de identidade territorial, baseadas em um enfoque sistêmico (MUCHNIK et al., 2008). Destaca-se que o SIAL recobre o setor agrícola e agroalimentar por meio dos processos de especialização e de localização. O conceito e sua evolução abarcam temas como segurança alimentar, desenvolvimento sustentável, revalorização da escala territorial, proteção do meio ambiente e outros (MUCHNIK, 2012). Todos esses avanços teóricos

podem ser terreno fértil para pensar as dinâmicas produtivas do litoral do Paraná, mais especificamente da produção de cachaça^{1 2} de Morretes.

Morretes está a 70,4 quilômetros de distância da capital paranaense Curitiba, é um município localizado na região litorânea do estado do Paraná, microrregião de Paranaguá, sua área total é de 687,541 km². Pertencem a comarca de Morretes dois distritos administrativos: Morretes e Porto de Cima. Os limites de Morretes confrontam com: Paranaguá, Guaratuba, São José dos Pinhais, Quatro Barras, Piraquara, Campina Grande do Sul e Antonina (IPARDES, 2018). Situada no litoral do Paraná, Morretes é rodeada de espigões, rios e serras, o clima constante é tropical úmido, a cidade tem uma área total de 685 quilômetros quadrados (MEIRA, 2013).

No município de Morretes reside uma população estimada de 16.366 habitantes (IBGE, 2018), sendo que a maioria vive na área rural (n=8540), (IPARDES, 2018). A cidade teve um papel de relevância no desenvolvimento do estado do Paraná, nas esferas políticas e econômicas, notoriamente reconhecida pelo Ciclo do Ouro, da Erva-Mate e da Cana de Açúcar (PREFEITURA DE MORRETES, 2018).

Na cidade de Morretes, a partir das últimas décadas do século passado, houve um grande avanço no comércio e turismo, movidos pelo reconhecimento do setor gastronômico, que coloca a culinária local e a cachaça produzida de forma artesanal, em evidência (MEIRA, 2013).

No que se refere ao contexto local, que deu base aos estudos empíricos, os produtos tradicionais do litoral do Paraná sobrevivem à modernidade e às mudanças no mercado globalizado e simbolizam a resistência cultural da microrregião. Esses mesmos mantêm fundamento específico de produção com recursos disponíveis e organização comunitária, revelando a riqueza da sociobiodiversidade desse território (SEBRAE, 2017).

¹O setor Agroalimentar congrega os segmentos de Fabricação de Produtos Alimentícios e Fabricação de Bebidas. A Fabricação de produtos Alimentícios contempla o Abate e Fabricação de Produtos de Carne; Preservação do Pescado e Fabricação de Produtos do Pescado; Fabricação de Conserva de Frutas, Legumes e Outros Vegetais; Fabricação de Óleos e Gorduras Vegetais e Animais; Laticínios; Moagem, Fabricação de Produtos Amiláceos e de Alimentos para Animais; Fabricação e Refino de Açúcar; Torrefação e Moagem de Café e Fabricação de outros Produtos Alimentícios. No que se refere à Fabricação de Bebidas, esta abrange a Fabricação de Bebidas Alcoólicas e Bebidas Não-Alcoólicas (FIESC, 2018).

² De acordo com o Decreto nº 50.972, de 1961: Art. 1º Considera-se alimento, para os fins do presente Decreto, a substância ou mistura de substâncias destinadas a serem ingeridas pelo homem e a fornecerem os elementos normais ao seu desenvolvimento e conservação. § 1º Incluem-se as bebidas entre os alimentos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D50040.htm>. Acesso em: 16 set. 2018.

Tais constatações acerca do contexto local estão ancoradas nas evidências empíricas da produção de cachaça de Morretes, que é um produto artesanal e vem sobrevivendo às mudanças atuais do contexto da sociedade moderna, sem perder suas características e seus traços culturais. A produção nessa região ocorre desde o século XVII (SEBRAE, 2017). É um produto tradicional da região com traços únicos, produzido pela agricultura familiar e tem ganhado reconhecimento internacional. Apesar do produto resistir até os dias atuais, estudos exploratórios demonstram que a falta de apoio institucional aos pequenos produtores tradicionais tem promovido dificuldades e problemas de continuidade e de reprodução de seus conhecimentos e atividades produtivas ao longo do tempo. Um aspecto que tem auxiliado à resistência e manutenção deste produto de maneira concorrencial no mercado são: a diferenciação e a especificação, frente aos produtos padronizados. Os atores envolvidos se organizam e cooperam entre si, trazendo benefícios para outras atividades econômicas do território.

Portanto, esta dissertação teve como pano de fundo o conceito orientador do DTS, apoiado nas dimensões socioeconômica e sociocultural, mobilizando as abordagens teóricas do SIAL (MUCHNIK, 2006; 2012). Para compreender as atividades dos produtores de cachaça de Morretes, também foi necessário incorporar a dimensão da sustentabilidade, baseada no enfoque do ecodesenvolvimento (SACHS, 1986; 2007).

Em face do que foi exposto, a questão central desta dissertação foi: na trajetória de evolução da produção de cachaça de Morretes, como têm se organizado esses produtores a partir dos pressupostos do modelo de SIAL de Muchnik (2012) e quais têm sido os obstáculos à incorporação da dimensão socioambiental em tais práticas produtivas?

1.3 JUSTIFICATIVA

O estudo é relevante para as organizações que produzem a cachaça em Morretes, pois pretende fazer um diagnóstico detalhado acerca dessa atividade, com o intuito de demonstrar as relações existentes entre os produtores de cachaça e a interação desses, com o governo local, trabalhadores, comerciantes e consumidores, a fim de verificar os elos de reciprocidade.

Para a comunidade, a contribuição será na divulgação da forma como os produtores de cachaça de Morretes têm trabalhado para melhorar e desenvolver o litoral do Paraná.

A pesquisa será importante por considerar um produto secular típico do litoral do Paraná, que congrega saberes e características locais em seu processo produtivo. Neste sentido, a perspectiva de estudo a partir da abordagem do SIAL permite sistematizar e revelar estes saberes, a partir da perspectiva de seus próprios atores, constituindo-se em avanço no campo do conhecimento sobre o desenvolvimento territorial.

1.4 QUESTÕES ADICIONAIS E HIPÓTESES DO TRABALHO

A partir do modelo proposto por Vieira (2006), três questões centrais foram elaboradas, sendo elas desdobradas da questão central, com a finalidade de fundamentar o procedimento de análise e responder questões mais gerais.

1 - Questão Descritiva – Em que contexto emerge a produção de cachaça de Morretes e quais os fatores condicionantes ao seu surgimento?

2 - Questão Explicativa – O segmento de produção de cachaça de Morretes pode ser considerado um SIAL, a partir dos pressupostos do modelo de Muchnik (2006; 2012) e do DTS?

3 - Questão Prospectiva – Quais os limites e potencialidades da produção de cachaça para que essa atividade seja considerada um SIAL promotor do DTS?

Com base na questão central, consolidou-se duas hipóteses de trabalho, fundamentadas na abordagem teórica do SIAL, sustentabilidade e ecodesenvolvimento (MUCHNIK, 2016; 2012; PECQUEUR, 2006; SACHS, 1986; 2007):

a) Hipótese 1: Há no território pesquisado um potencial de SIAL no âmbito dos produtores de cachaça, conforme pressupostos do modelo de Muchnik (2006; 2012) e que podem contribuir para um novo modelo de desenvolvimento social ecologicamente sustentável, o DTS.

b) Hipótese 2: Não existe potencial para um SIAL, conforme pressupostos do modelo de Muchnik (2006; 2012), no âmbito dos produtores de cachaça de Morretes,

pois os mesmos estão ainda vinculados a uma lógica produtivista, exclusivamente de mercado.

1.5 OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICOS

1.5.1 Objetivo Geral

Analisar a trajetória de evolução da produção de cachaça de Morretes e como têm se organizado a partir dos pressupostos do modelo de SIAL de Muchnik (2012), buscando avaliar quais têm sido os obstáculos à incorporação da dimensão socioambiental em tais práticas produtivas.

1.5.2 Objetivos Específicos

- Analisar os fatores condicionantes de surgimento da produção da cachaça no litoral do Paraná, destacando os principais atores, instituições e recursos naturais mobilizados nessa trajetória.

- Identificar as principais atividades e atores envolvidos com a produção da cachaça, bem como identificar os tipos de relações existentes (cooperação, competição, parceria, etc.) entre esses atores.

- Identificar se há sinergia (articulação) entre os produtores de cachaça de Morretes e as instituições de apoio locais e a comunidade;

- Analisar as potencialidades e limites da organização de produtores de cachaça e se ela está conectada com um novo modelo de desenvolvimento social e ecologicamente prudente para o território, o DTS.

1.6 ABORDAGEM EPISTEMO-METODOLÓGICA

A abordagem sistêmica, permitiu o entendimento dos fenômenos, ou também sistemas, incluindo o contexto ambiental, isolado anteriormente pela abordagem clássica, assim, o todo não é redutível às partes (ARAÚJO e GOUVEIA, 2006; MORIN,

2003). Na abordagem clássica as áreas do conhecimento, concentravam seus estudos no seu objeto básico, individualizados e reduzidos (ARAÚJO e GOUVEIA, 2006). A Teoria geral dos Sistemas, trata-se de uma teoria interdisciplinar, que contribui para compreender a inter-relação existente entre diversos sistemas, envolvendo a complexidade dessas relações, entre eles: meio ambiente, sistema humano, sistema natural, agroindustriais etc. (ARAÚJO e GOUVEIA, 2006). “Através dos pressupostos gerais dessa teoria podemos estudar a formação, organização, tendências futuras, potenciais dos sistemas, entre outras coisas” (ARAÚJO e GOUVEIA, 2006, p.13).

De acordo Garcia (2006), o reducionismo trouxe alguns benefícios, principalmente para explicar fenômenos biológicos, mas reproduziu reações negativas nas ciências sociais, desta forma estudos socioambientais e suas dinâmicas complexas, exigem uma superação das metodologias tradicionais de pesquisas. Partindo desse pressuposto, a abordagem socioambiental carece de uma integração interdisciplinar do conhecimento científico. Dessa forma, esta dissertação buscou avançar no sentido de avaliar os sistemas agroalimentares a partir de uma abordagem epistemo-metodológica sistêmica, sob a luz do conceito sistêmico de DTS.

O DTS encontra-se no cruzamento de diversas disciplinas científicas, pois, a perspectiva interdisciplinar surge para responder as questões complexas desse fenômeno (ANDION, 2007). O estudo interdisciplinar, “[...] não elimina a especificidade das diferentes disciplinas, mas mostra os fundamentos epistemológicos de suas múltiplas articulações” (GARCIA, 2006, p.33). O autor complementa que a pesquisa interdisciplinar, necessita do estudo de um sistema complexo.

A existência da complexidade se dá, segundo Morin (2003, p.14), “[...] quando os componentes que constituem um todo (como o econômico, o político, o sociológico, o psicológico, o afetivo) são inseparáveis e existe um tecido interdependente, interativo e inter-retroativo entre as partes e o todo, o todo e as partes”.

A matriz teórica deste enfoque analítico baseia-se no esforço de elucidação das relações de interdependência envolvendo as dimensões socioeconômica, sociopolítica, socioinstitucional, sociocultural e socioambiental, além dos circuitos de auto-organização e das conexões transescalares dos sistemas em estudo (MENEZES, 2009, p.13).

Assim, esta dissertação pressupõe a pertinência de uma epistemologia sistêmico-complexa, pois engloba o estudo das estruturas e dinâmicas do sistema

produtivo dos engenhos de cachaça de Morretes, relacionado com a dimensão socioeconômica, ancorada na literatura do SIAL e dimensão socioambiental, apoiada no conceito de sustentabilidade e DTS.

2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

2.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

O estudo teve caráter empírico, orientado a partir de um arcabouço teórico. A pesquisa foi pautada em uma abordagem predominantemente qualitativa, pois possibilitou analisar em profundidade o fenômeno pesquisado, porém, não se isentou da incorporação de dados quantitativos. De acordo com Minayo (2001), os dados qualitativos e quantitativos não se opõem, ao contrário eles se complementam. A abordagem qualitativa, responde a questões muito particulares relacionadas às ciências sociais, levando em consideração um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores, e atitudes, assim, essa realidade não pode ser quantificada (MINAYO, 2001). Assim, nesta pesquisa, privilegiou-se as percepções dos sujeitos entrevistados, evidenciando o caráter qualitativo.

Foi um estudo exploratório-descritivo. Exploratório, o qual procurou ampliar e conhecer melhor determinado fenômeno de pesquisa, determinando um final com precisão da análise de cenário estudado e as descobertas relacionadas existentes de todos os elementos compostos (CERVO, 2007). As principais finalidades das pesquisas exploratórias são: desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias. Geralmente envolve investigação de documentos, levantamento de dados bibliográficos, entrevistas sem padronização e estudos de caso (GIL, 2008). Esse tipo de pesquisa tem como objetivo aproximar o pesquisador de determinado fato e proporciona uma visão geral do fenômeno estudado, particularmente a pesquisa exploratória é desenvolvida quando o tema escolhido é pouco explorado. Assim, neste trabalho, procurou-se configurar e conhecer melhor não somente a produção de cachaça de Morretes, mas também seus impactos econômicos, sociais e ambientais no cenário territorial.

Já a pesquisa descritiva teve em sua utilização a coleta de dados, tais como questionários e a observação sistemática. Foram descritas características de determinadas populações e fenômenos (GIL, 2008). A pesquisa descritiva tem como fundamento explicar o fenômeno estudado, a partir de registros, observações e análise dos dados, com o objetivo de identificar a existência de relações entre as

variáveis e a natureza dessas relações (GIL, 2008), aspecto este que foi utilizado também nesta pesquisa.

O procedimento de análise dos dados foi dividido em três etapas: descritiva, explicativa e prospectiva, baseada no modelo de Vieira (2006). O diagnóstico descritivo foi relacionado à ação de planejamento e gestão, que teve como objetivo a formação de uma base preliminar de dados empíricos atualizados a respeito das dimensões econômicas, político-institucional, cultural, ecológica e de produção (VIEIRA, 2006). Nessa etapa foram fornecidos dados da análise da trajetória do território pesquisado e da atividade de produção da cachaça.

O diagnóstico explicativo objetivou a análise profunda em relação ao leque de problemas e conflitos socioambientais identificados preliminarmente no diagnóstico descritivo. Os dados coletados na primeira etapa, foram ordenados, classificados e sistematizados, para facilitar o reconhecimento das relações causais próximas e distantes (VIEIRA, 2006).

Na análise prospectiva, “[...] o diagnóstico explicativo deveria alimentar a concepção de cenários prospectivos. Aqui, o desafio consistiu no delineamento de ‘futuros possíveis’ para a área em estudo” (VIEIRA, 2006, p.268). A participação dos atores (cooperação, resolução de conflitos) foi importante para efetivação do processo de análise, baseado em estudos do passado e do presente para construção na prevenção do futuro (VIEIRA, 2006).

2.2 PLANEJAMENTO DE PESQUISA E GRADE TEÓRICO-EMPÍRICA DA DISSERTAÇÃO

A partir desses pressupostos gerais, a pesquisa foi projetada em quatro etapas: i) definição da trajetória de desenvolvimento socioeconômico da microrregião de Morretes e, mais especificamente, da organização produtiva dos engenhos de cachaça; ii) identificação de padrões de articulação institucional das organizações produtivas; iii) ponderação das consequências geradas pelo sistema produtivo em pauta sobre o meio ambiente e avaliação dos espaços de manobra rumo ao enfoque do DTS.

A seguir, serão apresentados os principais conceitos estruturantes, componentes e autores que contribuíram para a construção desta dissertação (QUADRO 1).

QUADRO 1 – DESENHO TEÓRICO E EMPÍRICO DA PESQUISA

CONCEITO	COMPONENTES	AUTORES
Caracterização do Território	<ul style="list-style-type: none"> • Território dado • Território construído 	Muchnik (2006); Pecqueur (2005).
Sistema Agroalimentar Localizado	<ul style="list-style-type: none"> • Número de produtores • Grau de articulação • Instituições de apoio • Sinergia com os órgãos públicos • Sinergia com a comunidade • Relação com o turismo • Produto carro chefe • Relação com o turismo • Renda de qualidade territorial • Cesta de bens 	Guimarães et al. (2015); Muchnik, 2012; Muchnik et al. (2007); Pecqueur (2001). Pecqueur (2001); Pecqueur (2006).
DTS	<ul style="list-style-type: none"> • Sustentabilidade social e sustentabilidade econômica • Consequências da produção da cachaça sobre os recursos naturais • Consequências sobre a cultura local • Consequências sobre o emprego e geração de renda 	Veiga (2006); Menezes (2009); Pecqueur (2005); Sachs (2006); Veiga (2006).

FONTE: Elaborado pelo autor com base no referencial teórico empírica (2018).

Esta grade teórico-empírica destaca como pano de fundo a abordagem do desenvolvimento territorial sustentável, cujo conceito estruturante é o de SIAL, articulando com o de território e cesta de bens. Tal matriz do ponto de vista teórico aponta os elementos que foram levados em conta na análise desta dissertação. Também apresenta os principais autores que contribuíram na fundamentação teórica dos conceitos centrais.

2.3 COLETA DE DADOS: PARTICIPANTES E INSTRUMENTOS

A coleta de dados foi organizada em dados primários e secundários. Os dados primários foram obtidos junto às entrevistas semiestruturadas. Os dados primários não são facilmente disponíveis, são aqueles que ainda precisam ser coletados, por meio

de levantamento, observação ou experimentação (ANTÔNIO, 2011). Diferente dos dados secundários, que estão prontos e disponíveis para pesquisa e são geralmente mais baratos, demandam menos tempo e devem ser analisados quanto ao grau de precisão dos dados (ANTÔNIO, 2011).

A entrevista semiestruturada permite ao entrevistado discorrer sobre o tema proposto, ela é composta por perguntas abertas e fechadas (BONI e QUARESMA, 2005) e o pesquisador segue um roteiro definido (BONI e QUARESMA, 2005).

As técnicas de entrevistas abertas e semiestruturadas permitem um aprofundamento maior sobre o assunto (BONI e QUARESMA, 2005), bem como geram uma proximidade entre pesquisador e entrevistado (BONI e QUARESMA, 2005).

Para construção do roteiro das entrevistas foram considerados os dados obtidos na fase exploratória, bem como as bases de análise do referencial teórico utilizado no estudo. O roteiro embasou-se também na metodologia proposta por Muchnik (2006), para análise de um SIAL, dirigidos pelas dimensões: a) histórica; b) técnica; c) institucional, e d) alimentícia, que são norteadoras para a apresentação dos resultados empíricos.

A técnica de coleta de dados denominada *snowball* (bola de neve) foi também utilizada neste trabalho. O que diferencia esse método dos demais é que a formação da amostra não é determinada previamente, ela ocorre ao longo do processo (OSTA, 2018). Primeiramente, é necessário que o pesquisador especifique as características dos membros da amostragem, depois escolha uma pessoa ou um grupo que possua essas características. Na sequência, apresenta-se a proposta de estudo, registram-se os dados e por último solicita-se ao(s) respondente(s) indicações de pessoa(s), pertencentes à população-alvo da pesquisa para também serem entrevistados (OSTA, 2018).

Segundo Vinuto (2014), se constrói a execução da técnica bola de neve da seguinte forma: para o pontapé inicial, lança-se mão de documentos e/ou informantes-chaves, denominados sementes, com o objetivo de identificar pessoas com o perfil ideal para a pesquisa dentro da população-alvo. Isso ocorre pelo fato que é impossível ou impraticável uma amostra probabilística inicial, sucessivamente as sementes indicam novos contatos. Subsequente, os contatos sugeridos pelas sementes indicam novos contatos, com o perfil desejado, e assim continuamente, tornando-se uma rede

crescente. Em certo momento a rede se torna saturada, os nomes começam a se repetir ou os novos não são relevantes, trazendo informações repetitivas sem novidades ao quadro de análise (VINUTO, 2014). Tal movimento foi utilizado para a organização dos participantes da pesquisa desta dissertação.

De acordo com Baldin e Munhoz (2011), essa técnica aplicada em pesquisas sociais é uma forma de amostra não probabilística, onde os primeiros participantes de um estudo, sugerem novos participantes, que por sua vez indicam novos participantes e assim sucessivamente, até que se atinja, o objetivo proposto (o ponto de saturação). De acordo com Vinuto (2014), uma parte importante na técnica bola de neve é saber identificar o ponto de saturação.

Nessa técnica, os primeiros contatos são de suma importância, os próximos contatos dependem deles. Assim, os objetivos do estudo precisam ser deixados claros para os participantes, além de ressaltar o perfil de respondente a que se está procurando (VINUTO, 2014). Definiu-se, por meio das técnicas apresentadas que os participantes da pesquisa seriam representantes dos produtores, instituições de apoio, representantes do poder público local e da comunidade, totalizando 11 entrevistados, conforme demonstra o QUADRO 2, a seguir:

QUADRO 2 – ENTREVISTADOS REPRESENTANTES

Etapas da pesquisa	Participantes	Função	Número de entrevistados
Descritiva	Especialistas	Historiador	1
	Produtores de cachaça	Produtores Cidadãos	7
Explicativa	Produtores de cachaça	Produtor	7
	Instituições de apoio Especialista	Lideranças da PREFEITURA e do SEBRAE	3
Prospectiva	Produtores de cachaça	Produtor	7
	Instituições de apoio	Lideranças da PREFEITURA e do SEBRAE	3

FONTE: Elaborado pelo autor com base na revisão teórica (2018).

É preciso destacar que dos entrevistados deste estudo foram seis produtores, sendo três formais e três informais (um deles está reformando o alambique, com intuito de legalizar). Além disso, foi realizada uma entrevista com um antigo produtor, com a finalidade de entender essa trajetória.

O Quadro 2 apresentou os participantes das pesquisas com suas respectivas funções e o caminho realizado para coleta dos dados. Na fase descritiva foram entrevistados 7 produtores de cachaça de Morretes e um historiador (especialista), sendo importante destacar:

- Para manter o anonimato foi considerado que os participantes serão identificados pela letra P e uma sequência numérica e a idade;
- Dentre os produtores entrevistados apenas uma era do sexo feminino; um entrevistado não produz mais cachaça e outro está com alambique em reforma;
- Todas entrevistas foram gravadas (10h17min47s) e transcritas (171 páginas);
- Foi realizado um levantamento de dados estatísticos e histórico sobre o município de Morretes;
- Nessa fase também foi analisado em que contexto emergiu a produção de cachaça de Morretes e os fatores condicionantes de seu surgimento.

Na fase explicativa, além das entrevistas com os produtores foram entrevistados 2 representantes da prefeitura de Morretes e 1 representante do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

- Para manter o anonimato foi considerado que os representantes das instituições serão identificados pela palavra representante, seguido do nome da instituição de apoio, uma sequência numérica e a idade;
- Dentre os representantes das instituições de apoio entrevistados apenas uma era do sexo feminino;
- Todas entrevistas foram gravadas e transcritas.
- Nessa etapa procurou-se entender o papel das instituições no segmento de produção de cachaça de Morretes, e como elas articulam-se com os produtores, no sentido de recorrer se há ou não um SIAL no segmento de produção da cachaça e se essa organização produtiva reforça a

emergência de um novo modelo de desenvolvimento mais socialmente e ecologicamente sustentável, DTS.

Na fase prospectiva buscou-se obter a perspectiva dos produtores e representantes das instituições em relação ao futuro que eles esperam para região de Morretes, especialmente se tratando da produção de cachaça, e, quais os limites e potencialidades da produção de cachaça para que essa atividade seja considerada um SIAL promotor do DTS. As três etapas se complementam em todo o período da pesquisa empírica de acordo com a fala dos respondentes. No que se refere a identificação de cada entrevistado, idade e data da realização da entrevista, apresenta-se a seguir o QUADRO 3.

QUADRO 3 - NÚMERO DE ENTREVISTADOS (INSTITUIÇÃO/PRODUTOR, IDADE E DATA DA ENTREVISTA)

PRODUTOR (P)	IDADE	DATA
P1	62	22/09/2018
P2	51	11/12/2018
P3	62	08/01/2019
P4	61	08/01/2019
P5	49	10/01/2019
P6	53	14/01/2019
P7	31	14/01/2019
P8	76	19/09/2018
INSTITUIÇÃO (I)	IDADE	DATA
Representante SEBRAE	52	08/02/2019
Representante prefeitura 1	68	11/02/2019
Representante prefeitura 2	52	13/02/2019

FONTE: Elaborado pelo autor com base na revisão teórica (2019).

O Quadro 3 objetiva apresentar o número de entrevistados (informantes), seguidos da forma numérica em que foram realizadas as entrevistas, o que Bardin (1977) determina como regra de enumeração, suas respectivas idades e a data das entrevistas.

Os critérios de seleção dos sujeitos de pesquisa foram por acesso, por tempo de participação das atividades de produção de cachaça, por indicação de atores chave da região (técnica de *snow ball*).

A primeira entrevista foi realizada com o historiador, e este sujeito, por sua vez, indicou a diretora comercial do SEBRAE. Esta, indicou diversos outros produtores. A segunda entrevista foi realizada com o P1, que indicou outros produtores que indicavam outros sucessivamente. Dentre todas entrevistas, foram citados 12 produtores, sendo que 7 deles foram entrevistados, 1 não quis participar, 2 alegaram falta de tempo e conhecimento e 2 não foram encontrados. Nas entrevistas com os produtores questionou-se quais instituições apoiam ou poderiam apoiar a produção de cachaça em Morretes. Dentre as instituições mais citadas tem-se: SEBRAE, prefeitura de Morretes, Agência de Desenvolvimento do Turismo Sustentável (ADETUR), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), apenas as duas primeiras instituições foram entrevistadas, as demais não indicaram pessoas disponíveis para responder ou alegaram falta de tempo para participação na pesquisa.

Os dados secundários foram obtidos por meio de documentos dos arquivos históricos locais. Tais dados apoiaram a análise do reconhecimento da trajetória do território, bem como dos fatores condicionantes do surgimento da produção de cachaça em Morretes. O estudo valeu-se, também, de dados secundários obtidos nas bases de dados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), para avaliação dos principais indicadores socioeconômicos do município e da região em estudo.

2.4 ANÁLISE DOS DADOS E DEFINIÇÃO CONSTITUTIVA E OPERACIONAL DA MATRIZ TEÓRICO-METODOLÓGICA

Com base em Deretti (2012), é importante definir termos e variáveis para a pesquisa com a finalidade de deixar evidente o assunto estudado, evitando controvérsias na avaliação da pesquisa. Assim, as definições constitutivas (DCs) e operacionais (DOs) são importantes elementos para avaliar, com rigor, a pesquisa qualitativa (VIEIRA, 2004; RICHARDSON, 1999). A DC deve emergir da fundamentação teórica do trabalho. É um conceito dado por algum autor dos termos e variáveis utilizados. Já a DO representa a operacionalização da definição constitutiva, medindo ou verificando, na realidade, de que forma o termo ou a variável pode ser identificado. Para as categorias analisadas nesse trabalho as definições que mais deram suporte para o entendimento dos termos e variáveis foram:

2.4.1 Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS): Definições Constitutivas (DCs) e Operacionais (DOs)

DC: uma criação intelectual em processo de elaboração, que designa um enfoque de planejamento e gestão territorial focado na promoção de estratégias que integram as dimensões socioeconômica, sociocultural, sociopolítica e sociológicas em escala local, implicando processos de recriação de identidades territoriais e a autonomia específica de cada território (VIEIRA 2006, 2009). Aglutina duas grandes correntes teóricas a do desenvolvimento territorial (PECQUEUR, 2006) e a do ecodesenvolvimento (SACHS, 1996).

DO: foram operacionalizadas através de questões abertas, contidas nas entrevistas feitas com os produtores de cachaça de Morretes, equiparando com as características de sustentabilidade proposta pelo DTS e de acordo com o modelo proposto por Sachs (2007) o qual define que para efetivação no processo de desenvolvimento sustentável, faz-se necessário considerar simultaneamente cinco dimensões: sustentabilidade social, econômica, ecológica, espacial e cultural. Ainda foram analisadas quais são as práticas e iniciativas utilizadas pelos produtores para diminuir os impactos ambientais.

2.4.2 Sistema Agroalimentar Localizado (SIAL): Definições Constitutivas (DCs) e Operacionais (DOs)

DC: o SIAL como base teórica e construção científica, pode gerar contribuições para a criação de uma abordagem agroalimentar que possa compreender o funcionamento de uma atividade produtiva de um determinado território, assim como seu meio social e cultural, baseado em sistemas (MUCHNIK et al., 2008).

DO: é identificado por meio da base teórica utilizada neste trabalho, pelo resultado das entrevistas realizadas com os produtores de cachaça de Morretes e pelas ações que caracterizam esse sistema. Levando em consideração as dimensões, históricas, técnicas, alimentícias e institucional.

2.4.3 Território: Definições Constitutivas (DCs) e Operacionais (DOs)

DC: existem dois tipos de territórios, “o território dado, sem valor acrescentado, ou mesmo com fatores de constrangimento e de limitações e o território construído, produto de um processo de melhoria, fruto do jogo dos atores” (PECQUEUR, 2005 p.10). Pensou-se na hipótese que a região pesquisada prevaleça o território construído.

DO: identificado por meio de dados pertinentes, verificando se aparece uma construção coletiva no território que não existe em qualquer lugar, ligada à especificação de produtos, no caso a cachaça.

A partir destas DCs e DOs, a matriz teórico-metodológica a seguir (QUADRO 4) apresenta os principais conceitos, componentes, autores e instrumentos de coleta e análise dos dados:

QUADRO 4: MATRIZ TEÓRICA DA PESQUISA

CONCEITO	COMPONENTES	COLETA DE DADOS	ANÁLISE DOS DADOS	AUTORES
Caracterização do Território	<ul style="list-style-type: none"> • Território dado • Território construído 	<ul style="list-style-type: none"> - Entrevistas - Documentos 	<ul style="list-style-type: none"> Análise descritiva Análise de documentos históricos Análise de Conteúdo 	Muchnik (2006); Pecqueur (2005).
Sistema Agroalimentar Localizado	<ul style="list-style-type: none"> • Número de produtores • Grau de articulação • Instituições de apoio • Sinergia com os órgãos públicos • Sinergia com a comunidade • Produto carro chefe • Relação com o turismo • Renda de qualidade territorial 	<ul style="list-style-type: none"> - Entrevistas - Documentos - Estatísticas locais 	<ul style="list-style-type: none"> Análise de conteúdo Análise descritiva 	Guimarães et al. (2015); Muchnik (2006) ; Muchnik, 2012; Muchnik et al. (2007); Pecqueur (2001).
DTS	<ul style="list-style-type: none"> • Consequências da produção da cachaça sobre os recursos naturais • Consequências sobre a cultura local • Consequências sobre o emprego e geração de renda 	<ul style="list-style-type: none"> - Entrevistas - Documentos 	<ul style="list-style-type: none"> Análise de conteúdo 	Veiga (2006); Menezes (2009); Pecqueur (2005); Sachs (2006); Veiga (2006).

FONTE: Elaborado pelo autor com base no referencial teórico empírico (2018).

Os dados primários foram analisados por meio do uso da análise de conteúdo, que é um dos tipos metodológicos utilizados para dados qualitativos. Segundo Bardin (1977, p. 31), é um conjunto de técnicas de análise das comunicações, “ [...] não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações”.

A análise de conteúdo (BARDIN, 1977) foi usada para decodificação das construções de pensamento, a partir das falas dos produtores de cachaça, historiador e representante das instituições de apoio, sendo necessário desvendar os significados das palavras por eles expressas nas entrevistas, apropriando a linguagem dos sujeitos.

De acordo com Campos (2004), faz-se necessário a explicação das fases da análise conteúdo:

- 1) Fase de pré-exploração do material ou de leituras flutuantes do corpus das entrevistas: a leitura flutuante, serve para organizar o material, faz-se os primeiros contatos com os documentos a serem analisados, com intuito de orientação e inspirações para as próximas etapas, destacando aspectos importantes.
- 2) A seleção das unidades de análise (ou unidades de significados), incluem frases, sentenças, livros, textos, parágrafos etc. Essa etapa decorre do recorte usado pelo pesquisador para responder seus objetivos e problema de pesquisa. A análise temática geralmente é a mais usual, utiliza-se de recortes do texto em um processo dinâmico e indutivo, algumas vezes transmitido claramente na mensagem, outras necessitando de inferências mais aprofundadas para entender o contexto;
- 3) O processo de categorização é guiado pelo grau de proximidade e intimidade do pesquisador com o material coletado. O processo exprime em caracterizar grandes enunciados, que envolvem vários temas que, por meio de sua análise, respondam aos objetivos da pesquisa, gerando novos conhecimentos e diferentes visões sobre o tema da pesquisa. Cada pesquisador deve escolher suas categorias através de seus conhecimentos, sensibilidade, competência etc. Sendo as categorias chave o DTS e SIAL.

Pode-se destacar duas funções na aplicação da análise de conteúdo, sendo a primeira, a verificação de hipótese ou questões, desta maneira pode-se encontrar respostas para as questões propostas no estudo, bem como confirmar ou refutar hipóteses estabelecidas; a segunda função diz respeito à descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos, ultrapassando as aparências do que está sendo informado (MINAYO, 2001). As suas funções se completam e podem ser usadas em pesquisas qualitativas e quantitativas (MINAYO, 2001).

A análise categorial (BARDIN, 1977), que consiste no desmembramento do texto em categorias analogicamente agrupadas, foi usada nesse trabalho, com o intuito de atender os objetivos da pesquisa. As categorias utilizadas nessa dissertação são: DTS, SIAL e subcategorias que se desdobraram destas.

De acordo com Bardin (1977, p.95) essa técnica que visa extrair informações e categorias analíticas presentes nas falas dos sujeitos de pesquisa é dividida em três fases:

a) Pró-análise: desenvolvida para operacionalizar e sistematizar as primeiras ideias no planejamento da análise com um a intenção de desenvolver as próximas operações. É nessa etapa que se estabelecem indicadores para interpretar as informações coletadas, denominada a fase de organização, ela tem três objetivos: 1) escolha dos documentos (artigos, entrevistas etc.), a serem analisado; 2) formulação das hipóteses e objetivos; 3) construção de indicadores com objetivo de ajudar a interpretação final (BARDIN, 1977).

Nessa etapa, por meio de visitas de campo, recorreu-se a anotações (diário de campo) e trabalhos realizados nesse período, o que facilitou a familiarização com o tema, outros materiais (documentos) foram coletados em fontes secundários ou cedidos pelo historiador e pelo Instituto Histórico de Paranaguá. Posteriormente, definiu-se o problema e os objetivos do presente trabalho. A partir dessa etapa pode-se definir categorias por meio do aporte teórico e elaborar um roteiro de entrevista.

b) A exploração do material: configura a administração sistêmica das decisões tomadas. Para essa fase é necessário que a etapa anterior tenha sido concluída, consiste essencialmente de operações de codificação (BARDIN, 1977).

Nessa fase foi realizada a transcrição das entrevistas, o que possibilitou rever aspectos e detalhes importantes destacados pelos respondentes. Também foram

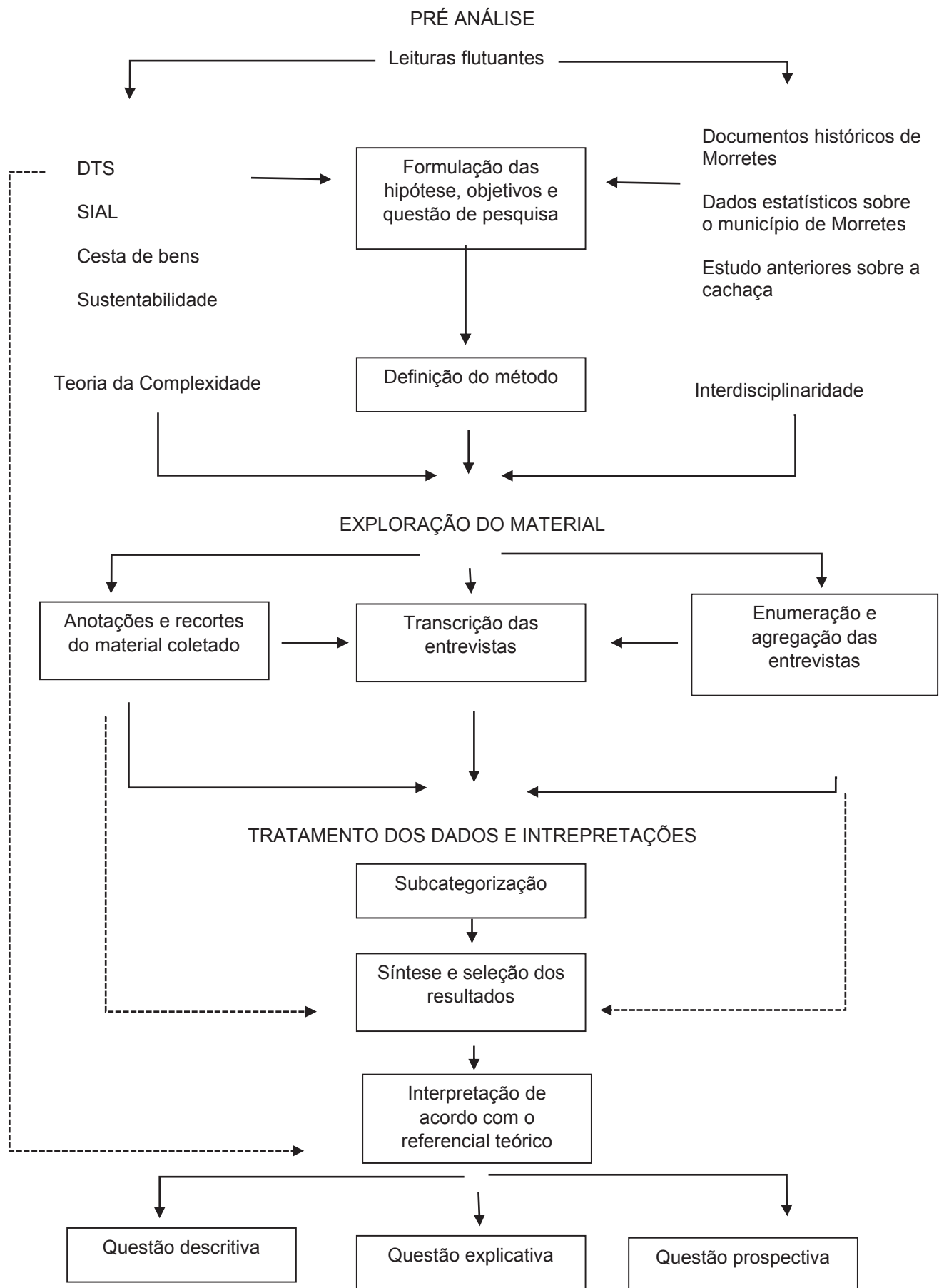
extraídas as informações principais, deixando o texto mais limpo e claro, retirando as falas poluídas na transmissão das mensagens, facilitando a decodificação.

c) Resultados, a inferência e a interpretação. Essa fase, consistiu em coletar os achados de pesquisa de todo o material coletado (documentos, entrevistas e documentações), buscando responder os objetivos iniciais e promover o conhecimento científico sobre o tema da pesquisa (BARDIN, 1977). Essa fase teve como objetivo tornar os dados válidos e significativos, para isto foram usados procedimentos estatísticos que ajudam a estabelecer quadros, diagramas e figuras, sistematizando as informações coletadas (GIL, 2008). A análise de conteúdo é um dos mais importantes métodos para análise das comunicações de massa, pois possibilita o confronto das informações coletadas com as já existentes podendo-se chegar a amplas generalizações (GIL, 2008).

Essa etapa consistiu em capturar os conteúdos contidos em todo material (entrevistas, documentos e observação) que ora apareceram de forma concreta à mensagem explícita, e ora de forma oculta. Também foi realizada a subcategorização com a finalidade de encontrar “núcleos de sentido, que compõem a comunicação, cuja presença, ou frequência de aparição, podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido” (BARDIN, 1977, p.181), a autora complementa que nessa fase “os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos e válidos” (BERDIN, 1977, p.101).

Delimitada a estruturação da análise de conteúdo no que se refere ao método, organizada por fases, a análise da presente dissertação seguiu o que foi previsto por Bardin (1977) e está apresentada no esquema resumido da FIGURA 1 abaixo:

FIGURA 1: DESENVOLVIMENTO DE UMA ANÁLISE



2.5 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Esta seção tem como objetivo relatar algumas das experiências, observações e dados coletados e suas limitações nas pesquisas de campo, bem como descrever as visitas à cidade de Morretes.

Logo no início da pesquisa foi encontrado uma grande dificuldade, pois os dados cadastrais, endereços e telefones dos engenhos estavam desatualizados, diante desse fato, a solução foi iniciar visitas na cidade de Morretes.

Foram realizadas 14 visitas em Morretes e uma em Curitiba para a coleta de dados. As primeiras visitas foram feitas com caráter exploratório, com o objetivo de familiarização com o ambiente e em busca de contatos e respondentes importantes para pesquisa, essas foram feitas em dias de folga, já que o mestrando conciliava trabalho e estudos.

A maioria dos engenhos encontram-se em lugares afastados do centro da cidade, na maioria das visitas foi necessário enfrentar estradas com muitos buracos, alagadas e com péssima sinalização. Vale ressaltar que o mestrando fez essas visitas em seu veículo próprio, popular, e através de caminhadas.

Em alguns alambiques foram necessários mais de uma visita, pelo fato de que os responsáveis não estavam no local e/ou não tinham telefone disponível, desta forma, foi perdido muito tempo neste processo. A primeira entrevista foi realizada em setembro de 2018 e a última em fevereiro de 2019.

Através de dados secundários, da técnica *snowball* e conversas informais, encontramos cerca de 12 engenhos de cachaça ativos em Morretes, desses apenas seis representantes aceitaram participar da pesquisa e um deles estava em reforma, com objetivo de legalizar o alambique. Ainda foi realizada uma entrevista com um antigo produtor, totalizando sete entrevistas. De acordo com os respondentes, quatro produtores na região estão legalizados - para fins desta dissertação, considerou-se legalizado, aqueles produtores que possuem registro no Ministério da Agricultura (MAPA), sendo que desses, três participaram das entrevistas. Os demais estão ilegais, e por isso, muitos recusaram-se a participar da pesquisa.

Foi perguntado para os produtores de cachaça de Morretes contatados quais eram as instituições que os apoiavam, as instituições mais citadas foram: SEBRAE, EMATER e ADETUR. Foram contatados todos os representantes dessas organizações, mas só se obteve sucesso com a primeira. A segunda desmarcou a entrevista no dia agendado e disse que entraria em contato posteriormente. A terceira, informou que as perguntas eram muito complexas e que a direção atual era recente, alegando que se identificasse alguém adequado para responder, entraria em contato para agendamento da entrevista. Foram feitas outras tentativas por telefone e e-mail mas não obteve-se êxito. Ainda, foi feito um contato com a diretora da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Morretes, com intuito de saber a relação dessa instituição com os produtores de cachaça de Morretes, e a mesma informou que nenhum produtor era associado e que por isso seria inviável responder as perguntas, pois não haviam informações importantes para transmitir sobre o tema.

Os produtores de cachaça que trabalham na ilegalidade não permitiram que suas propriedades fossem fotografadas. Algumas das entrevistas com responsáveis de engenhos que estão legalizados foram realizadas em suas residências, distantes geograficamente dos alambiques. Sendo assim, não foi possível realizar muitos registros fotográficos em ambas as situações.

A seguir será apresentado a estrutura do trabalho e, posteriormente, os capítulos de revisão de literatura.

2. 6 ESTRUTURA DO TRABALHO

No primeiro capítulo introdutório, foi apresentada uma visão sobre o contexto do trabalho, sendo dividido em subitens: antecedentes de pesquisa, justificativa, problema de pesquisa, hipóteses, objetivos gerais e específicos. O segundo capítulo abordou sobre materiais e métodos desta pesquisa a partir de DCs e DOs. Porém, também fazem parte da estrutura deste trabalho, dois capítulos que trazem os conceitos norteadores da proposta de estudo, dois capítulos de resultados e um conclusivo.

No terceiro capítulo, são abordados sobre o conceito e desdobramentos do DTS. Evidenciando a importância do conceito e prática deste fenômeno e seus reflexos nas relações entre atores sociais.

No quarto capítulo, é apresentada uma reflexão inicial sobre SPLs, objetivando esclarecer os reflexos históricos desta abordagem nas organizações produtivas, à luz do DTS. Também são abordadas sobre as diferentes formas dos sistemas ou aglomerados produtivos: *clusters*, distritos industriais e arranjos produtivos locais (APLS); a dinâmica dos SIALSs e a interação com o território; a especificação de recursos territoriais e; a cestas de bens.

No quinto capítulo deste trabalho é exposto um diagnóstico cursivo do litoral do Paraná, abordando a dinâmica socioterritorial e econômica de Morretes, elencam-se: a microrregião de Paranaguá e o contexto do município de Morretes; a visão cursiva do processo de colonização e povoamento de Morretes; as características do território de Morretes (aspectos demográficos, aspectos gerais, ciclos econômicos); a história da cachaça e; a trajetória da produção de cachaça de Morretes, explanando sobre a produção de cachaça e seus atores (produtores e instituições de apoio).

O sexto capítulo aborda sobre as características da produção de cachaça de Morretes e faz uma análise das categorias: institucional, técnica, alimentícia e a questão da sustentabilidade. É importante destacar que a questão da sustentabilidade não foi trabalhada de maneira integral. Pois o presente estudo focou na análise da percepção dos produtores e de representantes das instituições de apoio, merecendo uma avaliação mais profunda a partir de um estudo de toda a cadeia produtiva da atividade.

Por fim, o último capítulo expõe aspectos conclusivos desta pesquisa.

3 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL (DTS)

A presente seção faz uma discussão teórica sobre os seguintes conceitos: crescimento econômico, desenvolvimento e DTS. O conceito de crescimento econômico é recente, pois surgiu a partir do sistema econômico capitalista, o qual trouxe consigo mudanças nas estruturas econômicas das sociedades, e, como consequências, avanços na tecnologia e acúmulo de capital (MILONE, 1988). Diante do fato, o referido autor complementa que existem duas formas para uma sociedade crescer economicamente, desde que aconteça: a) o acúmulo de capital (aumento da produção, máquinas e indústrias etc.), realização de infraestrutura (melhoria nas estradas e expansão do setor elétrico, etc.), e do investimento em capital humano (treinamento da mão-de-obra etc.); b) crescimento populacional, como consequência expansão da demanda e da força de trabalho.

De acordo com Silva et al. (2018), o desenvolvimento durante muitos anos foi tratado como sinônimo de crescimento econômico, sendo ele a única forma para garantir o aprimoramento da humanidade e melhoria na qualidade de vida; esse conceito é idealizado por Adam Smith (1996), a partir do liberalismo na modernidade. O caminho certo, naquela época, para se alcançar o mesmo grau de desenvolvimento em todos os países do mundo, era através do processo de industrialização expansivo, do crescente uso da tecnologia e do avanço da ciência. Os autores complementam que o Produto Interno Bruto (PIB) era tido como parâmetro de medida e que esse modelo de desenvolvimento realçava um consumo elevado no acúmulo de bens e altos índices de crescimento econômico.

Fortalecendo essa ideia, Rattner (1977), argumenta que o modelo desenvolvimentista era voltado para o consumismo e produção material, tratado como o único caminho para solucionar os graves problemas de habitação, saúde, alimentação, educação e emprego que afligiam as sociedades. Porém, indicadores apontam que esse crescimento acelerado, experimentado por vários países, não era suficiente para resolver os graves problemas sociais.

Novos parâmetros abarcam o termo desenvolvimento a partir do século XX. Schumpeter (1982) contribui distinguindo desenvolvimento de crescimento, salientando que somente o crescimento da renda *per capita* não era suficiente para gerar desenvolvimento, acrescentando que para classificá-lo, era necessária uma

mudança na estrutura do sistema econômico, onde o processo social não poderia ser deixado de lado.

Para Souza (1999), não existe uma definição universalmente aceita de desenvolvimento, o conceito surge num momento de crescimento da lógica da troca de mercado e foi consolidado com o processo de industrialização da Europa. Reforçando o conceito, Silva et al. (2018) argumentam que a discussão nessa época, era sobre os meios de promoção do desenvolvimento baseados em indicadores econômicos, ou seja, industrialização a base da lei de mercado, desta forma os países passaram a ter três classificações: desenvolvidos, subdesenvolvidos ou países em desenvolvimento.

De acordo com Souza (1999), à luz da economia há duas correntes de pensamentos sobre o desenvolvimento: a primeira sendo a mais teórica, classifica crescimento como sinônimo de desenvolvimento; a segunda, voltada para o empirismo, encara o crescimento como indispensável para o desenvolvimento, mas não como condição suficiente. A segunda corrente, qualifica desenvolvimento, quando existe melhoria na qualidade de vida das pessoas, mudanças qualitativas nas estruturas produtivas e nas instituições, sendo o crescimento apenas a variação simples quantitativa do produto (SOUZA, 1999; VEIGA 2008).

Segundo Silva et al. (2018), o desejo de melhorias na qualidade de vida e de conforto, passa a ser levado em conta em relação à renda *per capita*, pois na última fase da era do consumo maçante, não há preocupação apenas em atender as necessidades básicas; “[...] essa concepção balizou, nos anos 50 e 60, os esforços governamentais empreendidos em diversos países da América Latina em busca do desenvolvimento” (SILVA et al., 2018, p.18).

Desse modo, não havia a necessidade de diferenciar o desenvolvimento de crescimento econômico até o início de 1960, já que pela industrialização apenas algumas nações eram desenvolvidas e ricas. De outro lado, estavam os países pobres, subdesenvolvidos, onde o processo de industrialização era novo ou nem havia começado (VEIGA, 2006).

Todavia, foram surgindo evidências de que o intenso crescimento econômico ocorrido durante a década de 1950 em diversos países semi-industrializados (entre os quais o Brasil), não se traduzia necessariamente em maior acesso de população pobres a bens materiais e culturais, como ocorrera nos países considerados desenvolvidos. A começar pelo acesso à saúde e à educação (VEIGA, 2006, p.19).

A década de 1990 foi marcada por uma série de conferências sobre o desenvolvimento sustentável, quando a preocupação com o futuro da sociedade em relação aos recursos indispensáveis para a sobrevivência da humanidade teve um maior destaque. Desta forma, o crescimento causado pelo consumo exagerado e seus impactos na qualidade de vida passaram a ser uma preocupação para as nações (OLIVEIRA, 2002). Emerge em 1990 o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que passa a ser publicado anualmente pela Organização das Nações Unidas (ONU) (VEIGA, 2008). O IDH é uma forma mais aceitável para se medir o desenvolvimento, criado por um grupo de economistas inconformados, que incluíram outras dimensões no processo de avaliação: a renda por habitante, a saúde e a educação (VEIGA, 2008).

Desta forma, a concepção do desenvolvimento como simples sinônimo da economia convencional foi predominante até o final do século XX (VEIGA, 2006). Em 1990, com a ECO-92 no Rio de Janeiro, houve “um exemplo da preocupação do homem com seu planeta e com seu semelhante” (OLIVEIRA, 2002, p.38). Contudo, a maioria dos economistas e políticos continua nos dias atuais usando o PIB de um país como único parâmetro para avaliar o grau de desenvolvimento, eles ainda não estão convencidos que o crescimento econômico não é suficiente para gerar desenvolvimento (VEIGA, 2008). Contrapondo a maioria, Sen (2000), Furtado (2004), Sachs (2007), procuram analisar o desenvolvimento incluindo outros indicadores: capital humano, educação, saúde, desigualdades regionais; em contraposição aos modelos clássicos que utilizam somente fatores econômicos, como PIB, produto nacional bruto (PNB), rendas pessoais, industrialização, avanços na tecnologia e modernização da sociedade como medida.

Siqueira (2016) compreende que o crescimento é necessário ao desenvolvimento, porém o crescimento não pode ser considerado um fim em si mesmo, pois desta forma aumenta a desigualdade social e desregula o mercado.

De acordo com Veiga (2006), existem três respostas para a pergunta: o que é o desenvolvimento? As duas primeiras respostas são mais simplórias. A primeira seria que o desenvolvimento não deve ser confundido com crescimento econômico, a segunda é que o desenvolvimento é uma ilusão, utopia. Já a terceira, defendida por pesquisadores que recusam as duas primeiras, é a mais difícil e complexa: o desenvolvimento não é utopia e nem pode ser tratado como crescimento econômico

(SACHS, 2006; VEIGA, 2006; MENEZES, 2009). A partir das concepções apresentadas, considera-se a construção do conceito de desenvolvimento para esse trabalho a partir da terceira resposta.

Segundo Sachs (2006), o desenvolvimento foi impulsionado pela emergência do sistema das Nações Unidas e pelos movimentos de descolonização e de autossuficiência do Terceiro Mundo, um termo ligado aos estudos pluri e transdisciplinares, impregnado nas ciências sociais, que geram muita polêmica em relação à ideologia e teoria. De acordo com Furtado (2004), o desenvolvimento não se resume somente no processo de aumento de produtividade macroeconômica ou no processo de acumulação, ele vai muito além, precisa ser construído coletivamente, levando em consideração a criatividade dos seres humanos e as necessidades reais de uma sociedade.

Milone (1998), complementa que para ser caracterizado desenvolvimento é preciso analisar o processo histórico e a existência positiva de variação de crescimento econômico, avaliadas pelo PIB e renda *per capita*, mas também considerando outros fatores, como diminuição da pobreza, desigualdade, desemprego e melhores condições de acesso à saúde, educação, transporte e moradia.

Vieira (2006; 2009), define que o avanço conceitual da literatura do desenvolvimento alternativo coloca em evidência o DTS. Este é considerado como um enfoque de planejamento e gestão territorial centrado na promoção de estratégias que integram as dimensões socioeconômica, sociocultural, sociopolítica e sociológicas em escala local, implicando processos de recriação de identidades territoriais e a autonomia específica de cada território.

O DTS surge em um contexto onde a melhoria de vida dos indivíduos sobre os fatores saúde, renda e educação, não poderia comprometer a qualidade de vida e as necessidades das gerações futuras, o que de fato aconteceria se continuassem a degradação dos ecossistemas; “Ou seja, crescia a consciência de que o desenvolvimento tinha de ser compatível com a conservação da biosfera, satisfazendo as necessidades da população que habita o planeta atualmente” (VEIGA, 2008, p.17). O DTS aglutina duas grandes correntes teóricas: a do desenvolvimento territorial (PECQUEUR, 2006) e a do ecodesenvolvimento (SACHS, 1996) as quais serão expostas no decorrer do trabalho.

Conforme Pecqueur (2005, p.12), “[...] o desenvolvimento territorial se caracteriza a partir da constituição de uma entidade produtiva enraizada num espaço geográfico. Mostrando os elementos da gênese do território em torno de um sistema local de atores”. De acordo com Dallabrida (2015, p. 325):

O desenvolvimento territorial é entendido como um processo de mudança continuada, situado histórica e territorialmente, mas integrado em dinâmicas intraterritoriais, supraterritoriais e globais, sustentado na potenciação dos recursos e ativos (materiais e imateriais, genéricos e específicos) existentes no local, com vistas à dinamização socioeconômica e à melhoria da qualidade de vida da sua população.

Mais recentemente, Amartya Sen (2000) defende o desenvolvimento como liberdade, que diferente do crescimento econômico, é relacionado com a melhoria na qualidade de vida das pessoas, totalmente voltado para o ser humano. A expansão da liberdade depende de outros fatores, como disposições econômicas e sociais (direitos civis, serviços de saúde e educação etc.) e não somente da industrialização, do avanço tecnológico e da modernização social (SEN, 2000).

O desenvolvimento depende das reais liberdades que os indivíduos desfrutam e necessita que se retirem as principais causas de privações de liberdades, como, “[...] pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destruição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados progressistas” (SEN, 2000, p.18). O autor classifica dois tipos de liberdades: a) substantivas - relacionada com o papel constitutivo, está associada aos meios para evitar a fome, a morte prematura, o analfabetismo, a falta de liberdade de expressão etc. b) instrumentais - refere-se ao modo como diferentes tipos de direitos e oportunidades colaboram para a ampliação da liberdade humana em geral, destarte, para promover o desenvolvimento são elas: liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora (SEN, 2000, p. 54-55).

Seguindo essa linha, Sachs (2004) define que a solidariedade e a equidade estão inclusas no conceito de desenvolvimento, como forma de diferenciação do economicismo redutor. Acrescenta-se nessa concepção a demissão social e ambiental, “[...] baseada no duplo imperativo ético de solidariedade sincrônica com a geração atual e de solidariedade diacrônica com as gerações futuras” (SACHS, 2004, p.15).

Nesse contexto, o ecodesenvolvimento tem como principal intenção definir um estilo de desenvolvimento adaptado às regiões rurais do terceiro Mundo, não significando que não possa ser estendido para outras regiões (SACHS, 1986). Suas principais características são: 1) esforço concentrado na definição de ecorregião, para valorização dos seus recursos específicos e para satisfazer as necessidades ambientais dos indivíduos, (alimentação, saúde, etc.); 2) contribuição para as realizações do ser humano que é considerado o mais precioso recurso do processo (emprego, segurança, respeito à diversidade cultural etc.); 3) identificação, gestão e exploração de recursos naturais numa perspectiva de solidariedade, usando de forma consciente para não prejudicar as gerações futuras; 4) redução dos impactos negativos das atividades humanas sobre o meio ambiente; 5) reduzir o consumo de energia e concentrar em esforços para encontrar fontes locais de abastecimento; 6) utilização de técnicas apropriadas, as chamadas ecotécnicas com o objetivo (sociais, econômicos e ecológicos) de tornar compatíveis as estratégias do conjunto de práticas; 7) exigir uma autoridade horizontal, considerando que cada região tem suas especificidades e garantindo a participação efetiva das pessoas locais; 8) orientação e preparação nas estruturas participativas de gestão e planejamento, conscientizando as pessoas sobre a importância da natureza, sensibilizando quanto a aspectos ecológicos do desenvolvimento e à dimensão ambiental (SACHS, 1986, p.15 a 18).

Esse modelo está voltado para valorização dos recursos específicos de cada território e do seu melhor uso, levando em conta os dados ecológicos da mesma forma que os culturais, buscando promover o desenvolvimento sustentável (SACHS, 1986; 2007).

Segundo Sachs (2007), para efetivação do processo de desenvolvimento sustentável, faz-se necessário considerar simultaneamente cinco dimensões: 1) sustentabilidade social - refere-se a um processo de desenvolvimento mais equilibrado, com igualdade na distribuição de renda e bens, distanciando os padrões de qualidade de vida dos ricos e dos pobres; 2) sustentabilidade econômica - a qual deve ser tornada possível através do gerenciamento e alocação de recursos em um fluxo de investimento privados e públicos contínuo, primordial ser medida em termos macrossociais, e não simplesmente em critério microeconômicos da rentabilidade empresarial; 3) sustentabilidade ecológica - está relacionada a diversas ações que podem ser atingidas através do aumento da capacidade da utilização dos recursos

naturais, (reduzir o consumo de combustíveis fósseis e demais que prejudicam o meio ambiente, buscar novas fontes de recursos renováveis, procurar soluções criativas com um mínimo de danos aos sistemas de sustentação da vida, diminuir a poluição e os resíduos, intensificar a promoção de pesquisa e tecnologia de baixo teor de resíduos e maior eficiência nos usos dos recursos para desenvolvimento rural, urbano e industrial, definir normas adequadas para proteger o meio ambiente); 4) sustentabilidade espacial - relaciona-se a uma “configuração rural-urbana mais equilibrada e de melhor distribuição territorial dos assentamentos humanos e das atividades econômicas” (SACHS, 2007, p.182). Aponta-se os seguintes preceitos: reduzir a aglomeração excessiva nas áreas metropolitana, diminuir a destruição de ecossistemas frágeis, promover o uso de tecnologia adequada, estimular acesso ao mercado e crédito para pequenos produtores, descentralizar empresas que promovam empregos não-agrícolas nas zonas rurais; 5) sustentabilidade cultural - busca raízes endógenas de processo de modernização e de sistemas agrícolas integrados, meios que valorizam a cultura de cada região, que facilite a geração de um conjunto de solução específicas para cada local (SACHS, 2007, p. 181-183).

A abordagem, do conceito de ecodesenvolvimento, parte de uma perceptiva territorial, onde cada ecorregião aponta soluções específicas de seus problemas e o sucesso depende do conhecimento do meio e da relação equilibrada entre o homem e a natureza, pensando em estilos diferenciados para cada território (SACHS, 1986).

O termo desenvolvimento territorial vem sendo substituído por sinônimos usuais, como desenvolvimento local, regional, social, humano, entre outros, sendo que o qualitativo territorial envolve todas essas dimensões (DALLABRIDA, 2007). O desenvolvimento territorial está relacionado diretamente com as dinâmicas sociais, culturais e políticas e é fruto da construção social entre atores e organizações de uma sociedade reconhecida historicamente e territorialmente (PECQUEUR, 2005; DALLABRIDA, 2007); consequentemente cada comunidade constrói seus próprios modelos de desenvolvimento a partir de suas específicas instituições (NASCIMENTO, 2015).

O Desenvolvimento territorial frente às novas evoluções da economia internacional necessita ser ativado não somente para as economias das indústrias, mas também para os países emergentes. As organizações internacionais não conseguem enxergar a importância da escala local como fonte promotora do

desenvolvimento. Na economia e agências internacionais, as pautas do desenvolvimento ainda são exclusivamente macroeconômicas (PECQUEUR, 2005). Contudo, “[...] os Estados da África de língua francesa começaram a caminhar, grosso modo, em direção a uma descentralização administrativa e política, o que não deixa de indicar um interesse novo para a problemática local” (PECQUEUR, 2005, p.11).

Na França, as iniciativas, partindo dos atores locais, frente aos danos causados pela globalização, revelavam a existência de dinamismo nesses espaços, emergindo com a crise dos anos setenta, com o êxodo rural e o deslocamento das atividades econômicas, frente ao modelo de globalização (PECQUEUR, 2005). No entanto, o autor complementa que nesse mesmo período, os estudiosos italianos redescobriram formas territorializadas de produção, classificadas de distritos industriais. A coordenação dos atores nesses espaços não estava ligada apenas a relações de mercado, mas também à reciprocidade, partindo de manifestações dos territórios locais.

Conforme Dallabrida (2007, p. 6), a dinâmica territorial do desenvolvimento diz respeito ao conjunto de ações relativas a esse processo, “[...] empreendidas por atores/agentes, organizações/instituições de uma sociedade identificada histórica e territorialmente”. Desta forma, o uso dessas ações envolve as dimensões: sociais, ambientais, econômicas, culturais e políticas. Frente a globalização, os atores de um território no processo de desenvolvimento, criam ações em busca de solucionar os problemas comuns, essas podem ser passivas ou ativas, e dependendo da tomada de decisão os territórios assumem opções de desenvolvimento favoráveis ou prejudiciais em diferentes intensidades nesse processo, “[...] transformando-se em territórios do tipo ‘inovadores/ganhadores’ ou ‘submisso/perdedores’”, que geram resultado de desigualdade territorial ou diferenciação territorial (DALLABRIDA, 2007, p.6).

A proposta é mostrar um modelo flexível e adaptável de desenvolvimento territorial, caracterizado como pós-fordista em sua forma de organização, apoiados nas especificidades dos produtos, evidenciado pela cultura local e modo de coordenação dos produtores. Mostrando outras formas de organização frente à troca capitalista de padronização de bens e serviços (PECQUEUR, 2005). O modelo de desenvolvimento territorial proposto por Pecqueur (2005, p.11) “[...] funcionaria como um ressurgimento das relações de produção pré-capitalistas revalidadas pelas

práticas e renovadas por dinâmicas territoriais”. Esse modelo produtivo está voltado para os processos de qualidade e especificidade de produção.

De acordo com Pecqueur (2005), o desenvolvimento territorial demanda uma nova forma de pensar os sistemas de produção, visando o melhor aproveitamento dos saberes e recursos locais. Ao longo da história, o sistema territorial de atores pode aparecer de diversas formas. A próxima seção discorre sobre os sistemas aglomerados produtivos e sua importância no contexto do DTS.

4 SISTEMAS E AGLOMERADOS PRODUTIVOS (SIAL): UMA REFLEXÃO INICIAL

Segundo Requier-Desjardins, Boucher, Cerdan (2006), a evolução das economias nacionais tem suas principais características ligadas a tendências globalizadas. Os autores complementam, afirmando que esse fato é mais percebido nos países latino-americanos, que nas décadas de 1980 e 1990, as políticas macroeconômicas tiveram uma mudança radical, voltadas para a liberação externa; o setor industrial e o efeito dessas políticas no setor foi foco de vários estudos, a queda das barreiras não tarifárias e tarifárias representou um grande obstáculo ao desenvolvimento dos setores industriais. Em contrapartida, surgiram novas atividades internacionais de subcontratação industrial em outros países (REQUIER-DESJARDINS; BOUCHE; CERDAN, 2006).

De acordo com Requier-Desjardins, Boucher, Cerdan (2006), no agronegócio e no setor agrícola, a globalização também gerou impactos: a importação de alimentos básicos se intensificou e as importações e exportações subiram em taxas comparáveis, fazendo com que a balança comercial dos países da América Latina não se deteriorasse na última década. De acordo com os autores, nos mercados globalizados, obteve-se êxito na exportação de algumas produções agrícolas, realizadas em grandes e médias propriedades, por exemplo, a soja no Brasil e Argentina. Esse episódio aconteceu pela falta de competitividade dos sistemas agrícolas, com baixos níveis de tecnologias, desenvolvimento e solos pobres, basicamente compostos por pequenas unidades produtoras.

À primeira vista, esse fato pode ser explicado pela presença de atividades agrícolas de subsistência que não conseguem competir com o agronegócio em escala mundial. Isso se deve ao fato deste último exercer o controle não só da dinâmica das inovações tecnológicas, mas também dos recursos de capital, podendo ainda adotar medidas compensatórias no nível global em relação a outros fatores, a exemplo da terra e do trabalho. Isto significa que o único caminho possível para competir num mercado alimentar globalizado passa pela disponibilidade de fatores de produção, onde os custos são reduzidos ao nível mais baixo possível. No entanto, a crise atual do modelo de agricultura produtivista nos países desenvolvidos, que abre o caminho para uma agricultura mais sustentável, concentrando o foco na oferta de produtos típicos e de qualidade, indica que a produção de *commodities* a baixo custo não deveria ser considerada como a única possibilidade de desenvolvimento da agricultura e do agronegócio no futuro (REQUIER-DESJARDINS; BOUCHE; CERDAN, 2006, p.108).

Nas economias nacionais, a globalização é considerada como uma nova etapa do processo de internacionalização. Este termo “[...] refere-se aqui: à expansão geográfica de atividades econômicas além das fronteiras nacionais” (REQUIER-DESJARDINS; BOUCHE; CERDAN, 2006, p. 110). Reforçando a importância da localização, a globalização vem se consolidando ao lado de vários modelos de sistemas produtivos, desta forma, nesse cenário a localização das atividades econômicas, geralmente preserva a atividade em áreas específicas e a formação de *cluster* (REQUIER-DESJARDINS; BOUCHE; CERDAN, 2006).

De acordo com Llorens (2001), no contexto da globalização crescente, há uma necessidade de desenvolver políticas específicas de desenvolvimento produtivo e empresarial de âmbito territorial na América Latina, como acontece em países desenvolvidos, as quais não se reduzam unicamente à conquista dos equilíbrios macroeconômicos, por mais importantes que estes sejam.

Llorens (2001) argumenta que o ritmo dessas mudanças em escala mundial mostra-se diferente em cada caso. Existem desafios a superar que marcam a atual fase de mudanças tecnológicas e organizacionais, o que obriga a complexa necessidade de formação de políticas estratégicas diferenciadas para cada tipo de território, respeitando suas especificidades. O autor, aponta os principais fatores dessa fase de mudança: a gestão pós-fordista e a forma de produção flexível, a imposição de mudanças radicais nos métodos empresariais, a inclusão da microeletrônica, a importância da qualidade e produtos com diferencial competitivo, a renovação e obsolescência constante e rápida de produtos e processos produtivos e a identificação dos diferentes nichos de mercados e sua precisa segmentação de demanda.

Dessa forma, essas mudanças estruturais, juntamente com as transformações tecnológicas, devem ser somadas com as condicionais da globalização de importantes setores da economia, maior exigência de competitividade no contexto de desregulamentação financeira, emergência de blocos geopolíticos, maior abertura de todas as economias, as práticas de neoprotecionismo, exigências competitivas e a necessidade de ampliação de mercados (LLORENS, 2001). O autor menciona que não existe um sistema econômico mundial único e globalizado, para ele isto está longe de ser realidade, o que existe é um núcleo globalizado de dinâmicas de atividades “cujo âmbito de mercado é, com efeito, o mercado mundial, junto do qual

existe também um grupo majoritário de atividades econômicas que se desenvolvem em mercados locais ou nacionais” (LLORENS, 2001, p. 15).

Juntamente com outros variados núcleos majoritários de atividades que se manifestam em âmbitos e mercados nacionais e locais, caracterizados por micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), mais um conjunto de atividades heterogêneas “[...] (como um mosaico de subsistemas locais de produção e elos produtivos de diferentes qualidades em termos de relações trabalhistas, vinculados em redes globais de empresas)” é constituído no sistema produtivo mundial, onde parte integra ao núcleo globalizado (LLORENS, 2001, p.15).

Inicialmente, no contexto da globalização, a importância dos estudos de organização industrial, em relação à localidade, aparentemente foi deixada para um segundo plano. No entanto, com o propósito de viabilizar políticas públicas que promovam o crescimento local, especialmente quando o instrumento são os aglomerados produtivos, ou seja, viabilização de ações locais, os pesquisadores passam a se interessar novamente pelo tema. Pecqueur (2005) confirma que os discursos exclusivamente macroeconômicos, ainda continuam a dominar as reflexões tanto nas agências internacionais quanto na academia.

Atualmente, os olhares por parte dos estudiosos, sobre o tema desenvolvimento local, está mais em evidência, especialmente tratando-se de aglomerados produtivos. Justifica-se essa conexão pela abertura dos mercados nacionais e queda das barreiras comerciais: “[...] que produziu fortes impactos nas estruturas de produção locais, gerando ameaças e oportunidades para as empresas, exigindo delas novas formas de organização para conquistar espaço em uma nova economia” (OLIVARES E DALCOS (2014, p. 11).

Segundo Llorens (2001), o espaço local vem sendo tratado como espaço marginal por governos centrais e por uma parcela de analistas, por outro lado ele envolve a maioria das atividades produtivas de todos os países, sendo responsável pelo crescimento econômico, geração de emprego e renda. Dessa forma, nos espaços locais há uma grande capacidade para melhorar a distribuição de renda, diminuir a pobreza e a desigualdade, o que exige uma profunda mudança nos deficientes e insuficientes enfoques assistencialistas.

A globalização econômica incorpora, adicionalmente, maiores exigências pela crescente exposição externa dos diferentes sistemas produtivos locais. Porém, o principal desafio está, inicialmente, na própria esfera

microeconômica da produção local, a fim de superar os excessivos níveis de ineficiência produtiva ainda existentes. Para isso são necessários também novos esquemas de regularização no nível mesoeconômico, a fim de que a gestão pública descentralizada proporcione novos papéis e maiores recursos e competências às administrações locais, facilitando as necessárias alianças e a articulação de atores territoriais para o desenvolvimento econômico local e a geração de emprego e renda (LLORENS, 2001, p.17).

Segundo Olivares e Dalcos (2014), de certa forma o fenômeno da localização foi estimulado pela globalização. Portanto, o contexto da globalização, as soluções liberais situadas unicamente no quadro macroeconômico, não contestam as necessidades de desenvolvimento, sendo insuficientes na produção de resultados inovadores (PECQUEUR, 2005).

Diante deste contexto, no processo de globalização, os espaços locais estão se transformando e ganhando amplitude em escalas nas esferas econômicas, políticas e culturais. Nessa nova realidade, surge oportunidade de alternativas na agricultura familiar, e na valorização dos produtos específicos, frente à produção em escala, pois os consumidores buscam uma qualidade maior e não se preocupam apenas com o fator preço. O que se entende, é que as mudanças refletem não só na agricultura, como nas indústrias que vem valorizando a proximidade geográfica como forma estratégica de vantagem competitiva. Desta forma, surge a necessidade de avanços tecnológicos para sobrevivência e conquista de mercados por parte da agricultura familiar.

É lógico pensar que o uso da tecnologia proporciona para as organizações novas estratégias, cujo principal objetivo é garantir a competitividade e sobrevivência frente as exigências mundiais (OLAVE e NETO, 2001). A formação de redes é uma prática que proporciona a criação de uma arquitetura organizacional nova e pretende melhorar o relacionamento entre elas. Essa necessidade de reorganizar os modelos de gestão empresarial e reestruturar a produção, para se tornarem compatíveis com padrões internacionais de qualidade e produtividade, surge com o avanço da internacionalização da economia (OLAVE e NETO, 2001). Tornou-se um passo importante para uma melhor articulação no conceito de aglomeração, a associação da ideia de aglomerados produtivos com a de redes, em especial no contexto de cadeias de fornecimento e ao redor de empresas “âncora”, foi um importante passo para unir o conceito (CASSIOLATO e SZAPIRO, 2002).

Essa nova economia, integrada por empresas que cooperam entre si, concentradas geograficamente, aparece como uma importante alternativa de inserção

no mercado por parte de pequenas empresas e possibilitou a busca por vantagens competitivas, como: “[...] a diminuição dos custos de produção e de transação; domínio e expansão de mercados; e, principalmente, a inovação constante em processos e produtos” (OLIVARES E DALCOS, 2014, p. 1).

De acordo com Neto (1999, p. 38), começou nos anos 70, a verificação de uma significativa mudança no sentido do fortalecimento relacional entre organizações industriais que formam os aglomerados produtivos. Esse fato pode ser comprovado com as iniciativas bem-sucedidas “dos distritos industriais da chamada Terceira Itália, os sistemas produtivos locais (SPLs) na França, Alemanha e no Reino Unido, o Vale do Silício nos EUA ou as redes de empresas no Japão, Coréia e Taiwan” (NETO, 1999, p. 38).

A associação explícita do conceito de aglomeração com o de competitividade aconteceu, principalmente, no início dos anos 90, o que explica parcialmente seu forte apelo para que os formuladores de políticas públicas e diversos centros de pesquisas se tornassem atraídos por esse campo. Por ser um fenômeno que acontece em um determinado espaço geográfico, a especialização e competitividade pode ser interpretada dentro de uma perspectiva de interação (CASSIOLATO e SZAPIRO, 2002).

Segundo Borja e Castels (1997), a partir da década de 90, diferentes formas de produção passaram a ser caracterizadas, contribuindo para essas novas valorizações dos espaços locais, chamadas de conjunto de sinergia econômica e social, onde as características do local se manifestam no centro de gestão global, tendo essas formas três pilares: a gestão pública, a produtividade e competitividade econômica e a representação e integração sociocultural.

De acordo com Specht (2009), o conjunto de mudanças e a atual realidade das especificidades locais, onde as ações dos atores estão ligadas e entrelaçadas com as instituições e as pessoas, vem promovendo mudanças na forma de produção nas indústrias e no campo. Sendo assim, diversas empresas estão se instalando em aglomerados geográficos, para melhorar a eficiência coletiva, proporcionando vantagens competitivas e enfrentando desafios macroeconômicos.

Estudos realizados confirmam que o desenvolvimento local predomina onde existe aglomeração de empresas e exerce um papel fundamental na melhoria de qualidade de vida das pessoas. Logo, surge uma nova forma de olhar o

desenvolvimento local denominado, aglomerado produtivo (OLIVARES E DALCOS, 2014).

Para Specht (2009), a forma de gestão das indústrias, baseada em aglomerados geográficos, abrem espaços para novos conceitos e noções, levando diferentes direcionamentos à pesquisa econômica e social. Essas organizações buscam conjugar as especificidades locais, intangíveis (imateriais) e tangíveis (materiais), com a lógica de produção global, do espaço geográfico em que estão localizadas. Assim, surgem diferentes configurações de sistemas produtivos e estudos ligados ao território, como os *clusters*, distritos industriais, SPL, arranjos produtivos locais (APL) e SIAL entre outros. Cada um desses arranjos tem diferentes abordagens e conceitos, tendo distintas configurações, territórios e divisão socioespacial do trabalho e também mobilizam de forma particular a economia e configuram em graus diferenciados de empreendedorismo e competitividade (SPECHT, 2009).

Olivares e Dalcos (2014) complementam que é comum o uso de termos que não são claros e quase tudo é constituído como aglomerado produtivo, sendo difícil sua caracterização e conceituação. Esse fato pode ser explicado pelo motivo que esse objeto de estudo tem um caráter multidimensional.

Independente da terminologia usada, “tornam-se tanto objeto de pesquisa quanto objeto de ações e políticas industriais, sendo considerados como fatores indispensáveis para a promoção do desenvolvimento local e regional” (OLIVARES E DALCOS, 2014, p. 2).

Entende-se, que os diversos estudos sobre esse tema têm gerado uma gama de terminologias para diferenciar o conjunto de empresas (e suas atividades) que se aglomeram em um determinado espaço geográfico. Embora existam diferenças na conceituação, estão ligados a construção coletiva, níveis de confiança entre os agentes envolvidos e ambiente de aprendizado. Diante deste contexto, a dinâmica da gestão territorial, faz-se necessário o entendimento do desenvolvimento a partir da perspectiva territorial. Com a finalidade de esclarecer a ligação destas configurações com o território, suas características serão apresentadas nos próximos capítulos, pois surgiram ao longo do tempo os fundamentos teóricos que referenciam à abordagens territoriais do desenvolvimento. Desta forma, a trajetória conceitual será importante para compreensão e entendimento das transformações ocorridas nos espaços locais

em relação às dinâmicas econômicas, sociais e ambientais até o surgimento do conceito SIAL, que foi foco desse estudo.

4.1 AS DIFERENTES FORMAS DOS SISTEMAS OU AGLOMERADOS PRODUTIVOS: *CLUSTERS*, DISTRITOS INDUSTRIAIS E ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS (APLS)

Os estudiosos dos distritos industriais, no final do século XIX, começaram a perceber a emergência de dinâmicas produtivas territorializadas; o primeiro economista a perceber tais dinâmicas foi Alfred Marshall que as definiu como distritos industriais, sendo este um padrão de organização comum à Inglaterra daquele período. Nelas, pequenas firmas estavam aglomeradas na periferia dos centros de produção e produziam produtos específicos e manufaturados, voltadas para atividades econômicas tipo: cutelaria, gráfica e têxtil, (FERREIRA, 2003). Marshall, então, passou a estudar o motivo da concentração destas firmas que foram chamados de “indústrias localizadas” (MARSHALL, 1988) e depois de “distritos industriais” (SPECHT, 2009).

A noção clássica de distrito industrial marshalliana faz referência ao fenômeno, presenciado ainda no século XIX, de concentração de empresas especializadas em um ramo de produção em certas comunidades inglesas, com uma divisão de trabalho entre pequenos produtores, baseada em laços de solidariedade. O referido autor explica este fenômeno pela existência de economias externas (também tratado como externalidades) às empresas individuais, mas internas aos ramos de produção, tratando-se, portanto, de economias que não surgem diretamente de empresas, mas sim do território onde elas estão localizadas, em função da proximidade dos produtores. A expressão *atmosfera industrial* cunhada por Marshall designa o meio ambiente favorável dos distritos industriais, envolvendo a concentração de recursos humanos, o sistema educativo, a herança social de especializações e as trocas de informações e competências (DALLABRIDA, 2007, p. 2).

A partir dos estudos de Marshall, os elementos básicos dos clássicos modelos de Distritos Industriais apontam forte divisão do trabalho e grau elevado de especialização de produtos, mão de obra qualificada, fácil acesso a fornecedores e insumos, troca de experiência e informações técnicas (FERREIRA, 2003). A organização do Distrito Industrial possibilita as empresas pequenas do mesmo setor, que se localizam em um mesmo espaço geográfico, obter ganho de escala, diminuir

os custos de produção garantindo a competitividade e gerando economias externas (FERREIRA, 2003).

Segundo Schmitz (1997):

No que se segue, os termos "distrito industrial" e "*cluster*" são, algumas vezes, intersubstituíveis, mas vale a pena recordar que, embora um distrito industrial seja sempre um *cluster*, o inverso nem sempre é verdadeiro. Desde Marshall, todos os analistas que usam o termo "distrito industrial" querem com isso dizer que uma profunda divisão do trabalho se desenvolveu entre as firmas; na maioria das análises contemporâneas, o termo também implica a existência de cooperação. Uma vantagem de usar o termo "*cluster*" é que ele se refere apenas a uma concentração setorial e geográfica de firmas. O problema de se saber se especialização e cooperação se desenvolvem é, assim, um assunto a ser empiricamente pesquisado, e não algo subsumido na definição (SCHMITZ, 1997, p. 173-174).

Observa-se o aparecimento crescente de processos locais de desenvolvimento com características incomuns, responsáveis por rendimentos crescentes. Os estudos, nos anos de 1970 e 1980 sobre distritos industriais europeus, que são *cluster* de pequenas e médias empresas, foram importantes contribuições sobre o tema (REQUIER-DESJARDINS; BOUCHE; CERDAN, 2006). Por meio desses estudos, pode-se destacar os seguintes aspectos:

a) agrupam quantidades significativas de pequenas e médias empresas, que trabalham em um mesmo ramo, ou em atividades associados;

b) as empresas de pequeno porte ganham forças para competir em escalas nacionais e internacionais, gerando produtos variados, os distritos alcançam mercados que as grandes empresas fordistas (produção em escala) não conseguem, pois abastecem uma demanda diversa e que devem ser adequadas às exigências demandadas;

c) nesses distritos, as empresas competem pelo mesmo mercado. Mesmo assim, existem relações cooperativas, a capacidade de produção e a mão-de-obra também são compartilhadas, desenvolvendo inclusive mecanismos de subcontratação recíproca;

d) são caracterizadas como um conjunto de instituições locais ligadas entre si, direcionadas para o fortalecimento de atividade econômica específicas da área: câmaras de comércio, governos locais, organizações profissionais, institutos técnico etc.

e) a cultura a história (industrial, política e religiosa) e o envolvimento dos atores no processo, são elementos desse padrão de comportamento cooperativo,

sobre as dinâmicas de mercado, fundamentais para melhoria de processos tecnológicos e sistemas de informação (REQUIER-DESJARDINS; BOUCHE; CERDAN, 2006).

Segundo Menezes (2009), o sucesso dos distritos industriais ocorreu pelo fato de que as relações sociais e institucionais eram tratadas em primeiro plano, em relação às econômicas. Além do que, os atores envolvidos partilhavam o princípio da cooperação por meio da reciprocidade, e também, existia uma relação estreita entre as dimensões econômicas, social e política.

Dando continuidade a essa linha de argumentação e a apresentação das inovações a partir da experiência dos distritos industriais, destaca-se segundo Porter (1998) o aparecimento dos *clusters* produtivos. Um *cluster* refere-se à concentração de empresas, fornecedores, setores relacionados e instituições especializadas que competem, mas também cooperam entre si, localizadas em uma determinada área geográfica (PORTER, 1998). Nessa nova concepção econômica, o autor aborda o termo competição através dos aglomerados produtivos.

De acordo com Schmitz (1997), os *clusters* podem ser caracterizados por agrupamentos e aglomeração de pequenas firmas que se concentram em um espaço geográfico e em setores, sendo uma forma de organização industrial particular. A autora enfatiza que a formação de *cluster* favorece pequenas empresas em alcance de ganho de eficiência, que sozinhas raramente conseguiriam obter. O interesse por estudos sobre o assunto surgiu nos anos 70, devido as várias mudanças ocorridas no ambiente de competição das firmas (SPECHT, 2009).

Caporali e Volker (2004) definem *cluster* como aglomerados de empresas similares, atuantes na mesma cadeia produtiva, que por meio da locação e da especialização, garantem vantagem de desempenho pela proximidade física e partilham, além da infraestrutura, o mercado de trabalho especializado, como ameaças e oportunidade comuns.

Os *clusters* são típicos e não singulares, destacando a importância dos fatores locais em busca de vantagens competitivas duradouras (relacionamentos, conhecimento e motivação etc.), em relação a mercados globalizados, com os quais os concorrentes distantes geograficamente não conseguem competir (PORTER, 1999).

Tanto por parte das empresas, como das nações, nas últimas três décadas o fator regional passou a ser importante na geração de vantagens competitivas

(PORTER, 1999). Nesse cenário, o território passa a ser enxergado como um grande complexo produtivo, o foco de grande interesse de analistas organizacionais deixa de ser as empresas que antes eram vistas isoladamente, para aglomerados de empresas, localizadas em um mesmo espaço geográfico. Os sistemas globais de produção, em relação à dimensão local, trazem para o centro das análises “a necessidade de identificação de fatores capazes de gerar configurações produtivas com desempenho diferenciado” (VALE e CASTRO, 2010, p. 82).

Os estudos sobre *cluster*: “trouxe contribuições relevantes para uma melhor compreensão das associações entre desempenho empresarial, competição, cooperação e competitividade” (VALE e CASTRO, 2010, p. 91). Seguindo essa mesma linha, Weiss, Schultz e Oliveira (2017) destacam a relevância de *cluster* para o desenvolvimento regional, reforça a ideia de cooperação entre membros de uma cadeia produtiva, fundamental para garantir vantagens competitivas no setor, capacitando as empresas para atuarem em mercados globalizados. Esse conceito, voltado para competição, tornou-se pertinente nos países desenvolvidos, expandindo-se para países emergentes e em desenvolvimento.

Segundo Specht (2009, p. 63), “como crítica à abordagem, verifica-se que está considera muito pouco as organizações de ensino, pesquisa e desenvolvimento, e o apoio de financiamento, além de simplificar o papel da inovação e da tecnologia”.

Conforme Araújo (2007), o estudo dos *clusters* agroindustriais buscam mostrar as inter-relações e integrações entre sistemas do agronegócio, em um determinado espaço geográfico; “em alguns países, como na Itália, não especificamente em agronegócio, denominam-se “distritos industriais” a esses aglomerados, delimitados em determinadas regiões e envolvendo toda a cadeia produtiva”.

Vale lembrar, que para ser definido como *cluster*, é preciso existir um agrupamento competitivo, onde a competição assume características diferenciadas, e as empresas nesse contexto produzem o mesmo tipo de produto, “caso esse distrito industrial seja composto por empresas sem relacionamento entre si – para formar um conjunto competitivo – este distrito não será considerado um *cluster*” (SAMPAIO, 2002, p. 9).

Além dos *clusters* produtivos, emergem também, os estudos relacionados a SPLs e APL, que não estão ligados somente à aglomeração geográfica, com ênfase

na escala espacial do território. A dimensão territorial é o recorte desta abordagem, os traços culturais e históricos gerados pelas concentrações geográficas criam vínculos atrelados ao local e à construção de identidade, um ambiente favorável para interação de atores políticos, sociais e econômicos que fortalecem a cooperação e a confiança entre os atores, onde o conhecimento tácito, a aprendizagem e a inovação são compartilhadas e valorizadas. Existem diferentes abordagens para os SPLs e os APLs, apesar de ambos os conceitos estarem atrelados ao território (SPECHT, 2009).

De acordo com Cassiolato e Lastres (2003, p. 5), “arranjos produtivos locais são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais - com foco em um conjunto específico de atividades econômicas - que apresentam vínculos mesmo que incipientes”.

Segundo Araújo (2007, p. 26):

Os Arranjos Produtivos Locais (APLs) significam a maneira como todos os agentes de determinadas cadeias produtivas se organizam e se inter-relacionam, inclusive com outras cadeias produtivas, em determinado espaço e território. Com objetivo de tornar o conceito mais abrangente, de modo a incluir todas as variáveis, são considerados também os sistemas correlacionados, de modo que se deve tratar de uma abordagem não mais de APL, mas de Arranjos e Sistemas Produtivos Locais (ASPLs). Esse tipo de abordagem para análise regional tem sido utilizado mais recentemente, já no século XXI, sobretudo nos estudos para projetos de desenvolvimento regional. O resultado final é uma rede de inter-relações, envolvendo todos os segmentos direta ou indiretamente relacionados a determinado produto.

Os APLs envolvem um conjunto de empresas variadas que participam entre si. Elas podem ser prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, produtoras de serviços e bens, fornecedoras de matéria-prima e equipamentos, clientes, entre outras (CASSIOLATO e LATRES, 2003).

Existem diferentes APLs, que variam desde aos mais articulares aos mais complexos e rudimentares, há diferentes formas de representação e associação. Incluem instituições públicas e privadas, como escolas técnicas e universidades voltadas para a formação e capacitação de recursos humanos, desenvolvimento e engenharia, promoção, financiamento e política (CASSIOLATO e LATRES, 2003).

Segundo Araújo (2007), os APL e ASPL são aprofundamentos da visão de *cluster*, que resultam de uma necessidade de desenvolver determinado espaço limitado. No entanto, os *clusters* tem uma ênfase maior na concorrência do que na cooperação. Por esse motivo, o autor enfatiza a importância de constituição de APL e ASPL. Estes permitem a efetiva implementação de políticas voltadas para o

desenvolvimento local, onde a participação dos agentes interessados é fundamental, como trabalhadores, empresários, políticos etc. de modo a promover as relações sociais e buscar soluções diversas.

O conceito de SPLs, que tem como foco as proximidades geográficas - “entendido como um fator de difusão de externalidades tecnológicas específicas (força de trabalho, difusão de inovações etc.)”, permite uma disseminação das informações, fortalecendo a flexibilidade produtiva e promovendo a cooperação. Os SPLs foram inicialmente identificados nos países desenvolvidos, existem poucos casos em países em desenvolvimento como o Brasil. (REQUIER-DESJARDINS; BOUCHE; CERDAN, 2006, p. 113).

SPLs são caracterizados por arranjos produtivos onde a cooperação, aprendizagem são compartilhados; a interdependência e os laços de reciprocidade resultam em interação promovendo maior competitividade entre as empresas e capacitação social gerado por esse formato organizacional (CASSIOLATO e LATRES, 2003).

Os SPLs geram vínculos consistentes, “com potencial de gerar o incremento da capacidade inovativa endógena, da competitividade e do desenvolvimento local”, onde existem diferentes graus de enraizamento e formas de governança. Tais sistemas e suas interações podem ser tanto formais como informais. A importância da socialização, do conhecimento, em especial aqueles tácitos, tende a fomentar o processo de inovação e o surgimento de novos produtos locais. A articulação e o aprendizado entre os agentes se tornam importantes principalmente quando se têm sistemas cognitivos localizados (CASSIOLATO e LATRES, 2003, p. 5).

Os APLs apresentam vínculos de independência, encontram-se em estágio embrionários, apontam necessidade de especialização, eficiência coletiva, competitividade e formação de relações socioprodutivas (RIBEIRO et al., 2013; SPECHT, 2009). Já os SPLs promovem a cooperação e o compartilhamento de conhecimento, cuja interdependência consiste em interações entre os agentes institucionais, geração de capacitação social e capacidade no processo endógeno de inovação (SPECHT, 2009).

Podem-se destacar os agentes locais, como protagonistas do desenvolvimento endógeno, destacando a interação, cooperação e confiança entre eles, elementos essenciais para construir capital social; “os arranjos produtivos locais

originam-se de acordo com a construção de identidades e formações de vínculos territoriais, locais e regionais, construídos a partir de um apoio social, cultural, político e econômico comum” (RIBEIRO et al., 2013, p. 107).

Dentre uma perceptiva escalar, um arranjo que é caracterizado como um aglomerado produtivo territorial, que está em processo de evolução. Já, um SPL, constitui a última etapa do ciclo de vida de um APL. SPL é definido como um conjunto de empresas, que se aglomeram em um espaço geográfico, em torno de uma atividade em comum, onde as relações entre elas são compartilhadas e o meio sociocultural onde estão inseridas são conservados (MENEZES, 2009).

A partir das experiências dos SPLs emergem os SIALs. Ligados a variações qualitativas vinculadas ao comportamento do consumidor, os sistemas agroalimentares rurais vêm passando por um conjunto de mudanças no mercado agrícola, que acaba por influenciar as relações sociais de um território (SPECHT, 2009). À luz desta questão, surgem novas análises no meio rural por parte de estudiosos, dentre elas a abordagem dos SIALs, que será exposta a seguir.

4. 2 A DINÂMICA DOS SISTEMA AGROALIMENTARES LOCALIZADOS (SIAL)

As seções anteriores foram importantes para traçar a trajetória dos diferentes modelos de SPLs que deram base ao conceito de SIAL. Para Pecqueur (2006), a noção de *cluster* é vaga, aplicada em escalas territoriais muito variáveis. Podemos, sem dúvida, dizer que esta noção é mais abrangente e a de distrito industrial mais restrita (nos seus elementos constitutivos). Nesse contexto, o SPL aparece como uma configuração intermediária, já os SIALs são declinações dos SPLs e o meio inovador insistindo em um dado fundamental.

O território rural vem se transformando, e com isso surgem diferentes reflexões. Essas transformações que se referem à dimensão política, produtiva e, sobretudo social, trazem a necessidade de novas configurações nesses espaços, surgem novos atores, configurando diversas formas de organização, enfrentando os desafios para a promoção do desenvolvimento (GUIMARÃES et al., 2015).

As constantes transformações no meio rural, na agricultura, no consumo de alimentos na produção agroalimentar, pressionam os pesquisadores a buscarem novos conceitos para enfrentar esses novos desafios e fenômenos. Desta forma, o

SIAL surge como uma construção progressista frente a esses processos acelerados (MUCHNIK, 2006).

De acordo com Muchnik (2006), o estudo sobre SIAL na América Latina na década de 80, buscou verificar a existência de aglomerados de pequenas unidades produtivas de processamento de alimentos, denominadas agroindústrias rurais (ARs), como a farinha de mandioca no Brasil, a rapadura (panela) na Colômbia, os laticínios rurais no Equador etc. Esses setores considerados atrasados estavam destinados a desaparecer mediante a racionalidade da economia clássica e pela falta de competitividade no mercado, nesse sentido o cenário precisava ser convertido. No entanto, as conclusões tiradas desses estudos foram surpreendentes, sustentadas pelo saber-fazer e técnicas locais diferenciadas, permitiram melhorar o rendimento das economias familiares, gerar empregos, contribuir para segurança alimentar e agregar valor à produção de pequenos produtores. Já na década de 90, outras questões foram aglomeradas no conceito como o desenvolvimento sustentável, problemas ambientais e a multifuncionalidade das zonas rurais e da agricultura (MUCHNIK, 2006).

Na década de 90, as questões ambientais ganham grandes proporções. A questão do desenvolvimento sustentável, a degradação do meio ambiente, a multifuncionalidade do meio rural, aparecem como questionamentos em torno da relevância da abordagem SIAL: “a) o SIAL como um objeto concreto, um conjunto de atividades agroalimentares territorialmente constituídas e visíveis; b) o SIAL como forma de abordar o desenvolvimento de recursos locais, mesmo que o “sistema” não exista como tal” (MUCHNIK, 2006, p. 4). Nos dois casos para construção projetos de desenvolvimento local o SIAL pode ser usado como metodologia. Recentemente as atividades territoriais e as dinâmicas de fortalecimento das ancoras territoriais, surge um terceiro sentido para o SIAL: “[...] como figura legal ou institucional, que pode ser considerado pelos órgãos administrativos como objeto de planejamento” (MUCHNIK, 2006, p. 4).

As novas configurações do espaço rural, como parte de um imaginário em construção, ganham significados específicos que incluem dimensões simbólicas, ambientais e culturais. Essas configurações emergem como resposta à atual postura neoliberal, a qual vigora com força na América Latina desde a década de 1990, tendo como princípio reduzir as despesas públicas e reforçar o papel do setor privado na

economia. Desta forma, os processos de decisões devem ser baseados nos modos e sentidos de vida dos protagonistas locais, agricultores familiares, jovens, educadores, agentes de desenvolvimento e organizações sociais (GUIMARÃES et al., 2015).

Apesar de existir indicadores que permitem a classificação de *clusters*, eles foram criados para os setores industriais, excluindo o setor agrícola que em muitos casos caberia na mesma associação. As características desses *clusters* “[...] permitem avaliar os papéis que eles desempenham nas cadeias produtivas agroalimentares, mediante a aplicação do enfoque analítico dos SPLs e *clusters* à compreensão da dinâmica do setor agroalimentar” (REQUIER-DESJARDINS; BOUCHE; CERDAN, 2006, p. 117).

Desta forma, surge a necessidade de categorização de sistemas relacionados à agricultura. Nesse sentido, surgem SIALs, especializados em setores e atividades agroalimentares, como um tipo particular de SPL (REQUIER-DESJARDINS; BOUCHE; CERDAN, 2006).

Pecqueur (2006) salienta a necessidade de uma economia pós-fordista, enfatiza que estamos no momento de valorização dos territórios, o qual chama de: momento território, possibilitando antecipar o fim da industrialização indiferente ao contexto geográfico-cultural, e levando à reflexão a respeito das regulamentações possíveis atuais, relacionadas em escala global à configuração produtiva do trabalho.

Em 1996, o conceito de SIAL foi criado em um contexto de agravamento de problemas ambientais e alimentares. Além disso, em função do surgimento da crise nas sociedades rurais diante dos novos desafios enfrentados por diversas empresas dos países do Sul e do Norte, tanto qualitativamente como quantitativamente (MUCHNIK, 2012; MUCHNIK et al., 2007). O conceito surgiu frente à resistência ao inovarem, utilizando estratégias locais de desenvolvimento de recursos e produtos usados pelos agrupamentos geográficos das empresas agroalimentares (MUCHNIK et al., 2007). Os SIALs são definidos como:

[...] organizações de produção e serviço (unidades de produção agrícola, agroalimentares, empresas comerciais e restaurantes) associadas por suas características e funcionamento a um território específico. O meio ambiente, os produtos, os homens, suas instituições, seu saber-fazer, seus hábitos alimentares, suas redes de relacionamentos, se combinam em um território para produzir uma forma de organização agroalimentar em uma determinada escala espacial (CIRAD-SAR, 1996, p. 5).

O SIAL, como base teórica e construção científica, contribui para a criação de uma abordagem agroalimentar que possa compreender o funcionamento de uma atividade produtiva de um determinado território, assim como seu meio social e cultural, baseado em sistemas (MUCHNIK et al., 2008). Para melhor compreender a abordagem do SIAL, Cirad-sar (1996) aponta três pontos importantes:

a) Não se pode entender o funcionamento e estratégias da unidade de produção sem levar em consideração a análise da escala territorial, ou seja, é preciso compreender de uma forma sincronizada uma análise em escala, sendo o micro e o meso. O primeiro é a amostra de unidades de produção individual, e o segundo, a análise de tudo. O território agroalimentar permite enxergar e contabilizar as inter-relações de cada parte de um determinado território e o tudo.

b) Os processos de inovação estão fortemente associados à dinâmica territorial, sendo o território um ambiente inovador e o local de construção do conhecimento. Podendo ser empobrecido ou enriquecido, cada território tem seu capital de conhecimento. O desenvolvimento deste capital, em estratégias de desenvolvimento territorial, é um ponto chave e diz respeito às redes sociais de relacionamentos em que as unidades de produção estão inseridas à percepção dos produtos alimentares e o *know-how*.

c) Arranjos institucionais, de vários tipos e em várias escalas.

O SIAL tem como estratégia a diferenciação de produtos "transportadores de identidade". Essa diferenciação não está ligada somente ao conhecimento, produção e técnicas especificamente agrícola, mas também ao ato de consumir e comprar os produtos alimentares (CIRAD-SAR, 1996).

Os SIALs não serão competitivos para produtos padronizados de produção de escala, eles são naturalmente competitivos para produtos específicos que tem sua própria identidade, onde consumidores reconhecem e valorizam o produto associado à *know-how*, organizações produtivas e territórios (CIRAD-SAR, 1996). O SIAL aparece na atividade do setor agrícola e agroalimentar acerca das especializações dos processos de localização. O conceito e sua evolução abarcam temas como segurança alimentar, desenvolvimento sustentável, revalorização da escala territorial, proteção do meio ambiente e outros (MUCHNIK, 2012).

O SIAL tem como característica o compartilhamento de conhecimento entre os atores do mesmo território (*know-how*) e o uso de tecnologia específica, que fazem

parte do processo de transformação de um determinado produto naquele espaço, chamado de recurso específico cognitivo (REQUIER-DESJARDINS; BOUCHE; CERDAN, 2006).

Surgiu frente à economia clássica, o objetivo era o estudo de pequenas empresas concentradas e ligadas a um território específico, levando em consideração os trabalhos e casos bem sucedido sobre distrito industrial e de sistemas produtivos locais que tiveram como fundamentos o uso de recursos específicos (saber-fazer, formas diferenciadas de cooperação etc.) onde ganharam força no mercado tornando os produtos competitivos (MUCHNIK, 2006).

A origem territorial do produto é um indicador de qualidade, a proximidade criada com o consumidor que geralmente conhece ou já ouviu falar sobre o processo produtivo gera um valor simbólico, determinante para valorização do produto e avaliação da qualidade (REQUIER-DESJARDINS; BOUCHE; CERDAN, 2006). Os autores complementam que os vínculos com os consumidores são elementos constitutivos desse tipo de conhecimento, ligados a fatores culturais e regionais dos produtos agrícolas consumidos. Além disso, outras características podem ser incorporadas na questão da qualidade como, a paisagem rural e a gestão ambiental.

Dessa forma, o SIAL parece estar inserido numa rede dupla: a) no nível horizontal territorial, naquela formada por atividades rurais agrícolas e não agrícolas, instituições locais, *know-how* local etc; e b) no nível vertical, à jusante da cadeia produtiva, naquela formada por atividades de comercialização, embalagem, *marketing* e consumo. Esses dois conjuntos de relações não são independentes quando se trata da relação de qualidade e tipicidade de produtos. Isto na medida em que esta última baseia-se freqüentemente não só nas características do processo de produção agrícola, mas também nas características culturais ou ambientais do território rural (REQUIER-DESJARDINS; BOUCHE; CERDAN, 2006, p. 125).

Muchnik (2006) aponta três noções mobilizadoras para o SIAL: a) noção de território construído, onde as relações econômicas não se baseiam somente nas leis de mercado, o processo de territorialização é considerado como material e cultural onde os atores transformam esses espaços dando sentido a suas vidas na sociedade; b) a noção de referências de identidade, guiadas pelo sentimento de territorialidade, aparecem em dois níveis, sendo o primeiro em direções sociais (religião, idioma, origem etc) e o segundo em direções individuais (nome, sobrenome, comércio); c) a alimentação como fator social, que diferencia a noção de SIAL e SPL onde o primeiro tem como especificidade os bens alimentares, que trazendo diferentes variáveis: a

saúde de quem consome, a composição e características dos alimentos, a identidade cultural, a dinâmica territorial etc.

Será reconhecida pelos consumidores a qualidade do produto quando sua percepção se associa à origem territorial, “ [...] a capacidade do SIAL de se integrar à cadeia produtiva agroalimentar constitui, sem dúvida, um elemento essencial da sua resiliência e, ao mesmo tempo, da sua contribuição para o desenvolvimento local” (REQUIER-DESJARDINS; BOUCHE; CERDAN, 2006, p. 128).

A abordagem SIAL, embora leve em conta o funcionamento das cadeias, é uma abordagem que parte do território, tanto do ponto de vista teórico, para conhecer e compreender em que medida o território constitui um elemento significativo (ou não) para a organização e dinâmica das atividades estudadas. Do ponto de vista operacional, em que o território serve de referência para a combinação de atividades territoriais diversificadas, para a organização dos produtores, para aumentar suas margens de manobra e melhorar sua posição nas negociações com os "comandos" e as cadeias, ou para a construção de circuitos alternativos, baseadas em outro tipo de relações produtor-consumidor (MUCHNIK, 2006, p. 13, tradução nossa).

A abordagem SIAL permite a realização de análises de dinâmicas territoriais que englobam aspectos analíticos e metodológicos envolvendo o desenvolvimento territorial e a promoção da economia é vista como facilitadora do processo de ações coletivas e de gestão territorial (BOUCHER e REYES, 2016). É “[...] considerada como um conjunto de ferramentas mobilizáveis em atividades de pesquisa e intervenção, cuja finalidade é sustentar/apoiar processos de identificação, resgate e valorização de recursos locais” (REDE SIAL BRASIL, 2019).

De acordo com a Rede Sial Brasil (2019), a abordagem SIAL se trata de um enfoque compreensivo, não existindo uma receita preestabelecida, onde é necessário a observação e explicação da realidade por parte do pesquisador. Portanto, sua evolução é baseada na vivência dos atores territoriais em função da "realidade" reconhecida no diagnóstico ou por possíveis caminhos imaginados por pesquisadores. Desta forma, cada SIAL é único e sua evolução é fruto da construção de uma relação dialética entre seu território e o SIAL (REDE SIAL BRASIL, 2019).

Segundo Boucher e Reyes (2016), três conceitos são fundamentais para a base da metodologia SIAL: a) o território e o desenvolvimento territorial. O território difere-se em diferentes áreas do conhecimento, cada uma dessas áreas denomina suas características, porém existem elementos que se coincidem, sendo eles o espaço de identidade cultural, social e econômico, onde a cooperação dos atores locais e os recursos específicos ativados são essenciais para o seu desenvolvimento,

onde o capital natural é relevante influenciando o potencial das atividades produtivas; b) ações coletivas e ativação territorial. Estas permitem a mobilização de recursos territoriais. As relações dos atores podem ser horizontais e verticais, as ações coletivas geram confiança entre os diferentes componentes da cadeia aumentando o capital social do território; c) inovação territorial. Combinam conhecimento tácito na produção agroalimentar, ou seja, aprender fazendo. A proximidade geográfica facilita a difusão do conhecimento, como um saber-fazer único diferenciado de um determinado território.

De acordo com Ambrosini, Filippi e Miguel (2008), a forma passiva do SIAL pode existir quando em um determinado território um produto tem potencial para ser valorizado. Temos a passagem do estado passivo do SIAL para o ativo, quando um recurso territorializado aumenta a qualidade dos produtos, relacionando a sua origem através de uma construção coletiva, ou seja, acontece essa passagem por meio da construção de um recurso territorializado, por uma ação coletiva local e suas dinâmicas de coordenação (BOUCHER, REQUIER-DESJARDINS, 2002).

Dentro da perspectiva do modelo SIAL, segundo Ambrosini (2007) quando não acontece a mobilização coletiva, ou quando essa é frágil em torno cadeia produtiva, o SIAL se encontra em sua forma passiva.

De acordo com Siqueira (2016, p. 6), caracteriza-se um SIAL ainda em sua forma passiva: “[...] aquele onde existem evidências que remetem a uma articulação territorial que pode ser ativada através da abordagem de SIAL, ou seja, ainda que não se possa dizer que existe um sistema produtivo consolidado”.

Muchnik (2006) define uma metodologia para análise do SIAL, baseado em 4 dimensões, sendo elas: a) dimensão histórica, onde o processo de formação das experiências de campo estudadas pode ser apreciado; b) dimensão técnica, centrada nas observações, percepções e análise do saber-fazer e das técnicas utilizadas, relacionado aos produtos agroalimentares, com identidade simbólica; c) dimensão alimentícia, tem como foco as relações sociais, culturais e econômicas, entre o produto e o consumidor; d) dimensão institucional, posiciona o acento no SIAL, levando em consideração, as relações entre os atores sociais, suas estratégias coletivas e individuais. Essas dimensões servem de alicerces para aproximar a noção de SIAL entre teoria e campo empírico (AMBROSINI, FILIPPI e MIGUEL, 2008).

A dimensão histórica: segundo Specht (2009), é considerada como uma das principais bases para analisar se o sistema pode ou não se caracterizar como um SIAL.

Segundo Siqueira (2016), a dimensão histórica está ligada com as referências identitárias, são elas que definem o sentimento de pertencimento ao território dos atores, também as relações de cooperação, confiança, conflitos e aprendizados. As referências identitárias, “pouco têm a ver com a proximidade espacial, elas são formadas mais pelos fatos históricos e dão o fundamento afetivo para as ações dos atores territoriais” (SIQUEIRA, 2016, p. 90). Essas referências existem em diferentes graus de relação e são guiadas pelo sentimento de territorialidade, podendo ser referências sociais (religião, idioma, origem etc.) e referências individuais (nome, sobrenome, comércio), (MUCHNIK, 2006; SIQUEIRA, 2016).

Partindo dessa categorização, os laços históricos referem-se a um processo histórico-cultural de criação de referências identitárias que embasa diferentes formas de coordenação territorial, facilitando a formulação de normas para as ações coletivas, através das referências de origem e identidade dos atores. (MUCHNIK, 2006).

Em relação a dimensão histórica, Muchnik (2006), acredita que o tempo é importante para se consolidar um SIAL, porém não determina um tempo mínimo, em razão da existência de SIALs de constituição relativamente recente. O mais importante na análise são as transformações em mudanças qualitativas, provindas das variáveis técnicas, sociais, econômicas e culturais, (MUCHNIK, 2006; SPECHT, 2009).

O sentimento de pertencimento ao um local, de fazer parte da história do território, constitui a base emocional para o surgimento de liderança e projetos orientados para a ancoragem territorial das atividades produtivas (MUCHNIK, 2006).

A dimensão histórica constitui elementos culturais e históricos atrelados a um determinado território, faz parte do estudo SIAL o resgate desses elementos compartilhados pelos atores locais (AMBROSINI, 2007). Esse resgate, “permite-nos compreender valores identitários, compartilhados, os quais seriam a chave para explicar comportamentos cooperativos baseados na confiança histórica” (AMBROSINI, FILIPPI e MIGUEL, 2008, p. 16).

A Dimensão técnica: analisa o saber-fazer local, são as técnicas utilizadas na produção, faz referências aos “laços materiais”, as inovações e a relação com o ambiente enquanto patrimônio natural (SIQUEIRA, 2016). Remete características

relacionados ao uso de recursos naturais tanto na produção de cana-de-açúcar, como no processo de agroindustrialização, assim como técnicas e instrumentos de fabricação da cachaça (DENARDIN et al., 2015).

Faz parte de uma das características de ancoragem territorial, os laços materiais que são definidos por Muchnik (2006), como sendo técnicas de produção, juntamente com o tipo de solo, clima, paisagem e características específicas dos produtos. “Os laços materiais dão a base para a constituição dos laços imateriais, que pode ser chamado também de “patrimônio intangível” como a imagem do território, sua cultura, saberes e tradições (dimensão histórica)” (SIQUEIRA 2016, p.50).

Segundo Spchet (2009), a dimensão técnica é considerada como um saber-fazer próprio de um local para produtos alimentares que possuem uma identidade simbólica e que tenham referência na produção. “É centrada na observação, na descrição e na análise dos saberes e de técnicas utilizadas para a condução de um cultivo ou transformação de um produto alimentar” (SPECHT, 2009, p. 101). Um ponto interessante enfatizado pela autora é a sucessão familiar no meio rural, através desse problema, muitas vezes é deixado de passar conhecimentos táticos para as próximas gerações, essa interrupção de conhecimento, pode caracterizar na perda de um saber-fazer único que poderia dar origem a um diferenciado SIAL.

Lins (2006) acrescenta que a inovação é entendida como fruto de uma construção social, podendo significar melhoria na qualidade de vida e nas condições de trabalho em diferentes localidades. A proximidade geográfica é um fator decisivo no processo de inovação, assim como os agentes organizacionais e institucionais que são influenciadores na produção técnica, nas ações coletivas e nos comportamentos cognitivos de um SIAL.

Fruto do processo de modernização na agricultura e difusão técnica a tendência à homogeneização dos processos produtivos (*commodities*), faz com que os produtos percam suas características, entretanto a diversidade dos sistemas produtivos tradicionais não foi substituída ainda, pelos sistemas de alta produção (AMBROSINI, 2007).

A dimensão alimentícia: tem como foco as relações, sociais, culturais e econômicas entre os produtos e o consumidor (MUCHNIK, 2006; SPECHT, 2009). Os mercados nos SIALs podem ser locais, nacionais ou de exportação, essa variação regula as normas comerciais e a qualidade de exigência dos produtos, influenciando

as formas de coordenação, estratégias comerciais e organização social (MUCHNIK, 2006). Devido aos diferentes tipos de mercado existem SIALs que precisam de uma organização coletiva por parte dos atores, principalmente aqueles que exportam seus produtos, em outros casos essa organização não é determinante, levando a tomada de decisões individuais. O SIAL como foco de estudo deve analisar os diferentes tipos de produtores e estratégias, a inclusão e exclusão social por parte do grupo, os produtores individuais são tão importantes quanto os organizados (MUCHNIK, 2006).

Nessa gama de ofertas existem diferentes tipos de consumidores, levando critérios diferenciados na tomada de decisão de compra. Os produtos alimentares do SIAL são diferenciados, através da sua qualidade territorial do saber-fazer único e das características específicas, oferecem além das propriedades básicas da alimentação, outros valores que ultrapassam a relação monetária direta quando percebido pelos consumidores, agregando outras funcionalidades, relacionadas com a saúde, estética, natureza etc. (SPECHT, 2009).

A dimensão alimentícia torna-se relacional, quando o produto é oferecido direto ao consumidos, o contato face-a-face permite a solução de problemas imediatos quando existe a necessidade por parte do comprador de saber a procedência e as técnicas utilizadas na produção, além de estreitar os laços de confiança (SPECHT, 2009).

Segundo Muchnik (2006), os alimentos possuem uma característica particular são os únicos bens de consumo que literalmente são introduzidos no corpo de quem consome, nessa abordagem não se pode isolar fatores de ordem biológicas e sociais, trazendo variáveis diferentes para o ato de comer: a saúde do consumidor, a identidade cultural, as características dos alimentos, a composição do produto, a dinâmica dos territórios de origem, o desenvolvimento progressivo dos produtos e dos produtores agrícolas. O autor salienta que os alimentos e a alimentação desempenham um papel importante na construção das referências identitárias dos indivíduos e das sociedades.

As culturas alimentares influenciam a eficácia econômica das atividades produtivas, no SIAL a qualidade do produto reconhecida pelos compradores e o preço que estão dispostos a pagar estão estreitamente relacionados (MUCHNIK, 2006).

A dimensão Institucional: “correspondem à relação entre os atores sociais, suas estratégias individuais e coletivas, à influência de laços sociais nas relações

mercantis e a identificação de vínculos verticais e multilaterais” (SIQUEIRA, 2016, p. 21).

Nos Sistemas Agroalimentares Localizados, o “diálogo” na cadeia produção-comercialização-consumo ocorre nos elos verticais, envolvendo produtores/beneficiadores e fornecedores de insumos e equipamentos, de um lado, e produtores/beneficiadores e comerciantes/distribuidores/consumidores, de outro. Os elos horizontais abrangem os produtores e beneficiadores, tomando a forma, entre outras coisas, de iniciativas de associativismo e cooperativismo, além de interações comunitárias cotidianas que não raramente transcendem a órbita econômica. Os vínculos multilaterais, de sua parte, ultrapassam a cadeia produção-comercialização-consumo e alcançam diferentes instituições (LINS, 2006, p. 325).

O SIAL engloba toda a cadeia produtiva agroalimentar, envolvendo análise de fluxo de produtos e mercados consumidores até a compra de insumos e matéria-prima para a produção (SIQUEIRA, 2016).

De acordo com Specht (2009), para a categoria institucional, metodologicamente não basta somente a análise dos atores locais e suas estratégias, mas também a influência do estado. A autora enfatiza que deve ser levado em consideração as relações estabelecidas para a produção local, seus vínculos sociais e as iniciativas e contribuições do poder público. O associativismo, níveis de cooperação, festividades e ações coletivas fazem parte dessa dimensão.

Para fins deste trabalho, é relevante entender o território como promotor de uma visão diferenciada para as questões espaciais, a base da construção coletiva e interação dos atores, o que será exposto na próxima seção.

4.3 A RELEVÂNCIA DO TERRITÓRIO NA DINÂMICA DO SIAL

O território ao longo dos anos adquiriu diversas e distintas acepções. Vários autores de correntes de pensamentos diferentes vêm contribuindo para compreensão do termo, cada um ao seu modo e tempo. De acordo com Specht (2009), nos últimos anos as dinâmicas espaciais nos aglomerados produtivos estão sendo estudadas, frente à complexidade da globalização e a importância desses espaços para o futuro do rural e do urbano. As diferentes terminologias surgem para dar conta das relações mercantis, ecológicas, sociais, culturais e políticas, juntamente com os interesses dos atores, estratégias coletivas e políticas públicas para a promoção do desenvolvimento.

Apesar da existência de diversos tipos de pesquisas em diferentes campos da ciência, de acordo com seus novos usos, um termo em comum vem ganhando força: o território (SPECHT, 2009).

Embora o uso do termo não seja novo nos discursos da Geografia Clássica, onde foi firmada suas raízes, o território estava ligado ao poder legal que o Estado tem de interferir na delimitação de fronteiras físicas, quase exclusivo à concepção de território nacional (SAQUET, 2010); porém, a polissemia que envolve suas definições tem motivado estudos e debates em diversas áreas do conhecimento.

Segundo Santos (1999, p. 7), “o território é o lugar em que desembocam todas as ações, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência”. O autor confirma que o território se constitui pelos aspectos físicos, mas também pelo conjunto de sistemas naturais, a identidade a história e o uso do espaço; a identidade é o sentimento de pertencimento daquilo que nos pertence, o território ajuda na construção da nação.

Segundo Haesbaert (2006, p. 37):

Apesar de ser um conceito central para a geografia, território e territorialidade, por dizerem respeito à espacialidade humana, têm certa tradição também em outras áreas, cada uma com um enfoque centrado em uma determinada perspectiva. Enquanto o geógrafo tende a enfatizar a materialidade do território, em suas múltiplas dimensões (que deveria incluir a interação sociedade-natureza), a ciência política enfatiza sua construção a partir de relações de poder (na maioria das vezes, ligada à concepção de Estado); a economia, que prefere a noção de espaço à de território, percebe-o muitas vezes como um fator locacional ou como uma das bases da produção (enquanto ‘força produtiva’); a antropologia destaca sua dimensão simbólica, principalmente no estudo das sociedades ditas tradicionais (mas também no tratamento do “neotribalismo” contemporâneo); a sociologia o enfoca a partir de sua intervenção nas relações sociais, em sentido amplo; e a psicologia, finalmente, incorpora-o no debate sobre a construção da subjetividade ou da identidade pessoal, ampliando-o até a escala do indivíduo

Haesbaert (2006) apresenta uma síntese das várias noções do conceito de território das discussões analíticas em torno do mesmo, buscando sumarizar as várias noções em diferentes áreas do conhecimento, agrupa quatro principais vertentes básicas: a) a política, (relativa à espaço-poder em geral) ou jurídica-política (referente à espaços-poder institucionalizados, em sua maior parte, esta noção é ligada ao poder político do Estado), é a percepção mais disseminada, onde o território é concebido como um espaço controlado e delimitado, através do qual determinado poder é exercido; b) a cultural ou simbólico-cultural, onde o território é visto através da

valorização e apropriação simbólica e mais subjetiva de um determinado grupo e o espaço onde eles vivem; c) a econômica, percepção menos disseminada, enfatiza as dimensões espaciais dos vínculos econômicos, o território ligado às relações entre as classes sociais e usado como fonte de recurso na relação capital-trabalho e; d) a naturalista, mais antiga concepção, onde o território faz ligação entre a natureza e a sociedade, essa última vertente é a menos usada nos estudos sociais.

Já Silva e Silva (2001), define o território com quatro características: a) um território manifesta-se em um momento determinado suas perspectivas ambientais, englobando o agrupamento de relações históricas construídas e o conjunto de relações socioeconômicas, políticas e culturais; b) o território apresenta ampla diversidade, com traços de identidade marcantes em níveis escalares diferentes em função das diferentes formas de combinação temporal e espacial; c) no contexto de globalização, estimulados pelo aumento das competitivas relações entre territórios diferentes, mostram-se solidários e coesos; d) na dinâmica territorial a valorização das vantagens comparativas aparece na forma de organização social institucionalmente territorializada, através das relações socioeconômicas, culturais e políticas e tem a capacidade de promover a competitividade no atual cenário contemporâneo em escala global.

Desta forma, há a noção de territorialidade e a concepção de multidimensionalidade do território, essa nova concepção construída historicamente é baseada na relação de espaço e poder voltada para a valorização dos mesmos, caracterizados por suas identidades culturais e simbólicas (HAESBAERT, 2006; SAQUET, 2010).

Diante dos fatos, uma característica merece destaque para os novos usos do território que é a relação de território e escala geográfica, articulada com a relação de espaço e poder. Haesbaert (2006) afirma que apesar das diversas concepções existentes para caracterizar o território, existe a necessidade de se criar uma concepção integrando as dimensões, naturais, econômicas, políticas e culturais.

Existem dois tipos de territórios segundo Pecqueur (2005, p. 10), “o território dado, sem valor acrescentado, ou mesmo com fatores de constrangimento e de limitações e o território construído, produto de um processo de melhoria, fruto do jogo dos atores”. Segundo Pecqueur (2005, p. 12), o território dado é pré-existente “não se procura analisar sua gênese e as condições de sua constituição; é apenas um suporte.

Trata-se, geralmente, do território institucional: a região, o distrito, a província, etc.” O território construído é reconhecido posteriormente, quando existe uma construção coletiva, não sendo existente em qualquer lugar, “podemos encontrar espaços dominados pelas leis exógenas da localização e que não são territórios” (PECQUEUR, 2005, p. 13).

Segundo Muchnik et al. (2008), o SIAL tem como elemento central as culturas alimentares locais, baseadas nos estudos das relações homem/produto/ território. O SIAL é caracterizado pela análise das especialidades territoriais que compreendem sua dinâmica e as diferenciam.

Pecqueur (2006) denomina três características principais da economia dos territórios:

a) prevalece o equilíbrio da sociedade e comunidade, tendo em relevância as relações sociais e noção de ancoragem territorial, diferente da economia padrão fordista onde o mercado é centrado nele próprio.

b) tem como fundamento a construção de um capital cognitivo coletivo, resgatando a história local e a memória coletiva no funcionamento e na organização do sistema produtivo onde a aprendizagem dos grupos é valorizada e compartilhada. Diferente do capitalismo, baseado nas relações individuais regulamentadas pelo mercado, a economia territorial apresenta um espaço formado por atores que se relacionam e interagem com as condições de colocarem produtos no mercado.

c) a reciprocidade está presente no âmbito territorial, baseada na amizade, gratidão etc. Está enraizada na identidade social dos atores econômicos. Essa lição é característica desses SPLs.

O conceito de territorialização tem como estrutura o princípio da especialização de ativos, onde os atores buscam a diferenciação dos seus produtos através dos recursos próprios (PECQUEUR, 2005). Na próxima seção, será abordado o conceito de especialização que é a base do modelo de desenvolvimento territorial proposto nesse estudo.

O território condiciona o funcionamento dos SAL por disponibilizar os ativos específicos (ou externalidades) de que se valem os seus agentes. Representando a territorialidade, esses ativos são essenciais às atividades produtivas dos SAL e, mostrando-se imbricados com os componentes sociais e culturais da área, são inseparáveis da história local. Configuram ativos específicos os recursos colocados em relevo na maioria dos estudos sobre aglomerações produtivas especializadas, como o conhecimento tácito difundido localmente (ativo específico de tipo cognitivo, com influência nas

inovações), a identidade sócio-cultural (vinculada ao passado comum dos agentes e fonte de confiança e de encorajamento à ação coletiva e à reciprocidade, com reflexos na aprendizagem e na inovação) e o tecido institucional (que sustenta as atividades econômicas locais e favorece a coordenação e a auto-ajuda) (LINS, 2006, p. 316).

No SIAL o território, como recurso estratégico e sua análise de formação, não se concentra na relação de dominação, ficando mais restrita às relações de uso, as relações sociais aparecem como ativo da comunidade e estão ligadas ao capital social, não tendo foco em conflitos e poder (AMBROSINI, FILIPPI e MIGUEL, 2008).

4.4 ESPECIFICAÇÃO DE RECURSOS TERRITORIAIS

Os produtos tradicionais específicos de um determinado território tendem a ter uma melhor procedência e qualidade permitindo a sobrevivência das empresas frente à economia de escala, pois há conhecimento específico no processo produtivo, o saber fazer único, geralmente passado por gerações, dotado de histórias e traços culturais (DENARDIN et al., 2015).

O modelo de desenvolvimento territorial fundamentado nos conceitos de qualidade e especificidade, de uma perspectiva histórica, surgiu para enfrentar mudanças na era da globalização, sendo uma forma de organização pós-fordista no setor da economia (PECQUEUR, 2006). Os produtos padronizados buscam diminuir o custo de produção e vender com o menor custo possível para se manterem competitivos no mercado, separando as populações produtoras das populações consumidoras. Desta forma, a saída para a economia territorial é tornar produtos específicos, aumentando sua qualidade e consequentemente seu preço (PECQUEUR, 2006).

Segundo Denardin et al. (2015, p. 209), “o desafio das estratégias de desenvolvimento territorial constitui-se na apropriação dos recursos específicos do território e promover especificação ou ativação destes recursos, ou seja, transformar recursos em ativos específicos”.

O território, nesta perspectiva, é uma unidade ativa de desenvolvimento, que possui recursos específicos, únicos, que não são transferíveis de uma região para outra. Os recursos podem ser materiais, como jazidas ou imateriais como o saber fazer, ligado a cultura local. A valorização dos recursos específicos pode possibilitar ao território uma renda de qualidade territorial

desde que estes passem a ser contemplados como ativos específicos (DENARDIN et al., 2015, p. 203).

Define-se “recursos” os fatores que podem ser explorados, organizados e ainda os a serem descobertos. Quando se concretiza um processo de valorização e identificação de um recurso latente, esse se torna um ativo territorial. Esses recursos e ativos podem ser genéricos e específicos (PECQUEUR, 2005).

Segundo Dallabrida (2016), em determinado território os fatores utilizados na fabricação de produtos ou serviço são considerados ativos territoriais e os recursos são os fatores a revelar, a organizar ou a desenvolver reais potenciais.

Os ativos e recursos genéricos, independente da capacidade do lugar, do modo de produção e dos atores envolvidos, são de fácil transferência, existem em outros lugares e não diferenciam o território (CARRIÈRE e CAZELLA, 2006).

De acordo com, Pecqueur (2005, p. 13):

Ativos ou recursos genéricos se definem pelo fato que seu valor ou seu potencial independem de sua participação em qualquer processo de produção. Os ativos ou recursos são assim totalmente transferíveis, seu valor é um valor de troca. O local dessa troca é o mercado. O preço é o critério de apreciação do valor de troca, o qual é determinado por uma oferta e uma demanda de caráter quantitativo. Em outros termos, um fator genérico é independente do “gênio do local” onde é produzido.

Os ativos específicos, possibilitam um uso particular, seus valores são constituídos em função das condições de seu uso e apresentam um custo de transferências alto e irrecuperável (PECQUEUR, 2005), o que é um fator em atividade, ou seja, valorizado no mercado (PECQUEUR, 2006).

As relações dos atores em um determinado território envolvidos com o SIAL podem ser consideradas como ativos específicos, pois são compartilhadas as mesmas histórias e experiências do lugar, sendo o capital social fundamental nesse processo (REQUIER-DESJARDINS; BOUCHE; CERDAN, 2006).

Determinados territórios, que possuem ativos com algum grau de especificidade, são vistos como tendo uma vantagem de diferenciação no processo de desenvolvimento; podem ser considerados aspectos de valorização das vantagens sustentáveis dos territoriais, as estratégias de especificação de ativos territoriais, reafirmando a importância da instância territorial e a construção social nesse processo (DALLABRIDA, 2016).

Apesar do processo de globalização intenso no atual momento histórico, algumas transformações modernas apontam crescimento em relação à valorização dos ativos dos territórios, buscando em determinados lugares específicos preservar ou reconstruir uma identidade territorial, de forma sustentável ambientalmente, desafiando-os a potencializar seus recursos, naturais, sociais e culturais como ativos estratégicos, promotores do desenvolvimento sustentável (DALLABRIDA, 2012).

Os recursos específicos merecem um destaque maior, pois podem apoiar o desenvolvimento, possuem especificações territoriais endógenas:

[...] os recursos específicos, ao contrário dos recursos genéricos, não são mensuráveis, não são expressos em preços e não podem ser transferidos como qualquer produto transacionado no mercado (DENARDIN et al., 2015, p. 211).

Os recursos específicos são produzidos a partir de uma troca que não está relacionada com a de mercado, mas com a reciprocidade, que estão intrínsecas a uma cultura e costumes elaborados em um espaço geográfico próximo (PECQUEUR, 2005).

Esses recursos específicos surgem de processo de interações coletivas, carregados de cultura e saberes locais de aprendizados compartilhados, não podendo ser transferidos (DENARDIN et al., 2015).

A noção de território está retornando à atenção nas análises econômicas, de acordo com Benko e Pecqueur (2001), ainda que a mundialização, a formação das áreas de livre comércio, a metropolização e articulação entre o global e o local permaneçam no centro das preocupações da economia espacial. Diante dos fatos, a mundialização não significa homogeneização dos espaços.

Os territórios oferecem recursos específicos, intransferíveis e incomparáveis no mercado. Esses recursos específicos diversificam os espaços e estabilizam as localizações das atividades econômicas. Os atores locais e a política local desempenham um papel importante na constituição e na gestão dos recursos presentes no território. As perspectivas de criação de riquezas estão relacionadas às capacidades dos grupos quanto à organização e à elaboração de processos originais de emergência de recursos (BENKO E PECQUEUR, 2001, P. 31).

Nesse sentido, procuramos evidenciar o modelo de desenvolvimento pré-capitalista, baseado na especificidade, que está enraizado nas relações dos atores, nos modos de organização, que valorizam o modelo de produção cultural e

sobrevivem ao modelo capitalista de padronização dos bens e serviços (PECQUEUR, 2005).

Assim Menezes (2009, p. 67) argumenta que:

Dessa maneira, o processo de mobilização de atores, para que elaborem uma estratégia de adaptação aos constrangimentos (pressões) exteriores, sobre a base de uma identificação coletiva (a uma cultura e a um território) é a chave para se inserir a preocupação socioambiental no seio das aglomerações industriais contemporâneas. É preciso destacar que os estudos sobre sistemas produtivos locais, distritos industriais, clusters e mesmo ambientes inovadores foram preponderantes no sentido de terem colocado em evidência esse conceito, pois, como já ressaltamos antes, as relações de proximidade que ocorrem no nível local são consideradas determinantes para a construção de relações de reciprocidade e confiança, extrapolando o nível das relações de mercado.

Na abordagem do SIAL, a articulação do sistema junto com a ativação dos recursos territoriais é importante. As especificidades do território aparecem através da cultura do saber fazer, das histórias da paisagem etc. A ativação dos recursos resgata as tradições em um processo dinâmico de inovações (MUCHNIK, 2006).

A evolução máxima de um território construído, consiste na geração de renda de qualidade territorial, “[...] capaz de superar a renda obtida através da venda de produtos e serviços de qualidade superior. Nessa concepção, o próprio território é o produto comercializado” (CARRIÈRE e CAZELLA, 2006, p. 35). Na próxima subseção, apresenta-se uma breve discussão sobre renda de qualidade territorial.

Neste sentido, uma forma de análise de tais estruturas é a partir do enfoque de DTS e do modelo de cesta de bens, que valorizam os produtos específicos do território (PECQUEUR, 2006); estas estruturas são descritas a seguir.

4.4.1 Renda de qualidade territorial

O tema relativo à renda de qualidade territorial tem suscitado inovações no âmbito socioeconômico. Para Pecqueur (2006), ela tem relação com a capacidade dos atores locais em captar consumidores dispostos ao consumo em função do ambiente do produto.

A renda de qualidade territorial é uma renda organizacional, onde seu desenvolvimento depende do envolvimento de atores locais (agentes de transformação, cooperativa, prefeitura, sindicato etc.), sendo fundamental a implementação de uma estratégia territorial de longo prazo (PECQUEUR, 2006). Resulta a aptidão desses atores, em captar a disposição dos consumidores de

pagarem por aspectos relacionados ao ambiente do produto (PECQUEUR, 2006). O autor ressalta que, essa estratégia merece atenção, pelo seu potencial de transformação de um território e por não se tratar de um caso genérico, viabilizando uma oferta construída de bens e serviços específicos.

Nesse sentido, ações mercantis e não-mercantis, com intuito de criar uma oferta combinada e coerente de atributos territoriais, devem ser articuladas por atores de um território, envolvendo instituições públicas e privadas. Dependendo da densidade dessas articulações, pode-se gerar uma renda de qualidade territorial (CARRIÈRE e CAZELLA, 2006).

Segundo Carrière e Cazella (2006), em relação a criação de vantagens diferenciadas, existe um risco de apropriação da renda de qualidade territorial por um número menor de atores, geralmente os mais bem posicionados no mercado. Essa exclusão social acontece quando somente uma parte dos atores de um território se beneficia em uma dinâmica de criação coletiva (CARRIÈRE e CAZELLA, 2006).

Segundo Denardin (2016), uma estratégia de desenvolvimento de um determinado território consiste em identificar e ativar recursos territoriais intangíveis e tangíveis, para isso, faz-se necessário a articulação dos atores na resolução de problemas relacionados à produção. “Com a ativação dos recursos territoriais pelos atores, o território se constrói e o processo de desenvolvimento territorial pode ser efetivado” (DENARDIN, 2016, p. 51). Desta forma, se os recursos específicos do território forem valorizados, pode-se possibilitar uma renda de qualidade territorial.

A estratégia Indicação Geográfica (IG), decorrente da especificidade do produto, pode garantir ao território a geração de renda de qualidade territorial (DENARDIN, 2016). De acordo o Sebrae (2017), a IG, subdivide-se em duas modalidades: Indicação de Procedência (IP) e Denominação de Origem (DO).

A IP está vinculada à tradição e reputação dos produtos e sinaliza quando a região se torna conhecida como centro de fabricação de produção ou extração dos mesmos. A DO é o reconhecimento do produto de uma região, cuja notoriedade se dá exclusivamente pelas características do produto proveniente do meio geográfico (SEBRAE, 2017). Segundo o Sebrae (2017), dentre as formas de IG, por hora, o litoral do Paraná conta com quatro iniciativas voltadas para IP sendo uma dela a cachaça de Morretes.

A busca pelo selo de certificação de IG vem aumentando. No Brasil, o órgão responsável por esse certificado é o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) que classifica IG como: As Indicações Geográficas se referem a produtos ou serviços que tenham uma origem geográfica específica. Como resultado, o selo garante ao mundo que certa região tem capacidade de produzir um produto diferenciado de boa procedência e de excelência (BERTONCELLO, SILVA e GODINHO, 2016).

O selo de IG está relacionado ao local e seus vínculos por características, trazendo a diferenciação para quem consome o produto com consciência da especialização. Os benefícios do registro de IG são: estímulo a melhoria qualitativa do produto, identificação do produto pelo consumidor, acesso ao mercado através de uma rede coletiva, beneficia a presença no mercado, é uma porta para o reconhecimento internacional e a afirmação da imagem autêntica de um produto (SEBRAE, 2017).

Segundo Denardin (2016, p. 67), “[...]os produtos IGs devem ser avaliados em termos de seu potencial em sinergias entre as diferentes atividades produtivas do território e os diferentes atores envolvidos na obtenção e uso da IG”.

Para evitar que a estratégia de IG beneficie poucos produtores, geralmente os mais consolidados, sugerem a passagem da estratégia IG para uma cesta de bens e serviços do território, permitindo a geração de emprego e renda para um conjunto de produtores (DENARDIN, 2016). “A IG não é o fim, é uma possibilidade para desencadear um processo de desenvolvimento territorial que valorize os produtos e o saber-fazer do território” (DENARDIN, 2016, p. 68).

Neste sentido, uma forma de análise de tais estruturas é a partir do enfoque de DTS e o modelo de cesta de bens que valoriza os produtos específicos do território (PECQUEUR, 2006). Estas estruturas são descritas na seção a seguir.

4.5 CESTAS DE BENS

Na percepção do SIAL, as cestas de bens são características de pequenos e médios empreendimentos diferentes entre si, que de modo coletivo, valorizam a agrobiodiversidade de um determinado espaço geográfico, que preserva o modo tradicional do saber fazer de produtos específicos passados por gerações, compartilhando valores entre os atores envolvidos (CASTELLANO, 2015). A forma

SIAL pode igualmente tomar um rumo muito mais complexo quando os territórios produzem vários bens e serviços específicos, que juntos criam uma oferta e um ganho plural, associado ao local. Segundo Pecqueur (2001), denomina-se esse modelo de cesta de bens.

Esse modelo proposto por Pecqueur (2006, p. 86-87) é construído pela interação entre consumidores e fornecedores, na qual o primeiro exerce uma função ativa. Caracterizado pela ancoragem territorial, o modelo se distingue da simples diferenciação pela qualidade e/ou dos modelos de bens combinados. Diferente da concorrência monopolista e de outras formas de diferenciação, a cesta de bens tem como base três pilares: a) as particularidades do território no âmbito estrutural e ambiental, responsáveis por qualificar esse espaço na construção de sua imagem, e que condiciona a demanda complexa de atividade do consumidor; b) não são simples conjuntos de bens e serviços privados de caráter de mercado, os bens e serviços mistos “resultam de uma associação positiva de bens e serviços públicos e privados, o que pressupõe a existência de uma estratégia pública que pode variar de um território a outro” (PECQUEUR 2006, p. 86); c) a cesta de bens e serviços territorializados proposta ao consumidor, vai exercer uma função ativa para construir a resposta global a seu “problema de consumo” (MOATI, 2001 apud PECQUEUR, 2006).

O autor supracitado define cesta de bens: como um processo de construção coletiva, promovendo a integração de ações privadas e públicas, de forma que um produto ou serviço é ofertado e sua imagem é relacionada a um determinado território. A ideia da cesta de bens e serviços territoriais é fundamentada em produtos e serviços de qualidade superior a uma oferta heterogênea (PECQUEUR, 2006).

A cesta não é uma adição de propriedade privada justaposposta, mas uma combinação de bens públicos e privados. Estes as últimas podem ser amenidades aspectos ambientais (tipo de paisagem, clima...), mas também financiou investimentos públicos por tributação ou por concessão e contribuindo para a constituição da cesta (PECQUEUR, 2006, p.145).

As chamadas cestas de bens ganham relevância, pois elevam o potencial econômico em um determinado local rural e são elaboradas por recursos específicos naturais e humanos de um determinado território (CASTELLANO, 2015). Nesse contexto, não são somente os produtos e serviços locais que são vendidos, mas o

próprio território torna-se produto, visto que ele faz parte da oferta compósita de combinação de bens e serviços (PECQUEUR, 2006).

Sendo assim, a oferta de “cestas de bens” ao longo do tempo é um importante meio de promover o desenvolvimento territorial. Esta estratégia necessita de viabilização e aproximação entre os atores internos e externos de um local. Nesse sentido, o conhecimento do território, através de cooperação e troca de informações, possibilita a metamorfose de recursos em ativos de território (CASTELLANO, 2015).

De acordo com Pecqueur (2001), a forma SIAL pode ser mais complexa quando em um mesmo território se produz vários bens e serviços. Porém, produtores de um determinado território, ao se combinarem, podem usar a estratégia de oferta composta de combinação de bens e serviços localizados, atrelados a um determinado espaço geográfico, suas histórias e culturas. Esse modelo é determinado como sendo “cesta de bens” (PECQUEUR, 2001).

A hipótese da cesta de bens pode ser verificada quando um consumidor adquire um produto de qualidade territorial, e o mesmo descobre outros produtos específicos da produção local e determina sua utilidade em todos os produtos ofertados (o cesto). Essa oferta de produtos relacionados gera um excedente no consumo e os recursos criam condições de retorno crescente (PECQUEUR, 2001).

A cesta é uma combinação complexa de vários elementos, que juntos apresentam a existência de ecossistemas societários, nas quais as coordenadas iniciais são caracterizadas pela proximidade geográfica e em seguida de proximidade organizacional. “Esses sistemas imitam a esfera do homem (fatores técnico-econômico-antrópicos) e a esfera da natureza (fatores eco-climático-edafológicos)” (PECQUEUR, 2006, p. 87).

O valor adicional da cesta é percebido quando um cliente compra um produto territorial e nessa concepção adquire outras coisas, que ele concorda em pagar que não foi mencionada, podendo ser um produto, serviço ou a própria paisagem do lugar (PECQUEUR, 2006).

Essa prática voluntária de compra interligada, engloba produtos e serviços distintos e mercados diferentes, porém localizados numa mesma zona e característico do mesmo ambiente que o produto líder, ou seja, pelo menos percebido como tal por parte do consumidor, que está disposto a pagar mais pelos produtos ou serviços interligados (PECQUEUR, 2006).

O efeito da cesta de bens é a prática voluntária de compra, onde consumidores estão dispostos a pagar por produtos e serviços de diferentes mercados, mas localizados no mesmo ambiente ofertado pelo produto líder (PECQUEUR, 2006). Esse fenômeno pode ser definido como sendo simbiótico, o produto principal atrai consumidores, que consomem os outros produtos da cesta por afeição, reforçando a imagem de qualidade do local (PECQUEUR, 2006).

Os produtos ofertados da cesta podem ser de diferentes lugares do mesmo território, de diversos produtores e ramos de atividades, e seu consumo não necessita ser simultâneo, sendo a característica mais importante no modelo: a solidariedade entre os atores. O consumo pode ser desde serviços ofertados pelas empresas privadas, assim como aqueles associados ao bem-estar ambiental e social (PECQUEUR, 2001).

É preciso ainda ampliar a definição da composição da cesta. De fato, o consumo pode estar relacionado a bens privados, como acabamos de ver, mas também ao prazer gerado por várias amenidades – sociais ou ambientais. Esse valor é um dos componentes do preço que o consumidor está disposto a pagar pelos produtos de qualidade territorial. Os produtores internalizam as exterioridades positivas territoriais. O consumidor procura, na realidade, uma especificidade que não se encontra apenas nas características do produto adquirido de forma isolada, mas numa combinação específica do território considerado. O valor resultante do efeito da cesta não depende do fato do consumidor comprar ou usar o conjunto de elementos oferecidos na oferta da especificidade territorial: o valor da cesta pode estar associado ao potencial de uso. Nesse sentido, pode-se aproximá-lo da noção de preço de opção, que mede a disposição do consumidor de pagar pela preservação de um ativo natural em vista de um provável uso futuro. Nesse caso, o uso é apenas uma eventualidade diferenciada, mas o agente está disposto a pagar pela preservação das opções de uso. Ele decide, de certa forma, por uma opção de usufruir a liberdade de consumir o bem correspondente (PECQUEUR, 2006, p.144-145).

Pecqueur (2001) define três características principais para cestas de bens e serviços territoriais, sendo elas: a) conjunto de bens e serviços que valorizam os mercados locais; b) um conjunto de bens privados que contribuem para o desenvolvimento local; c) coordenação e interação entre os atores para internalizar o aluguel da qualidade do território.

Enfim, criam-se barreiras à entrada de novos produtos que não fazem parte da cesta; os produtores se complementam e dependem uns dos outros, constituindo em agrupamento de atores, gerada pela valorização dos produtos ofertados na cesta. Em primeiro lugar, a apropriação será dos produtores do produto carro chefe, em

seguida pelo conjunto de atores contribuintes para sua formação, com interesse em se beneficiar dessa renda (PECQUEUR, 2006).

De acordo com Pecqueur (2001), pode ser observado que existe uma forte barreira para entradas de produtos que não pertencem à cesta e ao território por ela ofertado. “O modelo da cesta ilumina em particular a questão da qualidade do produto através da estratégia de ancoragem territorial” (PECQUEUR, 2001, p. 48).

Na cesta de bens, denominada como uma oferta específica compósita e territorializada, os bens e produtos podem ser vendidos separadamente, e se o consumidor optar em não consumir o pacote completo, a estrutura da mesma não será modificada (PECQUEUR, 2006).

Vale a pena destacar a particularidade mais importante da cesta de bem de acordo com Pecqueur (2006, p. 147), a cesta “consiste em associar a emergência da renda a estratégias solidárias de diferentes produtores. O grupo aparece como um coletivo de produção”.

5 DIAGNÓSTICO CURSIVO DO LITORAL DO PARANÁ: A DINÂMICA SOCIOTERRITORIAL E ECONÔMICA DE MORRETES

A seção de análise dos dados foi realizada a partir das questões: descritiva, explicativa e prospectiva (VIEIRA, 2006), previstas nesta dissertação. As três fases não são lineares, no sentido de acontecerem uma exatamente após a outra, elas se complementam nas falas dos atores em todo o período da pesquisa empírica, assim como as dimensões históricas, institucionais, técnicas e alimentícias, proposta por Muchnick (2006), como eixo de análise do SIAL.

A primeira parte foi fundamenta a análise da questão descritiva: “Em que contexto emerge a produção de cachaça de Morretes e quais os fatores condicionantes ao seu surgimento?”, enfatizando a categoria histórica Muchnick (2006).

A descrição do fenômeno foi realizada a partir do contexto histórico do litoral do Paraná, em especial o território de Morretes e do surgimento da produção de cachaça na região, assim como, o modo de funcionamento dos engenhos daquela época até os dias atuais.

5.1 A MICRORREGIÃO DE PARANAGUÁ SOBRE O CONTEXTO DO MUNICÍPIO DE MORRETES

O litoral paranaense é composto por sete municípios: Antonina (876,551km²), Guaraqueçaba (2.315,733 km²), Guaratuba (1.328,480 km²), Matinhos (116,544 km²), Morretes (687,541 km²), Paranaguá (806,225 km²) e Pontal do Paraná (202,159 km²) (IPARDES, 2018). A área total corresponde a 3% do território paranaense (LEAL, 2000), a população estimada do litoral paranaense para 2018 foi de 294.160 habitantes (IBGE, 2018). Paranaguá é o município com maior número populacional, 140.469 habitantes, e Guaraqueçaba com menor número populacional com 7.679 habitantes, Morretes fica na sexta colocação com 16.366 (IBGE, 2018). Em relação ao Brasil Morretes fica na 2088ª posição do total de 5570 municípios em relação ao número populacional, no Paraná do total de 399 municípios fica 115ª colocação (IBGE, 2018).

O litoral do Paraná está inserido num quadro de pobreza social, devido seus graves problemas de socioeconômicos, em contrapartida apresenta uma riqueza natural invejável (DENARDIN et al., 2008). Nessa região, há preservação da maior área contínua da Floresta Pluvial Atlântica (PIERRE et al., 2006).

No ano de 2006, o litoral do Paraná possuía 82,48% de seu território coberto por Unidades de Conservação (UCs) e/ou áreas protegidas (DENARDIN et al., 2008). No litoral do Paraná, o município de Guaraqueçaba tem a maior extensão de unidades de conservação em seu território, representando 98,76%, seguido por Guaratuba com 98,47% e Antonina com 85,32%. Já Morretes, tem 52,88% do território coberto por UCs e/ou áreas protegidas (DENARDIN et al., 2008). O autor ressalta a importância dessa região, por preservar parte do bioma Mata Atlântica, considerado um dos principais biomas do Brasil. Porém:

[...] este emaranhado de UCs e vasto marco regulatório, via legislações Federais e Estaduais, gera um conflito entre desenvolvimento e conservação. Com frequência a população local, notadamente os pequenos agricultores familiares e pescadores artesanais, expressam seu descontentamento com o marco regulatório vigente (DENARDIN ET AL., 2008, p. 197).

O litoral do Paraná também abriga grande porcentagem da avifauna e da mastofauna do Paraná, contém 98 quilômetros de praia, constituído de um ecossistema diverso e rico, permitindo diversas opções de ocupação e uso do solo (LEAL, 2000). Contém a maior área conservada do bioma Mata Atlântica do estado, sendo os últimos remanescentes da cobertura vegetal original dessa região (LEAL, 2000; DENARDIN et al., 2015). Também possui um vasto patrimônio cultural, natural e histórico, destacando as cidades de Antonina, Morretes e Guaraqueçaba, cidades históricas que possuem importantes monumentos (LEAL, 2000). As principais atividades econômicas são: agropecuária, turismo praiano e portuária (ESTADES, 2003).

Quando se caracteriza o litoral paranaense, a literatura fala de um lugar com grande heterogeneidade ambiental e socioeconômica, e com fortes paradoxos. Os principais elementos que fazem a heterogeneidade são a grande variedade de ecossistemas, a diversidade de atividades econômicas com graus distintos de desenvolvimento, a variedade cultural de populações de origem e trajetórias históricas diferentes e as fortes desigualdades sociais (ESTADES, 2003, p. 26).

O litoral paranaense começou a ser povoado por volta de 1550, por portugueses e espanhóis que vieram em busca de ouro. Esses se instalaram na ilha

da Cotinga duas décadas depois, à margem esquerda do rio Taguaré (hoje conhecido como Itiberê), que era habitada pelo povo indígena Carijó, sendo esse espaço também ocupado pelos pioneiros (FREITAS, 1999).

A área total até metade do século XVII, pertencia ao estado de São Paulo, em 1648 foi desmembrado como uma unidade administrativa, denominado Paranaguá. Com o tempo os outros municípios foram se desmembrando de Paranaguá, Morretes e Antonina em meados do século XIX e os outros municípios o fizeram no século XX (ESTADES, 2003). Diante das especificidades naturais o litoral do Paraná pode ser separado em três grupos de municípios, “os portuários (Paranaguá e Antonina); os rurais (Morretes e Guaraqueçaba); e os praiano-turísticos (Guaratuba, Matinhos e Pontal do Paraná)” (ESTADES, 2003, p. 26).

Paranaguá antes considerada uma capitania, torna-se cidade em 1842 e é a cidade berço do Paraná (FIGURA 2). Honrada pela engenharia nacional, a estrada de ferro foi inaugurada em 1885 na cidade (FREITAS, 1999).

FIGURA 2 – PORTO DOM PEDRO II, O PORTO DE PARANAGUÁ – VENDO-SE AO ALTO A MAJESTOSA ILHA DA COTINGA.



FONTE: Freitas (1999, p.14).

Em 1935 um marco importante foi a fundação do porto Dom Pedro II, primeiro da América Latina em movimentação de grãos e o segundo maior em exportação, mudando o perfil econômico da região (PREFEITURA DE PARANAGUÁ, 2019), conforme ilustrado pela Figura 2. A prefeitura de Paranaguá afirma que este porto trouxe inúmeras benefícios econômicos para o estado e para a região, mas também promoveu mudanças socioambientais e territoriais significativas.

Sobre isto, Abrahão (2011, p. 49), argumenta que no contexto do litoral do Paraná “Paranaguá da primeira metade do século XIX permitiu emergir o capital e o agente do processo de transformação espacial na planície litorânea paranaense”, tendo ascensão no ciclo da erva-mate, destacando-se e influenciando as demais cidades litorâneas, “Paranaguá tornou-se um nó de rede, um lugar de poder e referência” (ABRAHÃO, 2011, p. 50). Todavia, segundo a autora, a partir do porto Dom Pedro II, no século seguinte, Paranaguá sofreu intensas reconfigurações no seu território, a partir de novas dinâmicas socioambientais, as quais tornaram a cidade, considerada por vezes, uma cidade de “passagem”. Atualmente, Paranaguá, “formalmente compõem o mesmo núcleo urbano (cidade histórica e porto)” mas efetivamente a cidade explícita “temporalidades distintas, através da própria configuração espacial” (ABRAHÃO, 2011, P. 47-48). Assim, pode-se concluir que a influência atual de Paranaguá em relação as demais cidades litorâneas se dá por destas duas referências: porto e cidade histórica.

5.2 VISÃO CURSIVA DO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO E POVOAMENTO DE MORRETES

A notícia de que nas terras do litoral do Paraná, ocupadas pelos portugueses, existia ouro correu rapidamente, sendo a região explorada por grupos de faisqueiras. Com os mineradores por perto, a colonização chega em Morretes em pouco tempo (FREITAS, 1999).

A maioria dos primeiros habitantes de Morretes eram de descendência portuguesa, os quais foram se misturando com grupos de índios que encontraram na região, “[...] as terras foram ocupadas lentamente pelos descendentes desse primeiro grupo e por imigrantes que vieram no século passado” (CAVAGNOLLI, 1995, p. 76).

No decorrer da pesquisa de campo, observou-se que a percepção dos entrevistados corroborou com a história contada nos livros em relação a forma de colonização e povoamento de Morretes, a qual coincide com a forma como ocorreu a colonização da região do litoral do Paraná:

Morretes começou a sua, vamos chamar, não colonização, mas vamos dizer assim a receber, eu gosto de chamar assim aventureiros. Essas primeiras pessoas aqui chegaram nessa época 1570 por aí em busca do ouro, porque Morretes foi uma das regiões mais fortes na pesquisa de ouro. Então, esses foram os primeiros albores da nossa colonização. Vamos chamar as primeiras pessoas que aqui chegaram e aí começou a se desenvolver (P8, 76 anos).

E:

Então é o seguinte ela surgiu com os bandeirantes que vieram atrás dos faisqueiros de ouro. Eles entraram pela baía de Paranaguá e queriam chegar na serra do mar. Eles pegaram o rio que hoje se chama nhundiaquara, mas originalmente se chamava Cubatão, porque a portuguesa gostava de dar o nome de Cubatão para tudo quanto é rio que desemboca no mar. Muito bem, eles começaram a se assentar e por aqui fundou-se primeiro ali a vila onde se chama porto de cima que era porto real, era vila do porto real e do três Morretes (P2, 51 anos).

E ainda:

Olha pelo que sei foi pelas minhas origens, foram os italianos que vieram quando teve as dificuldades na Europa. Daí tiveram que vir pra Morretes, um pouco ficou em Morretes outro pouco foi pro planalto e começaram a lavrar por aí plantar banana e cana, foi a cultura do início em Morretes (P6, 53 anos).

A cidade de Morretes atraiu muitos imigrantes por conta das suas terras férteis e suas riquezas, minerais e vegetais. Alguns povos afastaram-se da cidade e outros permaneceram por lá. Em 1872, chega a imigração italiana com força na região, fundando a Colônia Nova Itália (BORGES, 1990). De acordo com o autor, os italianos fugiam da miséria que havia em algumas regiões da Itália, ocasionadas também por fatores políticos, em busca de uma vida melhor na América:

Hoje, os seus descendentes — filhos, netos, bisnetos e trinets, brasileiros integrados no senso pátrio, estão espalhados por este Brasil. Aonde quer que se vá, encontraremos os descendentes daqueles imigrados que aqui chegaram, ansiosos por uma vida melhor, e a conseguiram. Hoje os vemos por toda a parte, exercendo as mais variadas funções e profissões na comunidade brasileira: políticos, administradores, artistas, professores, clérigos. Na medicina, no direito e na engenharia, na indústria e comércio, na lavoura, o nome italiano está sempre evidenciado na liderança representativa de uma e t n i a que se ajustou num caldeamento predestinado a um grande povo, o que nos leva a crer nos destinos deste nobre país (BORGES, 1990, p. 9).

Em 1721, foi fundado o povoado de Morretes oficialmente. Porém foi em 1646, que aconteceu a ocupação do território. Nesse período, foram descobertas jazidas de ouro na região, essa ocupação foi feita por faiscadores de ouro e aventureiros paulistas (FERREIRA, 1996; WACHOWICZ, 1988). Esse núcleo populacional surgiu às margens do antigo rio Cubatão, denominado hoje de *Nhundiaquara* (WACHOWICZ, 1988).

O Rio Cubatão era obrigatoriamente percorrido pelos viajantes vindos de Curitiba. O ouvidor Rafael Pires Pardinho, em 1721, ordenou a Câmara de Paranaguá que demarcasse trezentas braças de terra em quadra, nas margens do rio, no local onde seria a sede de uma futura povoação, hoje a cidade de Morretes (WACHOWICZ, 1988). Assim, em 31 de outubro de 1733, procedeu a medição das terras em quadras no local onde morava João de Almeida, o rendeiro do porto, sendo ele o primeiro morador e proprietário das primeiras propriedades: a casa da farinha e o engenho de cachaça (HUNZICKER, 2008), a se localizar nas terras delimitadas. O nome primitivo das terras demarcadas era Nossa Senhora do Porto e Menino Deus dos Três Morretes (PREFEITURA DE MORRETES, 2018). Em torno de 1738, havia em Morretes dezoito moradias pequenas de madeira (HUNZICKER, 2008).

A comunidade prosperou lentamente nesse período. Porém, o porto de Morretes começou a ter maior desenvolvimento a partir da construção da capela de Nossa Senhora do Porto e Menino Deus dos Três Morretes em 1769 (WACHOWICZ, 1988).

Desta forma, os tropeiros que vinham de Curitiba e faziam suas compras em Paranaguá, começaram a utilizar o Porto do Três Morretes, beneficiando-se da proximidade. A Câmara municipal de Paranaguá, com intuito de minimizar os prejuízos, revidou proibindo a existência de casas de negócios secos³ em Morretes. Desta forma, os morretenses comerciantes pediram ajuda ao Governo de São Paulo e à Junta da Real Fazenda, ganhando a causa (WACHOWICZ, 1988).

Pela Lei provincial de São Paulo, nº 16 de 01 de março de 1841, Morretes foi elevada à município e desmembra-se de Antonina, onde sofria forte despotismo por parte de algumas autoridades (WACHOWICZ, 1988; HUNZICKER, 2008). Pela Lei nº 188 de 24 de maio de 1869, a vila foi elevada a cidade e passou a ser chamada pelo

³Antigos armazéns que vendida de tudo (alimentos, como carne seca e farinha, ferramentas, utensílios para o lar etc.) (HOJE EM DIA, 2019).

nome do grande rio que banha suas margens *Nhundiaquara*, e futuramente, em 07 de abril de 1870, pela Lei N°277, passa a ser denominada de Morretes (PREFEITURA DE MORRETES, 2018; HUNZICKER, 2008). Morretes tinha notoriedade por razão de suas ricas lavras auríferas, sendo as principais do sargento Mor Domingos Cardoso de Lima, cidadão que possuía muitos escravos (HUNZICKER, 2008).

No período de 1811 a 1832, o comércio veio a dominar a economia da região, superando todas as outras atividades em Morretes, principalmente as indústrias de erva mate, as quais, quase todas utilizavam a força hidráulica (FERREIRA, 1996), sendo talvez a maior promotora de desenvolvimento que Porto de Cima⁴ e Morretes já tiveram (HUNZICKER, 2008).

Todo o comércio do Paraná que chegava por mar, subia o rio *Nhundiaquara* e daqui subia os caminhos do arraial, caminhos da graciosa e caminhos do Itupava, todos passavam por Morretes. Então, aqui essas tropas tinham que adquirir, os seus alimentos todo material necessário, então todo comércio era feito aqui (P8, 76 anos).

Atualmente o comércio de Morretes é fomentado pelo turismo, após a construção da estrada de ferro, e posteriormente, da BR 277, a cidade deixou de ser a principal passagem para o Litoral, perdendo força comercial.

Em 1885, é criada a Sociedade de imigração do Porto de cima, abrindo uma porta para os imigrantes e contribuindo para o desenvolvimento de Morretes. O Porto do Meio foi o maior centro de comércio do Paraná, “crescia numa ânsia incontida de se elevar social, comercial e intelectual” (HUNZICKER, 2008 p.27).

Nessa época foi construída uma estrada de ferro do interior do Paraná ao litoral, onde começou seu uso em 1885. Morretes teve uma grande depressão, o comércio da cidade foi prejudicado, as fábricas de erva mate foram diminuindo, desta forma toda a estrutura social, econômica e cultural do município foi afetada (FERREIRA, 1996).

Qual colméia de laboriosas abelhas, Morretes trabalhava e crescia, até que um dia, por volta de 1880, suas matas foram cortadas, suas terras rasgadas, e em seu solo fértil e dadivoso foram estendidos trilhos de aço, por onde viria passar a locomotiva resfolegante, esse monstro de ferro e fogo, filho gerado da então formidável engenharia moderna. E essa ferrovia, que modelando um padrão de glória da engenharia nacional, pela capacidade dos irmãos Rebolças e de Teixeira Soares, coleava pelos flancos da serra, estirada e caprichosa entre os abismos, num cenário estupendo, desde as ramadas da baixada, até os pinhais do planalto curitibano, levou para outras plagas o

⁴Porto de cima é um distrito da cidade de Morretes (IBGE, 2018).

progresso e a riqueza, e deixou Morretes que, cansada de uma longa e brilhante jornada quase agoniza envolta em douradas recordações. Porto de Cima, Porto de barreiros, Porto do padre Veiga, os caminhos de Itupava, do Arraial, da Graciosa, o Porto do Contrato, a Cachoeira da vergonha, fiéis relicários de uma grandeza, são agora somente saudade! (HUNZICKER, 2008, p. 29).

Um dos entrevistados aponta que essa estrada atualmente, traz benefícios para cidade, através do turismo:

[...] porque nós recebemos cada viagem de trem mais de 1000 turistas que descem aqui, mas ela levou de Morretes todo esse comercio, porque não precisava mais passar por Morretes, naquele item anterior por exemplo do comércio forte por aqui, Morretes chegava a receber 1200/1300 tropas trazendo produtos né, e levando daqui e cada tropa dessa tinha 100/150 animais, então era uma coisa muito forte muito grande mesmo e a estrada de ferro, por mais benefícios que acabou trazendo né, naquele momento naquele momento ela fez uma mal para Morretes (P8, 76 anos).

Em 1910, “surge nesta data à informação de que em Paris foi organizada uma empresa com o capital de dez milhões de francos para explorar em nossa cidade uma indústria de papel que iria utilizar como matéria prima o jasmim o nosso popular lírio do campo” (HUNZICKER, 2008, p. 195). Já 1912, a energia elétrica chega a Morretes, trazendo modernidade e conforto para os moradores. No ano de 1942, foi construída na cidade de Morretes, uma colossal chaminé, pela indústria de papel, onde permitiu o aumento desse setor, geração de emprego e desenvolvimento (HUNZICKER, 2008)

Perdem-se os dias na ampulheta do tempo [...] Volta à liberdade, o direito livre do cidadão, e Morretes ressurgiu. Ressurgiu com aquela mesma ânsia de crescer e de progredir nesta nova fase da sua vida, para não desmentir o vigor de outrora. Aí estão: o seu progresso urbano, as suas indústrias, os engenhos de cachaça de volta, alguns, no estilo tradicional, outros, apresentando uma grande modernidade, seu comércio, o turismo crescente (a moderna indústria sem chaminés), a sua lavoura ampliada e melhorada, as suas escolas, crisol do saber, bem orientadas por competentes funcionários e professores onde se aperfeiçoa a inteligência e se modela o caráter do povo morretense (HUNZICKER, 2008, p.196 a 197).

Frente ao que foi exposto, é importante ressaltar que o município de Morretes atualmente é resultado dos processos de ocupação, dinâmicas culturais e socioeconômicas que fazem parte de sua história, como evidencia o QUADRO 5.

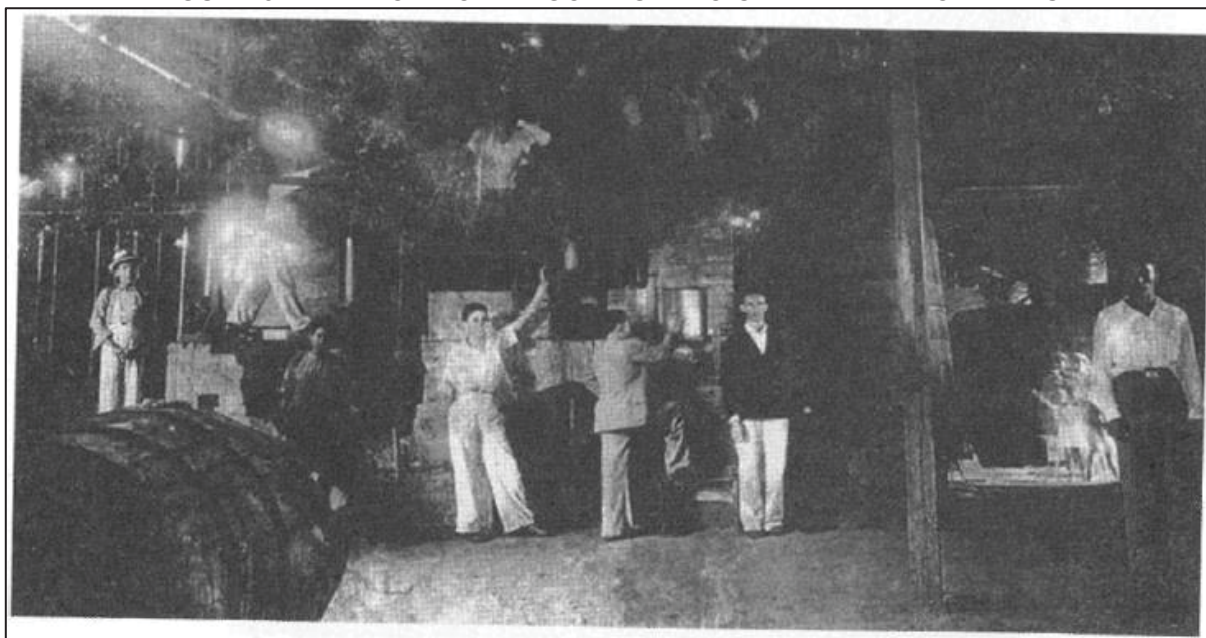
QUADRO 5 – ETNIAS ENVOLVIDAS, MUDANÇAS MARCANTES EM CADA FASE HISTÓRICA DO LITORAL DO PARANÁ, COM ENFOQUE EM MORRETES

Fase (anos)	Etnias envolvidas	Mudanças
1500 – Início do processo de colonização	Portugueses, espanhóis e indígenas	Instalação dos primeiros povoados
1600 – Ocupação do Território	Portugueses, espanhóis e indígenas	Descoberta de jazidas de ouro
1700 – Fundação do povoado de Morretes	Portugueses, italianos e indígenas	Prosperidade lenta da região
1800 – Elevada à categoria de cidade	Portugueses, italianos e alemães	Comércio sobrepujou todas outras atividades econômicas (1811 a 1832), fundação da colônia Nova Itália; construção do engenho central (1877); construção da estrada de ferro (comércio prejudicado, afetando toda estrutura socio-econômica-cultural e criação Sociedade de imigração do Porto de cima (1885).
1900 – Mudanças na paisagem da cidade	Portugueses, italianos e alemães	Chegada de energia elétrica, início da industrialização
2000 – Morretes na atualidade	Multiculturalismo	Avanço do turismo e olericultura; reativamente e surgimento de novos engenhos de cachaça com tecnologias modernas

FONTE: O autor (2019).

Conforme exposto no quadro acima, observa-se que: em 1570 os primeiros aventureiros chegaram em Morretes em busca de ouro, através de notícias circulantes que na região existia o metal em abundância. No ano de 1646, aconteceu a primeira ocupação do território, esse período foi marcado pelas descobertas de jazidas de ouro. Já em 1721, foi fundado o povoado de Morretes, onde o crescimento prosperou lentamente. Nos século 1800, Morretes foi elevada à categoria de cidade, entre os anos de 1811 a 1832, o comércio superou todas as outras atividades, onde a indústria de erva-mate teve uma forte contribuição, em 1872 a imigração italiana, chegou em massa na região, fundando a colônia Nova Itália, local escolhido para construção do engenho central (FIGURA 3).

FIGURA 3 - INTERIOR DO ANTIGO ENGENHO CENTRAL DE MORRETES



FONTE: HUNZICKER (2008).

Destaca-se ainda, no século 1800, sobre a trajetória da cachaça nesse período, apesar do primeiro registro de produção ser em 1733, foi em 1877 com a construção do engenho, que começou ascensão da produção na região, nessa época chegou a ser registrado mais de 60 engenhos na cidade, porém em 1958 houve uma forte fiscalização, onde muitos desses engenhos foram fechados. A partir dos anos 2000, esses engenhos começaram a ser reativados e novos engenhos foram surgindo, trazendo tecnologias modernas.

Ainda no século 1800, foi construída a estrada de ferro, onde o comércio foi muito prejudicado, afetando toda a estrutura socio-econômica-cultural da região. Quando não existia a estrada de ferro, Morretes era a principal passagem para o Litoral do Paraná, sendo ponto de parada de grandes tropas que ali permaneciam por um tempo. Essas tropas fortaleciam o comércio. Com a construção da estrada de ferro o comércio perdeu forças e muitos estabelecimentos foram fechados, sendo assim, ela não era bem vista pelos moradores daquela época. No entanto, hoje em dia, seu papel é importante para região, a cidade foi fortalecida com o fomento do turismo e a estrada de ferro contribui para essa atividade na região.

O século de 1900, foi marcado pelo surgimento de energia elétrica e dos processos de industrialização, período importante, onde grandes indústrias instalaram-se na região, gerando emprego e promovendo a modernidade.

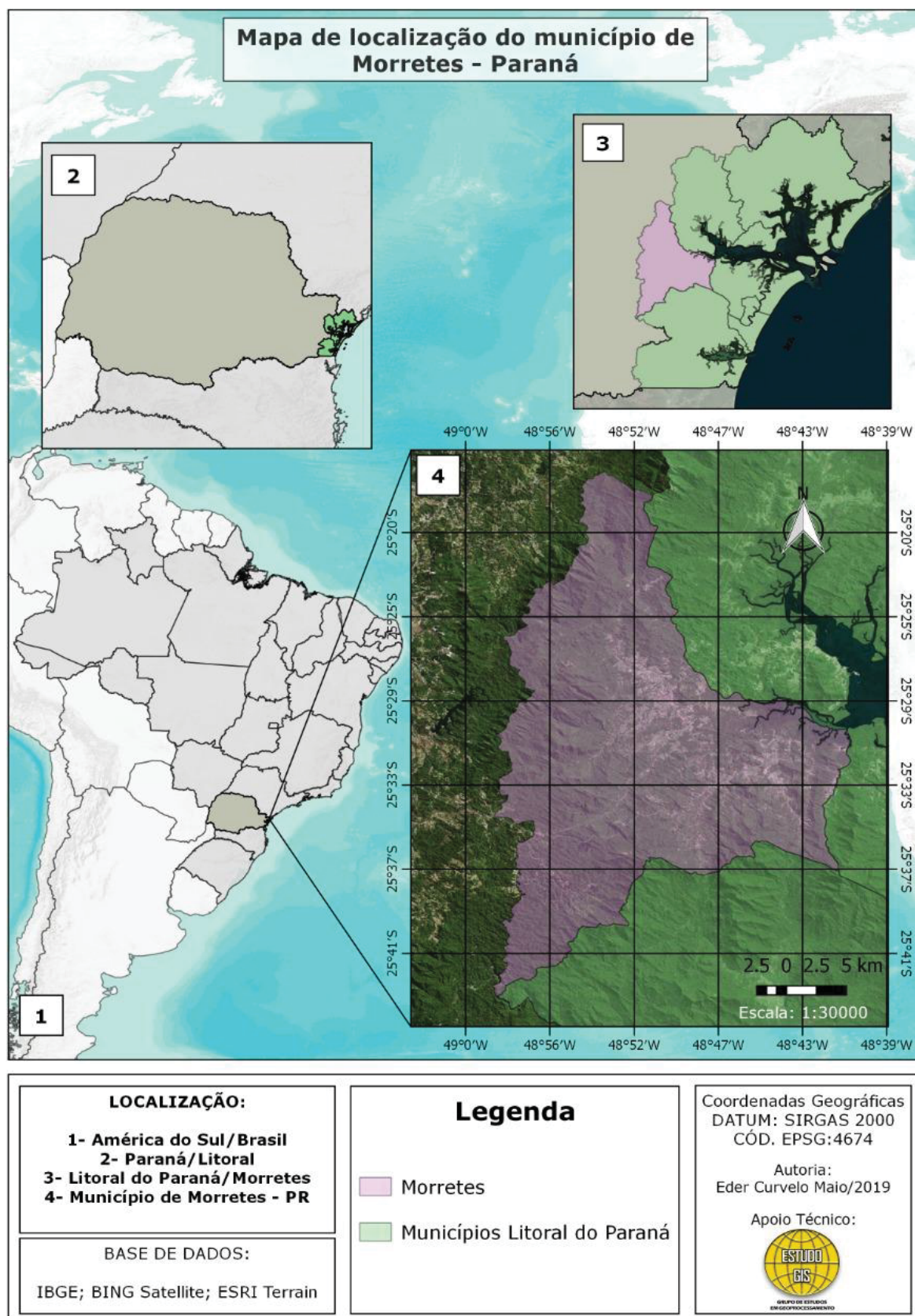
No século 2000, destaca-se, o turismo como uma das principais atividades econômicas da região. Esse setor é favorecido pelo charme da cidade e suas belezas naturais, fomentando o comércio local. Devido suas terras férteis, outra atividade econômica importante na região é a agricultura, em especial a olericultura.

5.3 CARACTERÍSTICAS DO TERRITÓRIO DE MORRETES

5.3.1 Aspectos demográficos

O recorte territorial objetivado nessa pesquisa, foi o município de Morretes localizado na região do litoral do Paraná, como indica a FIGURA 4 a seguir.

FIGURA 4 – MAPA DE LOCALIZAÇÃO DE MORRETES-PR



FONTE: O autor (2019).

Morretes no que se refere aos aspectos socioeconômicos possui um Índice de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM) de 0,686, em 2010, o que o coloca numa posição mediana no quadro do desenvolvimento humano (IDHM entre 0,600 e 0,699). Dessa maneira, Morretes ocupa a 2282ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros segundo o IDHM (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2018). Entre as cidades do litoral do Paraná, Morretes tem o segundo menor IDH, em seguida, com IDHM 0,587, ainda mais baixo, está Pontal do Paraná. A cidade com maior IDHM é Paranaguá com IDHM de 0,750, índice que situa o município na faixa de desenvolvimento alto. Os indicadores que ganham destaque para o IDHM do município de Morretes são: Longevidade (0,837), seguida de Renda (0,710), e de Educação (0,544) (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2018).

No que se refere aos aspectos ambientais, Morretes tem mais de 50% do território coberto por UCs e/ou áreas protegidas (DENARDIN et al., 2008). O Município está localizado junto à Serra do Mar. De acordo com o Instituto Ambiental do Paraná – IAP (2019), em Morretes estão situadas as seguintes Unidades de Conservação:

a) Área de Especial Interesse Turístico – AIET do Marumbi, é uma unidade de conservação estadual de uso sustentável, localizada nos municípios de Antonina, Campina Grande do Sul, Morretes, Piraquara, Quatro Barras e São José dos Pinhais (IAP, 2019). Foi criada e regulamentada pela Lei nº 7.919, de 22 de outubro de 1984, abrange uma área de 66.722,99 hectares, sendo que Morretes ocupa a maior porção territorial dentro da área, com 24.688,20 ha. “Nesta região encontra-se uma das porções mais significativas do bioma Floresta Atlântica, tendo sido incluída pela UNESCO na Reserva da Biosfera da Floresta Atlântica em 1991” (SEMA, 2019, p. 14). Alguns de seus objetivos são: preservar e valorizar os elementos naturais e culturais (por se tratar de um dos ecossistemas mais ameaçados de degradação), regularizar o uso e a ocupação do solo e proteger os recursos naturais renováveis, assim como, suas paisagens, adequadas ao repouso, lazer e prática de esportes (IAP 2019; SEMA, 2019).

b) APA Estadual de Guaratuba, área de proteção ambiental, foi criada em 1992 e abrange o município de Guaratuba e parte dos municípios de Matinhos, Tijucas do Sul, São José dos Pinhais e Morretes. É uma unidade de conservação estadual de uso sustentável (IAP, 2019). A fauna da APA apresenta grande diversidade e potencial para o turismo, devido suas riquezas naturais. Nessa área estão os parques Parque

Nacional Saint Hilaire/Lange e o Parque Estadual do Boguaçu (SEMA, 2019). Foi criada pelo Decreto nº 1.228 de 27 de março de 1992 e abrange uma área de 191.595,50 hectares (IAP, 2019).

c) Parque Estadual da Graciosa, unidade de proteção integral foi criada pelo Decreto nº 7.302 de 24 de outubro de 1990, com área de 1.189,58 hectares, localizada no município de Morretes (IAP, 2019).

d) Parque Estadual do Pau Oco, unidade de proteção integral criada pelo Decreto de nº 4.266 de 21 novembro de 1994, abrange a área de 905,58 hectares e fica localizado na cidade de Morretes (IAP, 2019).

e) Parque Estadual Pico do Marumbi, criado pelo Decreto nº 7.300 de 24 de setembro de 1990, possui uma área de 2.342,41 hectares, fica localizado apenas em Morretes, na porção central do trecho paranaense da Serra do Mar (IAP, 2019). O parque é considerado Patrimônio da Humanidade e reserva da Biosfera pela Unesco, por preservar e proteger a Floresta Atlântica. A área recebe em média 400 visitantes nos finais de semana, contém diversas belezas naturais, atraindo adeptos de esportes, principalmente montanhismo e canoagem (IAP, 2019)

f) Parque Estadual Roberto Ribas Lange, unidade de proteção integral, distribuída entre os municípios de Morretes e Antonina, foi criada pelo Decreto nº 4.267 de 21 de novembro de 1994 e abrange uma área de 2698,69 hectares (IAP, 2019).

Percebe-se que a vasta quantidade de áreas protegidas, via UCs, em Morretes, pode contribuir para a limitação da atividade agrícola, incluindo o cultivo de cana-de-açúcar.

A renda per capita média de Morretes tem apresentado crescimento de 116,60% nos últimos 20 anos, sendo o segundo município do litoral com maior crescimento, em primeiro lugar está Pontal do Paraná de 182,86% e em último lugar, Paranaguá de 70,69 %, no mesmo período. Morretes, passou de R\$ 307,26, em 1991, para R\$ 439,03, em 2000, e para R\$ 665,51, em 2010, apresentando taxa média anual de crescimento de 4,15%, nesse período. A taxa média anual de crescimento entre 1991 e 2000 foi de 4,04%, e 4,25%, entre 2000 e 2010 (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2018).

A proporção de pessoas empobrecidas (com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00) alterou-se de 40,07%, em 1991, para 23,64%, em 2000, e para 10,87%, em 2010. As transformações quanto à desigualdade de renda nesses dois

períodos podem ser descritas através do Índice de Gini⁵, que passou de 0,55, em 1991, para 0,53, em 2000, e para 0,53, em 2010 (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2018).

A população de Morretes cresceu a uma taxa média anual de 0,29%, enquanto que no Brasil foi de 1,17%, entre 2000 e 2010, ocupando a quinta posição no ranking entre as cidades do litoral do Paraná. O maior crescimento aconteceu em Pontal do Paraná, 3,86% e, o município que menos cresceu foi Guaraqueçaba, com decréscimo de -0,51 (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2018).

Em 2010, viviam em Morretes 15.718 pessoas e a taxa de urbanização do município passou de 46,83% para 45,67% nas duas últimas décadas (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2018). Nesse sentido os dados revelam que Morretes foi a única cidade do Litoral do Paraná que o processo de urbanização diminuiu. Entre os anos de 2000 a 2010 a cidade passou de 8122 para 8540 de moradores na zona rural. Morretes é a segunda cidade do litoral do Paraná em concentração de pessoas residentes na zona rural, comparando com a zona urbana.

O primeiro município do litoral do Paraná com maior número de moradores na zona rural é Guaraqueçaba, porém, entre os anos de 2000 a 2010, o número de moradores rurais diminuiu de 5706 para 5188. Nessa perspectiva, Morretes além de possuir mais moradores na zona rural, essa população segue crescendo, explicando o fato de o município ter suas principais atividades econômicas ligadas ao campo, isso inclui a produção de cachaça e a agricultura (plantação de cana-de-açúcar, olericultura etc.) (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2018). Assim, o estudo do SIAL, para produção de cachaça de Morretes, pode ser muito relevante para o desenvolvimento do território.

A mensuração da distribuição populacional de um determinado país ou região ao longo do espaço geográfico, expressa pela quantidade de habitantes por quilômetro quadrado, denominada densidade geográfica é de 22,9 hab/Km² em Morretes, sendo que a maior medida é da cidade de Paranaguá, com 255,56 hab/Km² e a menor de Guaraqueçaba 4,24 hab/Km² (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2018).

⁵ “É um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar” (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2018).

Quanto ainda aos índices geográficos, destaca-se o Quadro 6 a seguir, o qual apresentando os índices dos municípios do litoral do Paraná, quanto a produção de cana-de-açúcar.

QUADRO 6 – ÍNDICES DE PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR NOS MUNICÍPIOS DO LITORAL DO PARANÁ - 2017

ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO MÉDIO E VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA PELO TIPO DE CULTURA TEMPORÁRIA – 2017- CANA-DE-AÇÚCAR		
MUNICÍPIOS DO LITORAL DO PARANÁ	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO (t)
MORRETES	130	4940
ANTONINA	50	1900
GUARATUBA	30	1130
PONTAL DO PARANÁ	3	135
GUARAQUEÇABA	32	1330
MATINHOS	2	120
PARANAGUÁ	60	2280

FONTE: Elaborado pelo autor a partir dos cadernos estatísticos do IPARDES (2019).

Morretes é o maior produtor de cana-de-açúcar do Litoral do Paraná, de acordo com o Quadro 6 o acima, isso explica a importância do setor de cachaça para região.

5.3.2 Aspectos gerais

Morretes está a 70,4 quilômetros de distância da capital paranaense Curitiba, tendo dois distritos administrativos, Morretes e Porto de Cima, os quais pertencem a comarca de Morretes. Os limites de Morretes confrontam com Paranaguá, Guaratuba, São José dos Pinhais, Quatro Barras, Piraquara, Campina Grande do Sul e Antonina (IPARDES, 2018). Situada no litoral do Paraná sua área é rodeada de espigões, rios e serras. O clima é tropical úmido (MEIRA, 2013).

No município de Morretes reside uma população estimada de 16.366 habitantes (INGE, 20180), sendo que a maioria vive na área rural (n=8540). Observa-se certo equilíbrio entre os gêneros masculino (n=7950) e feminino (n=7768), (IPARDES, 2018).

Em 2016, o salário médio mensal dos trabalhadores formais era de 1.8 salários mínimos, nesse contexto, Morretes ocupa a 318° de 399° posição em relação as outras cidades do estado e fica na 5° posição em relação ao litoral do Paraná (IBGE, 2018). A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 15.0%, Morretes fica na posição de 248° de 399° no ranking do estado do Paraná (IBGE, 2018). Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, Morretes tinha 37% da população nessas condições, colocando a cidade na 96° classificação de 399° do estado do Paraná (IBGE, 2018).

Em relação ao PIB per capita - que mostra o PIB dividido pelo número de habitantes, o índice cresceu entre 2010 e 2016, passou de R\$ 9.151,89 para R\$ 18.312,44, Morretes ocupa a 344° posição em relação a participação no PIB do estado do Paraná que conta com 399 municípios e ocupa a 6° posição na micro região de Paranaguá (IBGE, 2018).

Na cidade de Morretes, a partir das últimas décadas do século passado, aconteceu um grande avanço do comércio e do turismo, movidos pelo reconhecimento do setor gastronômico, que coloca a culinária local e a cachaça produzida de forma artesanal em evidência (MEIRA, 2013). O sucesso do processo de produção da cachaça de Morretes é atribuído pelas antigas técnicas artesanais e o seguimento dos padrões de qualidade exigidos, além da não utilização de produtos químicos (PORTAL MORRETES, 2017).

5.3.3 Ciclos econômicos

Morretes teve um papel de relevância no desenvolvimento do estado, nas esferas políticas e econômicas, notoriamente reconhecida pelo Ciclo do Ouro, da Erva-Mate e da Cana de Açúcar (PREFEITURA DE MORRETES, 2018). O ciclo do ouro foi de 1665 a 1735 e durou setenta anos. Nessa ocasião, existiam muitas minas de ouro na região, uma delas se destacava pela riqueza do proprietário, a Mina de

Penajóia, sendo a maior do Brasil, a exportação era para Portugal (PREFEITURA DE MORRETES, 2018).

Depois dos tropeiros, surge na região uma nova atividade econômica a Erva-Mate, herança dos índios que habitavam essa região, ou seja, o mate já era consumido pelos primeiros colonizadores (FERREIRA, 1996).

O mate despertava interesses inclusive em Lisboa, desde a metade do século XVII. O ciclo da erva-mate começou a ganhar força quando o maior exportador da América do Sul, o Paraguai perdeu forças, abrindo caminhos para o Paraná. Porém, não tinha a mesma qualidade (FERREIRA, 1996). O autor afirma que em 1820, foi enviado um especialista argentino responsável para ensinar técnicas de melhoramento para aumentar a qualidade do produto e atrair o mercado exterior. A partir dessa estratégia conquistou-se mercado na Argentina e no Chile.

A produção foi se especializando, máquinas foram criadas para beneficiar o mate, essa atividade foi responsável por promover outras atividades econômicas, como a pecuária, que perdeu força pelo esgotamento das minas de ouro. O mate era transportado em surrões de couro e depois em barricas (fomentando mais uma atividade econômica paralela) até o Porto de Cima e de Morretes, de lá iam para outros portos como, Antonina e Paranaguá através do rio *Nhundiaquara*, sendo o produto final vendido para mercados platinos (FERREIRA, 1996).

O ciclo do mate ocorreu entre 1820 a 1880. Nesse período de 60 anos observava-se a existência de 80 fábricas de socar erva, sendo a maioria movidas por encanamento de águas (PREFEITURA DE MORRETES, 2018). Foi um dos mais longos e importantes ciclos econômicos do Paraná. A cultura do mate criou cidades e abriu fronteiras. Ela foi responsável pelo surgimento da indústria no Paraná, rompendo com a escravidão, fomentando um mercado moderno e trazendo as relações capitalistas para o estado (FERREIRA, 1996).

Então conta a história aqui que primeiro veio o ciclo do ouro, depois nós passamos pra erva mate, depois o café e então a cachaça. A cachaça ficou uma expressão da região nossa aqui. A 50 anos atrás a cachaça pagava toda a conta aqui do município, era bem expressivo tinha mais de 60 alambiques. A cachaça ia pra todo o Brasil, especialmente para os grandes hotéis do Rio de Janeiro. As grandes referências do Rio de Janeiro levavam nossa cachaça, então a cachaça foi muito expressiva aqui economicamente. E foi dizimada por uma política de governo que dizimou tudo e a gente pode sentir isso aí (P1, 62 anos).

Vários grupos de imigrantes italianos, a partir de 1875, chegaram e se fixaram em Morretes, estes tinham a lavoura como principal atividade econômica (CAVAGNOLLI, 1995). A autora enfatiza que surgiu o interesse de contar a história de sua terra, quando encontrou um documento de colonos italianos, em uma propriedade da região que estava prestes a ser demolida. No livro *Morretes: o passado sem ruínas*⁶, encontra-se a localização dos loteamentos e as atividades produtivas dessas famílias ex: “39- Valentim Beatrici, 23 anos, italiano natural de Trento, cultivava milho, cana, café, laranja, uva, feijão, mandioca, banana e tinha engenho de aguardente. Morava no lote °39 a 4700 metros do marco zero” (CAVAGNOLLI, 1995 p.83), sendo os imigrantes italianos importantes empreendedores na produção de cachaça, pois eram excelentes agricultores e dinamizaram a produção na região.

5.4 HISTÓRIA DA CACHAÇA

A história da cachaça se confunde com a própria história do Brasil, pois foram os portugueses que trouxeram as primeiras mudas de cana-de-açúcar. Tinha como principal objetivo a produção de açúcar, que era um produto raro, de difícil acesso e muito valorizado pelos europeus (TAVARES, et al., 2015). Dentro de suas colônias, os portugueses procuravam as melhores terras para a produção do açúcar, e estes possuíam tecnologia e capital para sua produção. Porém, não se imaginava que a partir dos engenhos de açúcar instalados nas terras brasileiras, originaria-se produção da cachaça, um dos melhores e mais apreciados destilados do mundo (TAVARES, et al., 2015).

A cana chegou às terras brasileiras vinda da ilha da Madeira, quando a extração predatória do pau-brasil ainda estava no auge. O primeiro engenho surgiu em Pernambuco, no ano de 1516, mas foi só com a vinda de Martim Afonso de Sousa, em 1532, que a base econômica da primeira grande fase da colonização portuguesa ficou definida. De início, implantaram-se três engenhos na capitania de São Vicente; com o tempo, eles se multiplicaram, e diariamente milhares de escravos moíam a cana, ferviam o caldo e o deixavam esfriar em fôrmas para obter a rapadura. E deve ter sido em algum momento durante essa primeira expansão que surgiu a cachaça (PEDROSO, 2014, p. 96).

⁶ O livro de Stella Maris Cavagnolli aborda questões históricas vinculadas a Morretes (ocupação territorial, dinâmicas sociais nos diferentes períodos do município etc.) (CAVAGNOLLI, 1995).

Os portugueses estimulavam os escravos a beberem cachaça para melhorar o rendimento no trabalho e aos poucos a bebida foi ganhando fama, sendo uma fonte econômica e social importante para a colônia. A cachaça também era usada como moeda de compra de escravos nesse período (PEDROSO, 2014).

Pouco antes da independência, a cachaça foi reconhecida como símbolo da identidade brasileira, juntamente com o sacrifício que o país fazia para se libertar do domínio português, uma forma de autonomia era o ato de não consumir o vinho que a metrópole produzia (TRINDADE, 2006).

Um aspecto específico do litoral do Paraná é que este produto pode ser produzido o ano inteiro, devido ao clima do local que afeta favoravelmente o produto e a produção, diferente de outras regiões do Brasil (SEBRAE, 2017).

Com frequência, a cachaça de Morretes é premiada internacionalmente pela qualidade do produto. É um produto local e tradicional do litoral do Paraná que mantém seus traços históricos, sobrevivendo aos grandes mercados modernizados. (SEBRAE, 2017). A cachaça de Morretes ganhou fama e reconhecimento que o verbete, morretiana virou sinônimo de bebida típica do Brasil, presente em diversos dicionários, incluindo o Aurélio (MEIRA, 2013). “Morretes é tão expressiva na cachaça que no dicionário Aurélio morretiano é sinônimo de cachaça” (P1, 62 anos).

Os produtos tradicionais são feitos de forma especial, dotados de talentos gerados por anos, onde o processo produtivo teve pouca ou nenhuma alteração. Eles são dotados de saberes e de uma identidade única, percebido pelos consumidores e valorizado por quem faz. Os produtos tradicionais alimentares apoiam a inclusão de determinados grupos no processo de produção, gerando desenvolvimento local e renda para as famílias (SGARBI SANTOS, 2015).

5.5 TRAJETÓRIA DA PRODUÇÃO DE CACHAÇA DE MORRETES

Nos anos de 1875 a 1877, a indústria açucareira era fundamental para a economia do Brasil. Para tanto, promovidos pelo poder público, foram criados engenhos centrais em algumas cidades, sendo uma delas Morretes. O engenho central de Morretes foi criado em 1877, com o que tinha de mais moderno daquela época. O local de implementação escolhido foi a colônia Nova Itália (BORGES, 1990).

A produção de cachaça de Morretes existe desde o século XVIII, a partir da construção dos engenhos, conforme corroboram as falas a seguir:

O primeiro registro que nós temos de produção de cachaça é 1733, nós sabemos que aí já existia engenhos de cachaça em Morretes (P8, 76 anos).

Começou com o João de Almeida, depois teve outros engenhos... é... que vendiam e exportavam essa cachaça... é... tinha engenhos lá como o do Marumbi (P4, 61 anos).

Morretes no Brasil foi o segundo município a produzir cachaça, foi nessa colonização dos italianos que começaram a produzir cachaça, já foi bastante forte e hoje só estamos em meia dúzia de produtores de cachaça (P6, 53 anos).

Muitos colonos italianos que plantavam grandes quantidades de cana, alegavam que o frete e o baixo preço oferecido pelo engenho central, diminuía o lucro, sendo mais vantajoso construir novos engenhos. Desta forma, alguns imigrantes com razoável poder aquisitivo construíam seus próprios engenhos (BORGES, 1990). A agricultura de cana-de-açúcar era próspera naquela época e os engenhos foram se multiplicando na região. Com o falecimento dos primeiros dirigentes, o engenho central foi decaindo passando de mão em mão (BORGES, 1990).

No transcurso da pesquisa de campo, quando questionados os entrevistados sobre quais as primeiras famílias que iniciaram a produção de cachaça na região, a maioria deles citou as famílias Scucatos, Malucelli e Freitas, confirmando os registros históricos, presente no livro *a Imigração Italiana em Morretes*:

Sebastião Scucato, era filho de Giovanni Scucato e de Maria Marcon, que em 1877 imigraram para o Brasil, vindos de Schiavon, província de Treviso ao norte da Itália. Giovanni tinha na época 39 anos. Possuía o casal dois filhos nascidos na Itália: Sebastião e Antônio. Sebastião era o mais velho, e tinha 3 anos quando aqui chegou. No Brasil, nasceram Margarida e Domingos. Na mesma leva e da mesma Província, veio o irmão de Giovanni, Salvatori *, que morreu em viagem. Estabeleceram-se primeiramente na Ponte Alta, onde tinha pequena lavoura. Mais tarde, mudaram-se para a reta entre Porto de Cima e Morretes, montando o seu engenho de aguardente (BORGES, 1990 p73).

E também:

Marcos Malucelli- filho mais velho de Giovanni e Margarida Malucelli. Ficou orfão de pai, vítima da maleita, 1 ano após sua chegada. Sua mãe, assumindo a responsabilidade da família (8 filhos), enfrentou com coragem e denodo a vida, trabalhando de sol-a-sol, a fim de criar e educar sua prole. Marcos, que era forte e trabalhador, ainda adolescente, sentiu que parte desta responsabilidade também lhe incumbia. Com o alvorecer da Estrada de Ferro, achou ele ser a oportunidade de ajudar a família, empregando-se como operário na construção da mesma. Como falava a língua italiana, melhor se

entendia com os engenheiros italianos, e por ser forte e ativo, logo foi requisitado para " auxiliar imediato " do engenheiro Ferrucci. Assim, foi galgando postos e vantagens, melhorando sua condição de empregado assalariado. Passado a correria da construção da Estrada, voltou Marcos ao convívio dos seus. No decorrer do tempo, com grande luta e muita economia, formaram o capital suficiente para tomar conta do Engenho Central de Morretes que, nesta época, estava em decadência sob o domínio dos proprietários anteriores. Na mão dos irmãos Malucelli, o engenho prosperou, e a par dessa atividade, foram ampliando suas aptidões na agricultura, pecuária e depois na indústria e comércio, onde Marcos a estacou-se pela retidão da sua personalidade, tornando-se um elemento de grande projeção na sociedade morretense (BORGES, 1990, p.39-40).

A produção de cachaça passou por inúmeras transformações nas últimas décadas. Tais mudanças alteraram as condições de concorrência e competitividade, fazendo com que o número de alambiques tenha reduzido drasticamente desde a consolidação da produção em Morretes. A produção de cachaça cresceu muito até aproximadamente os anos de 1950, com cerca de 60 engenhos, mas com as dificuldades no percurso esses foram fechando, principalmente pela falta de capital para manter os engenhos após uma forte fiscalização do ministério da agricultura em 1958, sendo importante destacar o relato dos entrevistados:

Foi feito um trabalho no Brasil permeando algumas regiões da cachaça, então tivemos problema em Morretes né, tinham mais de 60 alambiques e hoje estamos com 2 oficial e mais meia dúzia clandestino. (P1, 62 anos).

Também:

A produção de cachaça cresceu bastante, cresceu muito, muito, até por volta de 1958 por aí. Em 1958 houve um problema muito sério, houve uma fiscalização do ministério da agricultura e usando um termo bem... arreventou com os produtores, tiveram que, que fechar as portas, a gente calcula entre engenhos e engenhocas, aqueles menores né, Morretes chegou a ter em torno de 60 engenhos né, e dessa época realmente sobrou um ou dois, sobraram dois ou três engenhos vamos dizer assim né, só que, de um momento que seria mais ou menos de 2000, começaram a se reativar esses engenhos, novos engenhos, aparecendo com uma tecnologia mais moderna né e a cachaça voltou a ser uma atividade muito franca muito forte aqui né, e inclusive, você deve saber acompanhando que tivemos ultimamente prêmios no mundo né, Bruxelas, aqui no Brasil eleita a melhor cachaça do Brasil, então isso tudo trouxe uma fortificação, para a cachaça. (P8, 76 anos).

Os aspectos específicos da cachaça de Morretes, já aparecem no preparo do solo, que é feito sem agrotóxicos ou adubos químicos, dentro dos padrões de produção orgânica, cercada pela mata nativa (PORTO MORRETES, 2019). Os produtores de cachaça de Morretes não queimam a palha da cana-de-açúcar, prática

considerada como causadora de fortes impactos ambientais, sendo assim, a produção da cachaça da região pode ser considerada como sendo sustentável. Para além disso, a cana-de-açúcar é colhida manualmente e cuidadosamente selecionada (PORTO MORRETES, 2019).

A cana-de-açúcar cultivada em Morretes é única e especial devido as características marcantes do clima quente e úmido, que sofre influência da Serra do mar, o fermento usado, denominado de caipira, não faz adição de elementos químicos. Assim, a cachaça de Morretes caracteriza-se com orgânica, devido as especificidades citadas acima (PORTO MORRETES, 2019).

No contexto atual, os dados de campo demonstraram que existem em média 12 produtores de cachaça em Morretes. Destaca-se que alguns dos entrevistados consideram como produtores apenas aqueles que trabalham na formalidade. Os produtores de Morretes informaram que não existem outros produtores no litoral do Paraná, sendo essa uma característica exclusiva e predominante do território de Morretes. Na seção a seguir será apresentado o perfil desses produtores.

5.5.1 A produção de cachaça e seus atores: o perfil dos produtores de cachaça de Morretes

A produção de cachaça de Morretes abrange os dois distritos do município: Morretes e Porto de Cima, de acordo com a pesquisa de campo há cerca de 12 produtores de cachaça sendo quatro formais e oito informais, produtores que não possuem registros no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), órgão responsável pela fiscalização dos estabelecimentos. Desta forma, a formalização da maioria dos engenhos, acontece apenas na esfera municipal, com pagamento de taxas referentes à vigilância sanitária e alvará, com intuito de evitar transtornos com a fiscalização local. Ainda existem, em menor número, aqueles que não possuem nem a formalização municipal.

De acordo com Meira (2013), os pequenos produtores geram cerca de cinco mil litros anuais, enquanto os grandes produtores produzem em torno de cinquenta a cem mil litros por ano, essa quantidade varia em alguns meses, dependendo da qualidade da cana cultivada e época colhida. Segundo Anacleto et al. (2014, p. 97), “a

produção atual de aguardente artesanal na região é em média 40% menor que a registrada na década passada, que revelou que a produção da aguardente no litoral do Paraná se encontra em declínio”.

Percebe-se que reduziu drasticamente o número de propriedades com cultivo de cana-de-açúcar. De acordo com Ipardes (2018), atualmente há cultivo de cana-de-açúcar em 130 hectares, o que na época do engenho central, se expandia em mais de mil hectares. Essa diminuição foi causada pelo aumento da concorrência, principalmente vinda de outros estados do Brasil, o descaso e a falta de apoio governamental, a pouca articulação coletiva dos produtores e as exigências dos órgãos fiscalizadores (KNOPIK e FLEIG, 2009).

Sobre as informações coletadas referentes aos dados pessoais, seguem algumas estatísticas: a maioria dos responsáveis pelos alambiques entrevistados possuem idade superior a 40 anos, sendo apenas um com idade inferior. Três dos entrevistados apresentam ensino superior completo ou maior formação acadêmica e quatro relataram possuir até o segundo grau completo.

Todos entrevistados utilizam alambiques de cobre para destilação e o fermento que é usado na produção é natural, itens obrigatórios para caracterizar o produto como artesanal. Ainda, um dos entrevistados, utiliza a roda d'água como força motriz para moer a cana, os demais produtores utilizam equipamentos modernos para essa tarefa.

A maioria dos produtores entrevistados nasceram na cidade de Morretes, sendo apenas dois vindos de outra região. Quando questionados como tais produtores aprenderam o ofício da produção de cachaça, a maioria relatou que aprendeu com seus antepassados, onde os engenhos foram montados pelos familiares e os conhecimentos foram passados de geração em geração. Observa-se assim, que a produção de cachaça na região tem vínculo intergeracional, o que demonstra o sentimento de pertencimento ao local. Segundo Muchnik (2006), o sentimento de pertencimento conta a história do território, que é construído com base emocional e afetiva. Nesse ponto, pode-se perceber que a tradição é presente historicamente na produção da cachaça de Morretes, devido a continuidade da atividade passada de geração em geração.

Quatro dos entrevistados herdaram terras dos seus antepassados e aprenderam as técnicas de produção com eles. Os produtores ressaltaram que

gostariam que seus filhos ou parentes continuassem a produzir cachaça na região. Segundo Specht (2009), a sucessão familiar é um fator importante no meio rural, quando ela não acontece, perdem-se conhecimentos tácitos, que poderiam contribuir para a consolidação de um SIAL diferenciado.

As falas dos entrevistados demonstram que a produção de cachaça nos engenhos é antiga, iniciando no século XIX, estendendo-se pelo século XX e iniciando o século XXI com um número menor de engenhos, mas com perspectiva de tornar essa produção diferenciada. Todavia, em alguns desses engenhos houve descontinuidade da produção ao longo do tempo, conforme corroborado pelas falas a seguir:

Minha família produz cachaça desde 1987, perdão desde 1980 e desde então, em períodos não contínuos né, ficou uns 15, 18 anos sem produzir, por exemplo como teve o problema do aterramento da construção da BR 277 que teve o assoreamento do rio, eles ficaram uns 5, 6 anos sem poder produzir até que fosse dragado novamente o rio, depois mais tarde por outro motivo que eu não me lembro, ficaram mais 1, 2 anos sem produzir e calculo que dá uns 15, 18 anos assim, mas essa é a origem (P2, 51 anos).

Sim. Há uns 63 anos mais ou menos. Meus pais fundaram aqui, começaram a produzir aqui mesmo, nasceram e se criaram aqui e começaram a produção de cachaça aqui. O engenho foi montado pelo meu pai. Aqui que ele começou, Pai, comecei a produzir cachaça... era assim meu pai, depois ficou meu irmão e agora sou eu que estou dando continuidade (P3, 62 anos).

Sim. Isso vem desde o meu bisavô, eu sou bisneto de imigrante italiano, então desde 1880 mais ou menos (P4, 61 anos).

Não, eles vieram pra trabalhar de empregados para famílias de poder aquisitivo, e depois como tinha muita terra, na época davam-se cartas de alforria daí foram trabalhando e depois montaram o engenho deles. Eu apendi com os antepassados né, agora já é a quarta geração (P6, 53 anos).

A dimensão histórica aparece nas referências identitárias, guiadas pelo sentimento de territorialidade, seja ela na origem, nome e sobrenome dos entrevistados, assim como na relação de confiança, cooperação, aprendizagem (MUCHNIK, 2006; SIQUEIRA, 2016).

Nem todos vieram para Morretes para produzir cachaça. Um dos entrevistados (P1, 62 anos), informou que entrou no ramo da cachaça depois de cinco anos, após a compra da propriedade. O objetivo inicial da aquisição da propriedade era outro, mas ao tomar conhecimento da dimensão histórica da cachaça na região, começou a investir no ramo. Já o entrevistado (P5, 49 anos) adquiriu o alambique desativado de um produtor já falecido e começou a produzir, destacando que começou

por brincadeira e está até hoje atuando. Sobre isto, conforme Muchnik (2006), o SIAL não exige um tempo mínimo para sua consolidação, o mais importante na análise são as transformações em mudanças qualitativas, provindas das variáveis técnicas, sociais, econômicas e culturais, (MUCHNIK, 2006; SPECHT, 2009).

A produção de cachaça de Morretes é de origem familiar, todos os pesquisados responderam que trabalham com a família na produção. Três entrevistados ainda contratam empregados (fixos) para ajudar na produção, mas há também a contratação de trabalhadores temporários no período de safra, que começa em junho de cada ano e dura em média 6 meses.

Os entrevistados que não aprenderam a produzir cachaça com os antepassados, fizeram cursos e buscaram aperfeiçoamento em livros, escolas técnicas ou contratando profissionais de outros estados, em especial de regiões de Minas Gerais e Santa Catarina.

O território dos produtores de cachaça pode ser considerado uma entidade socioterritorial caracterizada pela presença de uma comunidade de pessoas cujos valores e cultura se assemelham, aproximando-se a forma dos distritos italianos, conforme destacado por Pecqueur (2006).

Os ativos específicos também estão ligados ao tipo de relação estabelecida entre os atores envolvidos com o SIAL, porque eles compartilham a mesma experiência histórica e a mesma identidade local do território correspondente” (REQUIER DESJARDIN, BOUCHER E CERDAN, 2006, p. 123). Em certa medida há o compartilhamento da experiência histórica e a identidade local do território na produção de cachaça.

Assim, embora perceba-se uma grande preocupação dos produtores em relação às exigências do mercado atual, a produção de cachaça de Morretes manteve suas características originais e o processo produtivo ensinado por seus antepassados. Observa-se, ainda, que uma parcela dos produtores, principalmente os legalizados, sempre estão se atualizando, com técnicas diferenciadas e inovações complementares, demonstrando preocupação com o futuro dessa atividade produção.

Os produtores que trabalham na ilegalidade, gostariam de se regularizar, mas alegam que não possuem capital. A seguir, é possível observar a reforma de um alambique em busca de regularização (FIGURA 5):

FIGURA 5 – ALAMBIQUE DO ENTREVISTADO P.6 (53 ANOS) EM REFORMA



FONTE: O autor (2019)

As figuras a seguir, apresentam as instalações de um alambique já legalizado (FIGURAS 6 e 7):

FIGURA 6 – REGISTRO I DAS INSTALAÇÕES DE UM ALAMBIQUE LEGALIZADO (P.7, 31 ANOS)



FONTE: O autor (2019).

FIGURA 7 – REGISTRO II DAS INSTALAÇÕES DE UM ALAMBIQUE LEGALIZADO (P.7, 31 ANOS)



FONTE: O autor (2019).

Apenas quatro estão legalizados na região, desses três foram entrevistados, conforme relatado nas entrevistas. O motivo para a não formalização da produção

está na dificuldade de atender às demandas burocráticas. Muitos desses produtores não têm conhecimento das reais necessidades legais para poderem atuar. Esse é um problema compartilhado pelos muitos pequenos produtores rurais do Brasil, bem como pelos micros e pequenos empreendedores em geral (MENEZES, 2009).

Que nem uma vez eu fui no... no Inmetro, fui pega pelo inmetro de um rótulo lá que tava com pesagem diferente lá, daí fui multada, daí eles fazem um recurso assim né. Agora o SEBRAE sempre vem pra cá, mas SEBRAE olha, eu já gastei perdi tanto tempo com o SEBRAE sabe, porque você, um monte de coisa, aquele monte de coisa, como é que é? Boas práticas de coisa, isso e aquilo daí no final não atingi nem 80%. Aí fizeram tirar dorna, desmontar dorna dentro do engenho porque não podia ficar, daí veio a secretaria da cultura daí você não entende, eles dizem não não! daí vem eles dizem pra tirar aquela carroça, daí vem outro, vem a secretaria da cultura e diz não não que isso aí é um crime! Então você não sabe nem o que... daí vai indo assim até, vai fazendo né, vai fazendo de pouco, faço pouco, produzo bem pouco durante o ano, mas é uma pena gostaria de ser bem legalizada, porque nós temos história né antiga, conhecido... porque a cachaça é boa, mas é complicado porque a gente vai ficando né sem aparato assim... então é bem, bem difícil (P3, 62 anos).

Como relata também:

O nosso pior gargalo é o imposto, é muito caro. [...] os imposto hoje no final da cachaça é 80%, então vendendo uma cachaça a 100 conto vai me sobrar só 20, fora os encargos ainda do meu contador, dos meus funcionarios se tiver, despesa de luz. Então é porque de eu ser obrigado a vender na informalidade, eles não me ajudam, eu nasci na roça, vivo disso, agora eles vivem dos nossos impostos e assim mesmo não estão nem aí pra diferenciar o pequeno produtor e o grande empresário e hoje o ministério não aceita que eu ponha o rótulo lá “cachaça artesanal de Morretes”, pra eles não existe cachaça artesanal, porque o engenho tem que ser habilitado conforme as lei, então é só cachaça de Morretes, não pode ser artesanal. Então eu aqui pra eles fazendo engenho pensam que eu sou um latifundiário, infelizmente é assim o Brasil, não temo político aqui que defenda nós, tem aqueles que tá lá defendendo só os grandes (P6, 53 anos).

As demandas burocráticas, os impostos e demais formalidades se impõem como entrave a maior parte dos produtores de cachaça de Morretes, sendo esse um dos principais obstáculos à formação de um SIAL, pois geram entre os produtores segregação e distanciamentos entre aqueles que conseguem se manter na formalidade, cumprindo as obrigações legais, e aqueles que não conseguem. Esse, portanto, é um dos entraves à cooperação entre os produtores de cachaça de Morretes.

Quanto a mão-de-obra que atende ao mercado de trabalho da atividade da produção de cachaça, percebe-se que ela é oriunda da própria região. Observa-se,

que em média, trabalham na produção de cachaça cerca de cinco pessoas entre familiares e empregados.

Na seção a seguir é apresentado o perfil das instituições de apoio. No decorrer da pesquisa de campo percebe-se que tais instituições de apoio são e foram determinantes para essa atividade na região.

5.5.2 Perfil das instituições que apoiam a produção de cachaça de Morretes

No quadro geral das instituições de apoio existentes na região, verifica-se que elas são: i) SEBRAE, “criado na década de 1970, apoia as decisões dos empresários, dos potenciais empresários e dos potenciais empreendedores, no campo e na cidade é a instituição que entende de pequenos negócios e possui a maior rede de atendimento do País” (SEBRAE, 2017); ii) Prefeitura municipal de Morretes, sede do poder executivo do município; iii) ADETUR, “que é uma entidade privada sem fins lucrativos que representa o trade turístico do litoral do Paraná” (ADETUR, 2019) e iv) EMATER – PR, a qual sua missão é, “promover o desenvolvimento Rural Sustentável, coordenando, articulando e executando Assistência Técnica e Extensão Rural em benefício da sociedade paranaense” (EMATER, 2019).

Para Requier Desjardin, Boucher e Cerdan (2006) uma agroindústria rural pode ser encontrada a partir de um contexto de área rural específica, não referindo-se a uma atividade específica, mas a um conjunto de atividades interligadas de processamento agroindustrial, sendo que o seu desenvolvimento pressupõe o envolvimento de um conjunto de instituições e empresas.

No decorrer da pesquisa de campo verificou-se que quando foram questionados quais eram as instituições que os apoiavam, foram citadas: SEBRAE, EMATER e ADETUR, sendo o SEBRAE e ADETUR com apoio institucional na coordenação da IG e a EMATER como apoio técnico conforme corroborado pelas falas a seguir:

O SEBRAE é uma instância que vem dando apoio institucional no processo de auxílio ao desenvolvimento da produtividade da cachaça, não só da cachaça, mas de outras IGs que estão implantadas no litoral, então é um bom parceiro, um parceiro que tem um olhar permanente na busca do aperfeiçoamento dos produtos (P1, 62 anos).

Existem duas pernas que mantêm esse negócio de cachaça em pé, um é o produtor de cachaça, a outra que nos ajuda de certa forma, não tanto como

a gente gostaria, mas pelo contato que eu tenho também é menos do que eles gostariam de ajudar é a EMATER (P2, 51 anos).

A EMATER da assistência técnica, de preparo de solo, plantio e o que você precisar da agricultura eles tão ali pra assistir né. Veja a EMATER ela tem um plano, o ideal nosso da associação, como tinham muitos pequeninhos produtores, tinham uma condição de produção muito ruim, nós queríamos montar uma cooperativa aqui em Morretes, porque nem todo mundo tinha condição de ter seu engenho registrado, registrado entenda-se ministério da agricultura. Nós idealizamos o seguinte, vamos fazer uma planta básica, mínima do micro engenho de cachaça pra EMATER ajudar a implantar, mas daí o que que aconteceu, ela ia visitar o seu Joaquim no barro branco por exemplo, chegava lá o engenho dele estava localizado numa localização que a legislação ambiental não permitia, daí a EMATER não podia fazer um projeto num local onde a legislação ambiental não permitia. Depois disso, nós fizemos assim, na associação vamos comprar uma moenda de alta estação de tecnologia boa, vamos colocar com um motor em cima de um chassi de caminhão, numa carreta e nós vamos fazê-la circular pelas propriedades. Porque a peça mais cara do engenho é a moenda, o grande problema né. Então nós levaríamos a moenda pro produtor e eles faziam o que eles queriam. Daí o problema estava no estabelecimento porque tem que tem o registro de onde e que tá produzindo isso, daí de novo a questão ambiental foi o grande entrave de tudo isso, porque é uma forma de viabilizar todo mundo com uma moenda boa, porque alambique muitos dos produtores eles mesmos tem condição de fabricar, cada um faz o seu do seu jeito lá, tem alambique feio pra burro aí mas faz umas cachaças super boa. Daí agora recentemente eles estavam nos ajudando com essa questão da legislação, pra poder adequar todo mundo lá (P6, 53 anos).

O SEBRAE atua efetivamente no processo de IGs do litoral do Paraná, hoje são quatro produtos que estão na busca por essa certificação, a cachaça de Morretes é um deles. Quatro produtores de cachaça estão nesse processo, desses, apenas dois foram entrevistados.

O processo de IG começou em meados dos anos 2000 com a Associação Paranaense dos Produtores de Cachaça Artesanal de Alambique com sede em Morretes, juntamente com o SEBRAE e a EMATER. Todavia, o projeto foi esquecido (aparentemente por processos burocráticos, falta de capital e exigências dos órgãos ambientais) por um tempo e a associação foi perdendo forças. Atualmente tal associação não é mais tão atuante na região. Após o insucesso do processo de IG iniciado pelos empresários em meados dos anos 2000 através da associação, o SEBRAE retorna o projeto em 2012, juntamente com a ADETUR responsável pela implantação de Conselhos Reguladores específicos das Indicações Geográficas e criação da Diretoria de Indicação Geográfica - que objetiva fortalecer a inter-relação entre os segmentos que buscam a IG no litoral do Paraná (ADETUR, 2019). O pedido

foi protocolado no INPI pela ADETUR e está aguardando a aprovação. Sobre esta situação, alguns produtores relataram:

Eu acho que já tinha desde 2008, 2009 alguns empresários já buscavam isso, só que tem um custo altíssimo pra fazer isso (R3, 52 anos).

E:

É, isso aí começou com nós, a associação que demos entrada nisso aí. Mas, acabou. Quase todos os produtores eram associados. Eu que estava a frente, aí eu desisti, não fui mais, acabou. É que foi tentando regularizar, não tem como, aí foi tentar montar a cooperativa, aí que piorou, daí ia tentar a cooperativa, daí acabou (P5, 49 anos).

De acordo com a representante SEBRAE (52 anos), em 2012, foi recebido de Brasília um comunicado que existia uma verba para ser investida nos processos de IGs de todo o Brasil. No Paraná foram levantadas 35 possibilidades, sendo enviadas 10 para Brasília, e dessas, quatro eram do litoral do Paraná: cachaça de Morretes, bala de banana de Antonina, barreado do litoral do Paraná e farinha de mandioca do litoral do Paraná.

Nesse processo o papel do SEBRAE foi relativamente importante, pois ele investiu aproximadamente R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais) em processos burocráticos e estudos sobre a IG. Neste caso, foi constatado que Morretes tem notoriedade e história na produção de cachaça, sendo viável o projeto. Há necessidade de diagnósticos, treinamentos e acompanhamentos. Tal processo demanda tempo e dinheiro. O SEBRAE oferta consultorias e cursos, dando suporte para os produtores, porém somente os que tem condições financeiras participam do processo.

Nesses anos que nós estamos trabalhando eu acredito que o SEBRAE já trabalhou em quase 700 mil reais, então não é uma coisa muito fácil, porque tem que ter estudo, pesquisa, um treinamento, você tem que estar junto com eles, com consultoria, então no decorrer desse período que a gente tá lá que são quase 6 anos, houve muito investimento nas pessoas, sensibilizar, como que vai sensibilizar pra que elas acreditem que por indicação vai trazer uma melhoria, e não é uma coisa rápida. Você veja, nós estamos a 3 anos esperando o Selo do INPI, não é pra qualquer um e tem que ter profissionais, tem que estar falando, estudando, fizemos toda a parte de design, de identidade, então isso tudo tem um investimento alto. Então quando que ela começou? Eles desejaram e a gente foi lá, fez o diagnóstico, viu a notoriedade que tem a cachaça, as pessoas reconhecem Morretes como sendo uma cidade de cachaça, que ela tem História, que faz muito tempo, tem que ter isso também, ser reconhecido. E aí claro a gente começou todo o processo pra legalizar. Eu comecei lá em 2013 (Representante SEBRAE, 52 anos).

E acrescenta:

Existiam em torno de 12 alambiques, mas quando nós começamos a fazer o diagnóstico eles não estavam legais, não tinha nada que desce pra continuar do que eles já tinham, eles viviam de forma informal, daí eu fiz um diagnóstico, levante todos esses alambiques e fiz um plano de ação pelo SEBRAE, porque o SEBRAE só consegue trabalhar com empresas a partir de estarem ok. O Ministério foi visitando uma a uma e fecharam elas e aí a gente retomou com aquelas que queriam realmente ficar legais. Então nós fizemos um plano de ação pra cada uma delas e quem quis fez, elas tinham que fazer desde a construção, do zero, com o IAP né, deixar tudo legal, a parte da produção nós entramos com cursos, tanto de implantação das boas práticas e formas de produção, fizemos análise dos produtos, então o SEBRAE foi muito atuante pra ajudá-las a se legalizar. (Representante SEBRAE, 52 anos).

A questão da participação efetiva do SEBRAE não foi unanimidade entre os entrevistados. De um lado estão os produtores que tem capital para investir na legalização ou estão legalizados, de outro, encontram-se os produtores que produzem para sobreviver e não tem condições de pagar pelos serviços prestados pela instituição, além disso suas estruturas produtivas não se enquadram nas exigências dos órgãos fiscalizadores.

O SEBRAE e a ADETUR cooperam entre si com o objetivo de apoiar os produtores no processo de IG, assim, existe uma parceria estabelecida entre as instituições. Porém, a ADETUR, por ter a sede na cidade de Morretes, tem maior contato direto com os produtores, intermediando as negociações, e sendo detentora dos processos de IG.

Em se tratando de instituição, todos entrevistados disseram que a prefeitura não ajuda de nenhuma forma para que a produção de cachaça avance na região – inclusive os próprios representantes da prefeitura entrevistados. Assim, o que indica a pesquisa de campo, o poder público local está ausente nesses processos. Apenas as entidades paraestatais e a sociedade civil organizada têm encampado o processo de consolidação de IG.

Segundo os representantes da prefeitura entrevistados, o município não tem recurso para esse tipo de investimento (apoio no processo de IG da cachaça), muito menos uma estrutura pública para o fomento desse tipo de atividade.

O município não tem meios para promover essa grande participação. Porque os grandes bancos não conhecem a cidade, a realidade dos produtores, teria que ter um de fomento que conhecesse a realidade de Morretes, saber quem é você para Morretes. Mas não tem recurso para isso. (Representante prefeitura 1, 68 anos).

Uma fragilidade dos processos de consolidação de IGs no Brasil está na concentração desses processos por órgãos centrais do governo federal e mesmo estadual. Os governos locais pouco têm promovido ações de fomento local, o que acaba por tornar esses projetos muito mais vulneráveis, pois há pouca permeabilidade local, dos bancos e cooperativas de crédito local, etc. De acordo com Llorens (2001), no contexto globalizado, existe a necessidade de se desenvolver políticas específicas para cada tipo de território, esses desafios devem ser superados, frente a essas mudanças organizacionais e tecnológicas.

Quando questionados sobre quais foram as contribuições da prefeitura para o desenvolvimento da cachaça na região, o entrevistado Representante prefeitura 1 (68 anos), informou que no início a prefeitura ajudava com propagandas e divulgação da cachaça. E também que, no ano de 2000, a prefeitura promoveu uma excursão para os produtores da região de Morretes rumo à Minas Gerais, para conhecimento do funcionamento e da estrutura dos produtores daquela região. Essa atividade foi realizada com parceria do SEBRAE e teve a finalidade de que os produtores compreendessem sobre o valor da cachaça. Esta foi a única atividade em que houve a participação efetiva do município em apoio aos produtores de cachaça de Morretes.

Já o Representante da prefeitura 2 (52 anos), destaca que a prefeitura apoiou bastante no passado, mas que atualmente o único apoio é a estrutura de tratores que a instituição deixa disponível para ajudá-los na produção. E esse apoio não é só para os produtores da cachaça, mas também para a plantação de cana e para a agricultura em geral. Este entrevistado ainda relatou, que a secretaria de saúde apoia os produtores, ensinando como deve ser feito a higienização dos alambiques.

A pesquisa de campo, assim, demonstrou que a participação da prefeitura em ações para desenvolvimento e fomento da produção da cachaça é pequena em relação a importância que essa atividade e o seu retorno tem para o município. Os entrevistados representantes da instituição, responderam que se a instituição tivesse recurso, poderia fazer muito mais pelos produtores. O descaso e a falta de interesse ficam claros no relato a seguir.

Deveria ter um núcleo uma agência reguladora de apoio, para os produtos de IG, bala de banana, cachaça, barreado e farinha de mandioca. Onde a prefeitura contraria um técnico para atender esses produtores. Um especialista para cada produto. A prefeitura deveria criar um tipo de fomento, porque a cachaça não tem limite, e muita gente não sairia de Morretes para ir para cidade grande, um banco com apoio da prefeitura com

juros diferenciado seria uma solução. Precisamos criar soluções para segurar o cara na cidade e não inchar os grandes centros (Representante prefeitura 1, 68 anos).

Sobre isto, nos anos de 1970 e 1980, no Paraná muitas pessoas migraram do meio rural para o urbano, principalmente os jovens que vão em busca de emprego nas grandes cidades. Cabe ressaltar que este público é importante, socialmente, economicamente e numericamente para a população rural. Necessitam de uma melhor atenção pelo poder público na formulação de ações voltadas para permanência deles no campo (DELGADO et al., 2016).

Requier Desjardin, Boucher e Cerdan (2006, p. 128) argumentam que para que um SIAL tenha um esforço e ação coletiva significativa é necessário que “todos os atores devem se empenhar na produção e na administração dos ativos comuns a exemplo do selo de qualidade”

De acordo com Ribeiro (2013), é fundamental o apoio social, cultural e político na construção do capital social juntamente com a interação, cooperação e confiança dos agentes locais, sendo eles protagonistas do desenvolvimento endógeno.

Segundo Araújo (2007), a participação de agentes interessados, como as intuições de apoio, SEBRAE, EMATER, prefeitura etc. é de fundamental importância para a constituição de SPLs, onde a participação conjunta com empresários, trabalhadores e sociedade, ajudam na formulação de políticas voltadas para o desenvolvimento local, buscando a solução de problemas diversos.

6 CARACTERÍSTICAS DA PRODUÇÃO DE CACHAÇA DE MORRETES E ANÁLISE DAS CATEGORIAS TÉCNICA, INSTITUCIONAL E ALIMENTÍCIA

Este capítulo trata da questão explicativa desta dissertação, que buscou avaliar se “O segmento de produção de cachaça de Morretes pode ser considerado um SIAL, a partir dos pressupostos do modelo de Muchnik (2006; 2012) e do DTS?”. Sendo assim, utilizou-se as dimensões: histórica, institucional, técnica e alimentícia propostas por Muchnick (2006), para caracterizar o SIAL. No entanto, a categoria histórica foi apresentada na primeira etapa da análise dos dados dessa dissertação, no capítulo anterior. Cabe ressaltar que tal divisão não é estanque, essas dimensões se complementam ao longo dos resultados empíricos que são apresentados. Desta forma, a flexibilidade entre essas categorias pode ser considerada, pois integram-se na trajetória de um sistema produtivo.

Ainda nesse capítulo, é tratado sobre a questão prospectiva, que buscou avaliar “Quais os limites e potencialidades da produção de cachaça para que essa atividade seja considerada um SIAL promotor do DTS?”. Sendo assim, aborda-se sobre a sustentabilidade, característica fundamental para o DTS. É importante salientar que as partes desse capítulo se complementam e não seguem uma ordem cronológica, principalmente em se tratando de limites e potencialidades.

6.1 DIMENSÃO INSTITUCIONAL

Para Siqueira (2016), a dimensão Institucional diz respeito à relação existente entre atores sociais, suas estratégias individuais e coletivas que influenciam as relações de mercado e a identificação de vínculos entre esses atores. Para a avaliação da categoria institucional é preciso reconhecer os atores locais e suas estratégias, bem como a influência do estado.

No que se refere a pesquisa de campo, verifica-se que há insatisfação por parte dos produtores de cachaça de Morretes, em relação aos aspectos, econômicos e políticos que são empecilhos para que a produção de cachaça avance. Não existem linhas de créditos adequadas para o setor, além disso o custo financeiro para legalização é alto. Há necessidade de serem realizadas melhorias e adaptações nas estruturas físicas dos alambiques, para que atendam a todas as exigências feitas pela vigilância sanitária e pelo MAPA. Muitas das instalações dos alambiques são antigas

e, por isso, não atendem às exigências. Nesse contexto, parte dos entrevistados disseram não possuir recursos para arcar com reformas dos empreendimentos, outra queixa é a carga tributária pesada, que não diferencia produto artesanal do industrial.

Mediante aos fatos, fica evidente que sem a ajuda do governo, através de seus órgãos vinculados ou ainda da EMATER e SEBRAE (agências de fomentos nas esferas estadual e federal), os produtores que não se encaixam nas exigências dos órgãos responsáveis não conseguem efetivar a legalização (ANACLETO et al, 2014).

Na percepção dos entrevistados, algumas das dificuldades dos agricultores está na obtenção de autorização para o agricultor produzir em maior quantidade a cana-de-açúcar, pois a região é cercada de unidades de conservação. Além da questão ambiental, outro aspecto citado foi a pesada carga tributária. Tais constatações podem ser corroboradas pelas falas a seguir :

Bom, nosso problema eterno é área preservada, claro que isso é bom é bom, mas tem que ter critérios, no Paraná é uma dificuldade total para você conseguir autorização né, então veja bem um agricultor nosso, o agricultor nosso esta ali, naquele terreno aonde ele planta, se ele quiser um metro a mais ele não pode (P8, 76 anos).

A região é a região de maior preservação, nós não temos desenvolvimento nenhum dentro do nosso setor, nenhum setor na verdade no Litoral do Paraná tem desenvolvimento, tudo é proibido de fazer, aliás nós tivemos um grande retrocesso, é o único estado da federação que tem o COLIT, que trabalha com o intuito de preservar, mas ele trabalha pra preservar sem pagar a conta pra quem habita. Eu sou favorável a permanência da Mata Atlântica, porém desde que a sociedade do Paraná e do Brasil pague essa conta pro caíçara, pras pessoas que aqui vivem, não é possível que a gente queira continuar querendo preservar da forma que tá sendo preservada com a miséria dessa sociedade aqui (P1, 62 anos).

Tributário, esse é o maior problema, a não destinação entre produto artesanal e produto industrial. Tem esses impecilhos aí e a questão ambiental que é uma cretinice, a propriedade nossa da nossa família tem 71 halqueires e meu pai fez questão de averbar a metade desse imóvel como área de preservação, por causa das nascentes que tem lá dentro, só que eu não consigo explorar toda a outra metade, e olha que na outra metade está a casa, está a estrada, esta o barracão, tem estábulo, então eu não consigo explorar tudo porque eles não me autorizam, pra eu conseguir uma autorizaçãozinha eles vão lá querem olhar tudo, querem fazer, querem fazer aquilo, meu Deus do céu já tem metade preservado, isso aí eu acho que é um estímulo a não fazer o que nós fizemos (P2, 51 anos).

Além disso, a pesquisa de campo demonstra que a infraestrutura local não vem melhorando (transporte, comunicação, serviços de saúde e educação, etc.). Tal fato não tem contribuído para melhoria das condições de produção da cachaça, principalmente das condições de vida das pessoas que trabalham na sua produção,

bem como, na facilidade de acesso tanto dos turistas quanto de escoamento da produção local. Destaca-se que os produtores de cachaça local, não têm poder para exercer algum tipo de influência em prol da melhoria das condições de vida e da comercialização local.

Não existe melhorias no sistema, você tem uma dificuldade enorme de comunicação, as mídias os meios de comunicação tipo telefonia, internet são pífias, são extremamente fracas, não saímos do casulo ainda, então nós não temos aqui uma internet decente. Não temos acesso a uma comunicação. Baixo nível de transporte, as estradas são ruins. Os produtores não exercem influência porque nós somos fracos, nós não temos poder político (P.1, 62 anos).

Esse descaso pelo poder público é referenciado por Meira (2013), mediante ao fato que os engenhos são espaços praticados e não são lugares cenográficos (como o centro histórico, restaurantes etc). “Assim, acabam não sendo visibilizados, nem contemplados satisfatoriamente pelas políticas públicas de turistificação da cidade” (MEIRA, 2013 p.89).

Pode-se pontuar, que a cachaça tem uma representatividade pequena na economia da região, os entrevistados destacam que a produção já foi mais significativa na geração de trabalho e renda do município. Frente a isto, os entrevistados reconhecem o potencial do produto que possui fama e reconhecimento:

Toda atividade ela tem importância econômica, ou mais ou menos, nós fomos uma expressão no passado, hoje não mais, poderá ser no futuro, hoje tem sua pequena participação (P1, 62 anos)

Gera menos emprego do que poderia gerar, mas gera emprego (P2, 52 anos). A importância da atividade é a seguinte: entra dinheiro de fora, entra pro município, e aí o que acontece? Se entra dinheiro de fora esse dinheiro é gasto aqui dentro e aí a economia melhora (P4, 61 anos).

Observa-se que essa atividade se alinha com outros segmentos da economia regional, principalmente com o turismo, atraindo visitantes para a cidade de Morretes. Alguns alambiques contém lojas próprias e pousadas, sendo pontos de referência turística. Essa atividade também gera a fixação do agricultor no campo, pois a produção de cana envolve mão-de-obra manual.

Outro aspecto a mencionar, é que os produtores desconhecem os números exatos da produção, da geração de empregos, da renda gerada pela produção da cachaça (mensal ou anual) no município.

Quando questionados sobre quais instituições poderiam apoiar os produtores na produção de cachaça de Morretes e o que o poder público poderia fazer para melhorar a produção de cachaça, novamente entram as questões da adequação da legislação para pequenos produtores, das exigências exageradas impostas pelos órgãos fiscalizadores e das altas taxas tributárias.

A melhoria do nosso negócio se chama custo do investimento, todos os custos, o maior problema do empreendedor brasileiro se chama custo do dinheiro e tributação, as dificuldades de você cumprir com suas obrigações junto ao governo (P.1, 62 anos).

Ai podia melhorar essas leis né, essas fiscalização, essas coisa, fazer um tipo de coisa pra cada um entende? Porque os produtores que exportam tem uma estrutura né, agora eu pra mim organizar um engenho que nem o do deles eu tenho que diminuir tudo isso aí, e como é que eu vou diminuir tudo isso aí? É uma coisa antiga, uma coisa de tradição, eu nem tenho condições né, quanto que eu não ia gastar porque por exemplo ali a gente móe, o meu ainda é com roda d'água, e querem que feche qualquer buraquinho, como é que vou fechar esse buraco? Não tem condição, eu tenho que fazer outro engenho novo pra poder tentar e mesmo assim muito custo, você pode ver quem consegue sobreviver no mercado são os grandes produtores [...] Então se mudasse um pouco essa legislação daí quem sabe a gente podia né, quanto que não ia ajudar na do Estado né [...] porque é muito dinheiro e imposto é muito alto né (P3, 62 anos).

Ao falarem das dificuldades, percebeu-se que, diante das várias unidades de conservação locais, os produtores necessitam de suporte para reconhecer o potencial da preservação do meio ambiente local no sentido de promover maior articulação com o turismo. No decorrer da pesquisa de campo observou-se apenas a existência de conflitos com os órgãos fiscalizadores, com pouco esclarecimento sobre as potencialidades dos espaços naturais existentes no município para estes produtores.

Quando questionados quais as instituições que poderiam apoiar a produção de cachaça de Morretes os produtores responderam que todas as instituições locais podem os apoiar, em especial a EMATER a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), agências de fomento, além daquelas que já os apoiam, como o SEBRAE, por exemplo.

Todas as instituições poderiam, porque ela tem um aspecto histórico, cultural, de desenvolvimento, de emprego, de renda, de crescimento, de promoção do município, tudo (P1, 62 anos).

Mas é informal né, como é que vai apoiar você? É difícil né financiar e ajudar quebrado (P5, 49 anos).

Prefeitura. Auxiliar mais, porque hoje a gente que tem que correr atrás de tudo, desde regular uma certificação só temos auxílio do SEBRAE (P7, 31 anos).

A Emater poderia estar apoiando os produtores mesmo que não façam a cachaça, mas que tivessem um produto melhorado, mas eu não vejo isso, se ela fosse mais atuante em relação ao poder público local, quantos produtores estariam com uma cana melhor. A Emprapa, cadê as nossas instituições nacionais pensando nisso, eu não os vejo, eu vejo muito só detalhes e eu creio que poderia estar sendo feito muito melhor. (Representante SEBRAE, 52 anos).

Quanto ao fomento de crédito aos produtores, verificou-se que todos os produtores pesquisados utilizam de recursos próprios e familiares na manutenção, capital de giro, compra de equipamentos, insumos etc. dos seus engenhos. Esses destacam que não existem linhas de créditos adequadas para as necessidades dos produtores. Dos entrevistados, apenas dois responderam que já utilizaram crédito ofertado pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e outras instituições atuantes no ramo, atualmente, todos os produtores argumentaram utilizar recursos próprios de crédito. Assim, um aspecto negativo da organização produtiva da cachaça na região é o acesso ao crédito, um elemento essencial à promoção de SIAL, como já destacado por Joseph Schumpeter (1982).

6.2 DIMENSÃO TÉCNICA

A dimensão técnica remete-se a características relacionados ao uso de recursos naturais tanto na produção de cana-de-açúcar, como no processo de agroindustrialização, assim como técnicas e instrumentos de fabricação da cachaça (DENARDIN et al., 2015).

São diversas as variedades de cachaças produzidas pelos produtores: cachaça branca, amarela, envelhecida, clássica, *premium*, *extra-premium*, ouro, prata etc., porém, a todas se originam da cachaça branca. Já foram realizados diversos estudos com diferentes canas. A que mais se adaptou ao solo e o clima da região é a havaianinha.

Variedade de cana tem bastante, mas a mais usada hoje é a havaiana né. Essa havaiana é a cana mais doce que tem né, por isso se adapta tão bem aqui. (P5, 49 anos).

O solo e o clima da região favorecem o plantio da cana e produção. O calor, a umidade, o regime de chuva e a quantidade de sol caracterizam Morretes como tendo uma cachaça única, denominado micro-clima, influenciado pela Serra do Mar (PORTO MORRETES, 2019). Para Pecqueur (2006) essas são características essenciais para se identificar recursos e ativos específicos do território. Nesse sentido, na pesquisa de campo ficou evidente que o clima de Morretes constitui um ativo específico, pois garante produção em todos os meses do ano, bem como contribui para que a cachaça tenha um envelhecimento específico. Também, o processo produtivo e a cana da região, proporcionam uma cachaça com pureza, aroma e acidez diferenciada (SEBRAE, 2017).

Principalmente o envelhecimento é de acordo com o clima. Pra você envelhecer uma cachaça ao mesmo tempo aqui e em Curitiba vai ficar uma porcaria e aqui fica bom. Por causa das trocas do clima e pressão (P4, 61 anos).

Quando questionados se existiam práticas e *know how* específicos na produção da cachaça de Morretes, os entrevistados destacaram que o tipo de fermento (caipira) usado na produção é um diferencial e ressaltaram que a cachaça produzida em Morretes é totalmente artesanal, conforme corroborado pela fala a seguir:

Algumas coisa que nós temos, que se você perguntar com quem foi que vocês começaram a aprender? Aprende na família, com um conhecido com um velho produtor e assim por diante. Nós não queimamos a cana, não cortamos a touceira inteira, deixamos os perfilhos sempre, então a cana é uma gramínea gigante, certo? Então os perfilhos dela, no corte industrial você corta a touceira inteira, vai tudo, no corte nosso aqui artesanal, você preserva esses perfilhos, então dali a 10, 12 meses você tem cana de novo por não cortar ali. E algumas questões que geram alguma polêmica, na sala de fermentação a mulher nos dias de ciclo menstrual ela não entra, inclusive eu tenho um livrinho de produção de licores francês de 1936 e ele fala disso também. Porque porque talha e fermenta. Não é igual a $2+2=4$ mas acontece (P2, 51 anos).

Destaca-se que apenas um entrevistado compra cana-de-açúcar de outros produtores para produção de cachaça. Os demais plantam e colhem em propriedade pessoal.

Quando questionados quanto às técnicas existentes na produção da cachaça, os entrevistados destacaram que as técnicas utilizadas tem diferenciais de produtor para produtor, e que estas advêm dos conhecimentos repassados pelos seus antepassados, como observa-se nas seguintes falas: “esse é um saber do pessoal do

município né, porque quem mexe com cachaça sempre teve seus antepassados né” (P3, 62 anos) e também “Não, é só nosso mesmo, isso aí é de origem daqui, são saber fazer do município” (P6, 53 anos).

Segundo Denardin et al. (2015, p. 215) esses são saberes “que não se encontram em nenhum manual, saberes que não são repassados por técnicos, no entanto cada agricultor tem sua receita, sua lógica, sua racionalidade”.

Em relação a cooperação entre os produtores de cachaça, as respostas foram diversas. Entre os produtores que estão participando do processo de IG, a cooperação acontece visando a conquista da certificação.

Nós temos um compartilhamento pela IP, indicação de procedência, então nesse processo nós temos que desenvolver diálogo de como estruturar o processo junto ao INPI, então nós tivemos que desenvolver processos pra entregar no INPI e nós vamos ter que desenvolver monitoramento para esta matéria-prima (P1, 62 anos).

Os engenhos de cachaça de Morretes caracterizam-se por serem agroindústrias que produzem cachaça para comercialização. Os saberes locais e os valores identitários são compartilhados em relação: trocas culturais, técnicas de plantio e colheita, variedades de cana, rendimento da cachaça e qualidade do fermento.

O que pode ser percebido nesse estudo é a divisão dos produtores entre aqueles que estão no processo de IG e aqueles que estão na informalidade ou fora do processo de IG. Assim, quanto a cooperação e acordos existentes entre os produtores, existem trocas de equipamentos, de mudas, dentre outras trocas, estas são feitas principalmente entre aqueles que estão pleiteando a IG.

Então é dentro do escopo formal [...] é muito ínfimo os produtores, nós temos 2, [...] aí nós temos dentro da nossa necessidade relações, temos trocas de máquinas, troca de muda, nós temos, nós fornecemos muda um pro outro, nós temos uma liberdade de troca nós com eles, mas não com outros (P1, 62 anos).

Essa segregação acontece também, com engenhos que estão distantes geograficamente. Porém, entre os produtores vizinhos, onde as propriedades ficam próximas uma das outras, essa troca acontece de forma mais efetiva, os encontros e as conversas são feitas com maior frequência e quando um precisa de algum auxílio, se ajudam. A cooperação acontece também no suprimento de matéria-prima, a cana-de-açúcar, troca de fermento e cachaça. Por exemplo, quando um comprador

necessita de uma quantidade de cachaça que um produtor não tem no momento, o outro empresta e no futuro esse produto é devolvido.

Porque as vezes o meu fermento tá fraco, eu vou até um produtor que eu sei como produz e pergunto como é que tá o teu fermento, ele diz tá bom, eu digo então me dá um pouco porque eu meu tá fraco, e amanhã ou depois o dele vai enfraquecer e eu vou dar o meu pra ele. E cana de açúcar também as vezes ele ta meio apurado nao tem gente pra cortar eu mando a cana minha pra ele depois ele se acreta. E as vezes mesmo a cachaça, tem um cliente dele pra vender e não deu tempo de fazer tá atrasado, produziu pouco, ele leva a minha cachaça e depois ele acerta comigo de outro jeito (P2, 51 anos).

E também:

Então se faltar cachaça aqui eu pego cachaça do vizinho, se eu não tiver produzindo vendo a vizinho né, e fermento ele pega meu, então sempre há uma essa parceria. [...] porque o fermento e assim você vai produzindo ele vai aumentando daí você tendo que jogar fora, então de repente se tem um engenho que tá começando lá você passa, não há problema (P3, 62 anos).

Todavia, não existe cooperação quando o assunto é compra de novas tecnologias ou mesmo de equipamentos, por parte dos produtores. Alguns dos entrevistados relatam que possuem a intenção de fazer parcerias de vendas em conjunto com outros engenhos. Porém, estão conversando e analisando as possibilidades.

Existe um grau de amizade entre os produtores, não de parentesco. Destaca-se o fato de que antigamente tais produtores se reuniam com mais frequência para conversar sobre a produção de cachaça e melhorias em geral. Todavia, nos últimos quatro anos essas reuniões não vem acontecendo, exceto para aqueles que participam do processo de IG, que frequentemente participam de encontros realizados pelo SEBRAE. Fora essas reuniões, em eventos ocasionais, como a Festa feira⁷, os mesmos trocam informações sobre o produto e processo produtivo. Todos relataram que a troca de informação com a comunidade local acontece nos eventos.

Um aspecto relevante a ser considerado na dimensão técnica é que o saber fazer da produção de cachaca tem forte relação com a história e a cultura da região de Morretes, construída por seus antepassados e fruto dos relacionamentos com os atores, através de vínculos informais e formais de reciprocidade. A atividade produtiva da cachaça está baseada em relações sociais enraizadas, e até o momento tem

⁷ Feira anual realizada em Morretes que objetiva de divulgar e promover o artesanato e a agricultura local (PREFEITURA, 2018).

trazido bons resultados. Os recursos específicos são produzidos a partir de uma troca que não a mercantil, movida pela reciprocidade, intrínseca a uma cultura e costumes de um espaço geográfico próximo (PECQUEUR, 2005). Porém esses vínculos não são realizados em todo o território, existe segregação entre os produtores formais e informais, ainda a cooperação e reciprocidade se realizam somente pelos alambiques vizinhos. Sobre isto, o que se percebe nas falas dos entrevistados é que apesar das relações estabelecidas entre os produtores dessa atividade ter certo guau de confiança (proximidade, conhecimento pessoal, convívio, acordos informais etc.), esses vínculos são fracos e acontecem esporadicamente, pois, de acordo com os respondentes, essa aproximação tem um interesse comercial (mercado).

Cabe ressaltar ainda outra instituição que tem cooperado com os produtores de cachaça de Morretes, a Universidade Federal do Paraná. A instituição vem realizando estudos com as variedades de cana, através de experimentos em épocas esporádicas.

As maiores dificuldades relatadas pelos produtores para que a produção de cachaça avance estão relacionadas com legislações e questões tributárias. No entanto, apesar da produção de cachaça não trazer um aumento expressivo de empregos diretos, sendo sua contribuição com o desenvolvimento do município de forma indireta, alguns produtores relataram encontrarem dificuldades para contratar mão-de-obra especializada na região.

Os da informalidade tem uma estrutura precária, o Mapa não aprova, não tem dinheiro para fazer, a questão da legislação mudou, produção pequena, é muito investimento. O registro é caro. Aqui não tem circuito da cachaça. O turismo não está contribuindo com os produtores, teria que envolver uma rota, seria uma saída. Cachoeira, chips, fábrica de farinha, café colonial, tem tudo aqui é só mandar fazer o circuito com placas e divulgação (Representante prefeitura 2, 52 anos).

Os produtores de cachaça de Morretes acreditam que a maior vantagem de produzir cachaça na região é a fama do produto, seguido do clima e solo propícios para a produção, como expõem: “A cachaça já tem a fama né, já existe uma aura em torno da cachaça de Morretes, portanto a clientela vem até aqui pra comprar, e o clima né que também ajuda bastante” (P2, 51 anos), ao encontro da primeira fala, outro produtor relatou “Pela fama que tem Morretes né, de ser pioneiro em cachaça” (P3, 62 anos), e ainda outro acrescentou “O destilado aqui tem uma qualidade superior” (P4, 61anos).

O saber fazer está presente em todo processo produtivo da cachaça de Morretes. As técnicas usadas no preparo do solo, escolhas de mudas, plantio, cultivo, colheita, corte, moagem, fermentação, destilação e cuidados de trato sanitário e, principalmente, no resultado do produto final, garantiu a fama do produto e hoje a cidade de Morretes é conhecida como a terra da cachaça. A cachaça de Morretes virou sinônimo no dicionário, conhecida como morretiana.

Cada produtor tem sua cachaça única, o segredo muitas vezes, não é revelado, mas sabe-se que o uso do fermento caipira e a cana orgânica, usadas na produção, são diferenciais. Cada alambique tem suas especificidades, uns produzem cachaça de banana, outros envelhecem em barricas de carvalho por um certo período de tempo, outros só vendem da branca e amarela. Tal fato coloca a cachaça de Morretes distante da lógica de padronização usada por grandes empresas.

Essas especificidades são aspectos relevantes na caracterização de um SIALs. Nesse tipo de organização produtiva os consumidores reconhecem e valorizam o produto associado à *know-how*, organizações produtivas e territórios (CIRAD-SAR, 1996). Os produtos padronizados buscam diminuir o custo de produção e vender com o menor custo possível para se manterem competitivos no mercado, separando as populações produtoras das populações consumidoras. Desta forma, a saída para a economia territorial é tornar acessível os produtos específicos, aumentando sua qualidade e consequentemente seu preço (PECQUEUR, 2006).

6.3 DIMENSÃO ALIMENTÍCIA

A dimensão alimentícia, tem como foco as relações, sociais, culturais e econômicas entre os produtos e o consumidor (MUCHNIK, 2006; SPECHT, 2009). Os mercados nos SIALs podem ser locais, nacionais ou de exportação. Essa variação regula as normas comerciais e a qualidade de exigência dos produtos, influenciando as formas de coordenação, estratégias comerciais e organização social (MUCHNIK, 2006).

Os entrevistados garantiram que o diferencial da cachaça de Morretes é a qualidade do produto, as técnicas de destilação e o processo produtivo é diferenciado, fazendo com que a cachaça tenha valor de mercado também diferenciado. Algumas cachaças já ganharam prêmios internacionais e são reconhecidas como as melhores

cachaças do Brasil. As especificidades da cachaça morretiana garantem fama e destaque no mercado nacional e vem ganhando espaço no exterior.

O produto que sai daqui por questão de microclima, agente chuva, agente solo, ar, e as variedades de cana que se adaptam aqui, o produto é muito bom. Então não é que eu faço a melhor cachaça, a cachaça que sai em Morretes é muito boa, por isso que ela teve fama, entendeu. Ela tem um gostinho de cana mesmo, ela é uma caninha mesmo, ela é uma cachaça saborosa e gostosa (P.2, 51 anos).

A demanda da produção não atende ao mercado consumidor, se tivessem mais produtos, esses seriam vendidos. Na falta de matéria-prima, a cana de açúcar, os produtores pegam emprestado de seus vizinhos e devolvem quando o estoque é repostado ou, ainda, combinam com o comprador a data da entrega de acordo com a capacidade de produção.

Eu digo assim eu vou começar a fazer tal mês daí eles ficam esperando, daí eu vou anotando assim ó primeiro fulado, cicrano [...] tantos litros pra cicrano [...] (P.3, 62 anos).

O entrevistado P.2 (51 anos), acredita que a estratégia mais efetiva para suprir a demanda seria a mobilização para conseguir que a legislação tributária atual seja modificada no sentido de promover alíquotas diferenciadas para produtos artesanais. Assim, os produtores conseguiriam produzir mais, gerando mais lucros e atendendo às necessidades dos clientes. Isso é corroborado pela seguinte fala:

A estratégia é tentar escapar do tributo, tem que tentar vender como artesanal, emplaca a venda como artesanal pra você ficar menos sujeito a essa questão, porque do contrário é muito pesado (P.2, 51 anos).

No entanto, alguns entrevistados consideram que o fato de produzirem em menor quantidade é uma vantagem e não uma desvantagem, visto que a cachaça de Morretes é um produto específico da região, podendo ser agregado valor ao produto por sua qualidade. Desta forma, podem vender mais caro e garantir lugar no mercado, ou seja, não atender a demanda é um fator positivo, segundo alguns produtores.

Mas não atender a demanda é bom, quando a gente fala de um produto de indicação você não trabalha volume, você trabalha com qualidade. Então o que a gente tem que trabalhar com eles é preço, você não tá vendendo a três reais, tá vendo a oitenta, cento e pouco reais uma garrafa de meio litro. Então se precisa de mais, que bom. Quanto mais escasso melhor é o produto. Então não temos que trabalhar isso mesmo, a indicação é pra isso, é valor agregado, e as pessoas terem desejo, sonho de ter aquele produto, como produto único, e a partir do momento que for começar a resolver o problema

da demanda acaba o preço e tem que vender mais barato (Representante SEBRAE, 52 anos).

Nesse caso configura-se: renda de qualidade territorial, onde o consumidor, está disposto a pagar mais caro por um produto específico do território, no caso pesquisado, com potencial para a cachaça de Morretes (DENARDIN et al., 2015; PECQUEUR, 2006).

No que se refere a presente pesquisa, verifica-se que cada produtor tem suas estratégias individuais de comercialização. Alguns produtores formais têm lojas próprias de fábrica e varejo, e até *e-commerce*. Alguns contam com representantes e atendimento diferenciado para os clientes. A distribuição é terceirizada ou feita por veículos próprios. Os produtores informais atendem seus clientes nos seus respectivos alambiques e, são os próprios clientes, responsáveis pelo transporte.

Segundo Anacleto (2014), essa ausência de consciência dos gestores da situação de mercado (passividade comercial), que os produtores de cachaça de Morretes se encontram, pode estar associada a fase de declínio da produção de cachaça na região, principalmente daqueles que esperam que os clientes venham até seus alambiques para efetivar a compra.

A cachaça de Morretes é facilmente encontrada em restaurantes, barracas, bancas, comércio de beira de estrada, mercados, feiras etc. na região do litoral do Paraná. No entanto, os maiores compradores são os apreciadores de cachaça, que fazem questão de buscar o produto no território.

A nossa cachaça é para quem conhece de cachaça, ele gosta de uma cachaça e vem atrás. Porque a nossa cachaça de engenho nós não vende em boteco, o cachaceiro pinguço lá não toma nossa cachaça, toma aquela baianinha fraquinha lá, ou a 51, mas nossa cachaça é forte pra eles (P.6, 53 anos).

O maior mercado consumidor é local e regional, não é nacional por conta da alta carga tributária. Porém, muitos produtores estão ganhando espaço no mercado internacional pela fama que o produto conquistou, adquirida pela qualidade e premiações no exterior, como argumenta o produtor:

Olha, Morretes começa a ter um mercado internacional, nos mesmos já somos importados pelos alemães, nós temos um parceiro que exporta para os Estados Unidos, abre um mercado americano pra nós, e a cachaça começa a ser respeitadíssima no mercado internacional. É uma pena que produz tão pouco, primeiro que não vai produzir porque tem a preservação né, mas poderia ter mais gente produzindo, é uma atividade econômica que

pode ser interessante pro município. Hoje ela tá mais no exterior (P.1, 62 anos).

A maioria dos produtores responderam que não existem concorrentes diretos. Em contrapartida, argumentaram que Minas Gerais e os produtos de baixa qualidade, de certa forma, concorrem com eles. No entanto, a partir das entrevistas percebeu-se que há concorrência entre os próprios produtores locais, mas um tipo de concorrência menos agressiva.

Ao serem questionados sobre como os produtores e as instituições de apoio enxergam o futuro da cachaça de Morretes em termos de mercado consumidor e concorrentes, a maioria - que são os produtores legalizados, enxergam um futuro promissor, com crescimento exponencial. Os produtores que estão no processo de IG, ainda são mais esperançosos e acreditam em haverá grandes avanços, quando saírem os registros.

Já a maioria dos produtores - que trabalham na informalidade, acreditam que a cachaça de Morretes não irá prosperar em relação a mercado consumidor, presumem a decadência ou até extinção dos pequenos produtores. Apontam que para evitar essa extinção é necessária a formulação de políticas públicas que favoreçam os produtores artesanais. Por meio do apoio das instituições e autoridades, linhas de crédito com juros mais baixos e diminuição da carga tributária a atividade teria potencial de crescimento. Realçam que na informalidade é difícil crescer, conforme relatos a seguir:

Dois caminhos a seguir: se houver uma conscientização das autoridades de enxergarem que nós estamos trabalhando com um produto artesanal e não quero isenção tributária eu quero pagar um imposto razoável, justo, se isto acontecer que nós tenhamos essa clareza é muito promissor. Agora se o pessoal continuar pisando no pescoço da gente daí fica difícil (P.2, 51 anos). Tipo assim quem tiver muita grana pra investir, vai pra frente, se não vai ficar do mesmo jeito. Os menores até tem vontade, tem muita cana boa, você vai ficar bobo porque tem uns canavial que nem os grandões, mas o engenho é pequenininho né, difícil né porque pra você comprar as coisa, legalizar né, porque as vezes a pessoa tem muita terra, planta cana, mas depois na hora de você montar o engenho é complicado sabe, você monta assim que nem o meu informal e vai indo. Porque pra legalizar assim, esse governo assim não dá, se o governo abrisse né, uma exceção, uma coisa, ou o SEBRAE viesse, faz assim, faz assado... uma linha de crédito de juros mais baixo pra gente poder pegar o dinheiro e, nossa quanto que daí a gente ia legalizar direitinho. Porque vai indo assim, de repente vai indo e não passa aqui, não passa lá, não passa lá entende? E o cara vai e desiste no meio do caminho, daí faz informal vende ilegal mesmo (P.3, 62 anos).

Vai acabar (P.5, 49 ANOS).

Mercado consumidor tem, mas eu acredito que vai extinguir a cachaça pra frente, o pequeno produtor não tem condição de seguir essa legislação (P.6, 53 anos).

O mercado é ilimitado, tem que aumentar e o poder público precisa ajudar. Precisa de uma melhor parceria entre os produtores (representante prefeitura 1, 68 anos).

Está se acabando, as famílias estão abandonando a agricultura esta faltando pessoas para trabalhar, indo para uma cachaça mais para industrial. O registro da cachaça seria um caminho. O município não tem como ajudar, não tem técnico, não tem recurso (representante prefeitura 2, 52 anos).

A cachaça tem futuro, se os caras se organizarem, e se registrarem, se não vai ficar na mesma, se tiver o registro vai crescer (representante prefeitura 2, 52 anos).

Os produtores formais, vendem a cachaça etiquetada, rotulada e registrada. Já os produtores informais têm menos instrumentos de comercialização, alguns etiquetam ou possuem rótulo, mas a grande maioria vendem sem identificação em tonéis.

Os representantes da prefeitura informaram que a instituição não acompanha a comercialização da cachaça de Morretes, desde a produção até o consumidor final. Por outro lado, o SEBRAE, conforme relatado pelo seu representante, não ajuda em todo o processo, mas abre mercados, através de rodadas de negócios, feiras, busca de novos clientes etc:

Não toda ela, mas a gente acompanha sim, a gente abre mercado, o tempo todo o SEBRAE tá fazendo rodadas de negócios, encontros de negócios, a gente traz compradores, agora a gente vai ter uma mercosuper, vai ter uma feira, a gente vai por a indicação geográfica, então nós acompanhamos sim, principalmente a venda, a gente quer aumentar o número de canais de comercialização. (Representante SEBRAE, 52 anos).

A Cachaça de Morretes tem um papel importante na cultura local, ela sempre esteve presente na vida dos morretenses. É um produto essencial para a economia e cultura da cidade. O uso comercial de alimentos regionais considerados patrimônios culturais, como é o caso da cachaça de Morretes, fomenta outras atividades como o turismo e o comércio local (MEIRA, 2013). Não se caracteriza como uma bebida para sobrevivência humana, é uma opção gastronômica, “pois as pessoas buscam o seu consumo por determinados motivos que ultrapassam os limites puramente biológicos. É um alimento, mas também configura-se como um bem capital e cultural” (MEIRA, 2013, p. 19).

A cachaça sempre teve uma expressão muito grande com a cultura local, ela sempre foi reconhecida pela sociedade local e regional e como tinha mais de 60 alambiques oficiais, todas as famílias aqui participavam desta atividade. Então o povo estava entrelaçado com essa produção da cachaça e viviam suas vidas, seus momentos nessa relação produção-trabalho-cachaça, então a cachaça sempre foi muito expressiva na sociedade morretense (P.1, 62 anos).

Nessa seção ficou evidente que as oportunidades para os produtores formais são maiores que para os informais. Também observa-se que, não existe apoio por parte dos órgãos públicos para que a produção se desenvolva. Além disso, percebeu-se que o processo de IG é excludente. Essa exclusão social acontece quando somente uma parte dos atores de um território se beneficia em uma dinâmica de criação coletiva, geralmente os mais bem posicionados no mercado, como é o caso da IG de Morretes (CARRIÈRE e CAZELLA, 2006).

Ainda, se pontua, que existe pouca sinergia e parceria entre os produtores, o que mostra que os mesmos precisam se organizar melhor para conquistarem novos mercados. Nesse sentido, há déficits em termos de ação coletiva. Para tanto, sugere-se maior envolvimento das instituições públicas estaduais e regionais, pois muitos estudos evidenciam o que Denardin (2016) salienta, que o DTS enquanto modelo, parte do princípio de que as desigualdades sociais devem ser reduzidas no contexto territorial. “Práticas que visem à solidariedade, à cooperação e incentivem a confiança entre os atores devem ser priorizadas” (DENARDIN, 2016, p.68).

Por fim, ressalta-se que a questão cultural é muito presente em torno da tradição da cachaça de Morretes. Todavia, há necessidade de cuidado com os riscos da elitização e com o processo de industrialização. É importante garantir a existência dos pequenos produtores tradicionais, fomentando a cultura e promovendo o desenvolvimento territorial.

6.4 SUSTENTABILIDADE

No que se refere a sustentabilidade tomou-se como base as cinco dimensões de sustentabilidade propostas por Sachs (2007): sustentabilidade social, econômica, espacial, cultural e ecológica. Não pretendeu-se esgotar todos os aspectos apresentados por Sachs (2007) acerca dessas dimensões nesta dissertação. Quanto

a sustentabilidade social, refere-se a um processo de desenvolvimento mais equilibrado, com igualdade na distribuição de renda e bens, distanciando os padrões de qualidade de vida dos ricos e dos pobres (Sachs, 2007). Muitos aspectos dessa dimensão foram analisados na seção anterior acerca das dimensões do SIAL histórica, institucional e técnica. No que se refere a forma de povoamento do território, surgimento da produção de cachaça e forma de produção, os primeiros habitantes, em sua grande maioria eram de origem portuguesa, que se misturaram com indígenas que viviam na região (CAVAGNOLLI, 1995), vieram em busca de ouro. O ano de 1733 foi marcado pelo primeiro registro de produção de cachaça na região. Porém, somente com a chegada dos imigrantes italianos essa produção se intensificou, decorrente da construção do engenho central e dinamização da produção (BORGES, 1990). O processo produtivo é herdado dos antepassados dos produtores de cachaça de Morretes e teve pouca ou nenhuma alteração. O saber-fazer e as técnicas usadas na produção estão presentes em todo processo produtivo, características únicas e específica da cachaça de Morretes.

Já a sustentabilidade econômica tem relação com a dimensão institucional do SIAL. Verificou-se que apesar da produção de cachaça ter importante papel no resgate cultural e atividade que gera trabalho e renda, não há políticas públicas efetivas voltadas a essa atividade. O setor público é pouco atuante e não tem apoiado os produtores de cachaça de Morretes. No entanto, cada produtor tem suas estratégias para permanecer no mercado, nesse caso é importante destacar o SEBRAE como organização da sociedade civil que tem contribuído para com a produção de cachaça de Morretes, auxiliando os produtores a alcançarem novos mercados.

No que tange a sustentabilidade espacial ela está relacionada com as dimensões institucional e técnica do SIAL, pois aborda a questões que envolvem a articulação de várias instituições acerca de ações voltadas para fixação das famílias no campo. Além disso, estuda a relação entre os diferentes atores do território, principalmente na questão da proximidade geográfica, de acordo os princípios de Sachs (2007). Fica evidente que os produtores de cachaça de Morretes que são mais próximos entre si são aqueles que mais cooperam. A sustentabilidade espacial relaciona-se também com as dimensões histórica e alimentícia quanto ao produto específico do território, a cachaça morretiana, a qual pode garantir a sobrevivência e

fixação da população rural, que através da qualidade, e potencial competitivo do produto, pode torná-lo resistente, frente a produção em escala dos grandes centros urbanos.

Acerca da sustentabilidade cultural ela está relacionada com as dimensões históricas, técnicas e alimentícias do SIAL, que tem relação com a tradição e o saber fazer, passado de geração em geração. No caso pesquisado, como já destacado nas seções anteriores, a produção de cachaça está relacionada a tradição de alguns povos que foram pioneiros no território como as famílias Scucatos, Malucelli de origem italiana e Freitas de origem portuguesa. Esses saberes locais quando articulados com processos de inovação e qualidade específica do produto territorial, segundo Pecqueur (2005), são características primordiais do SIAL.

Quanto a sustentabilidade ecológica observa-se que ela está ligada à dimensão técnica do SIAL. Chamadas de laços materiais por Muchunik (2006), são as técnicas produtivas, juntamente com as características do produto, clima, solo etc., a forma de relacionamento do homem com o meio ambiente.

Nesse sentido, observou-se por meio da pesquisa de campo que apenas um produtor relatou possuir painéis solares de captação de energia. Todos os produtores informaram que fazem o reaproveitamento da água. Os entrevistados destacaram que os dejetos da produção são aproveitados na lavoura e no processo de produção, como indicam os relatos a seguir:

Nossos dejetos que são o vinhoto e o bagaço de cana elas voltam pra lavoura (P.1, 62 anos).

No caso o bagaço utilizamos na caldeira e reutilizado e o excesso vai para roça para esterco, o vinhoto que é o mais prejudicial e bombeado para roça, como esterco, tá não pode ser jogado em qualquer canto você tem que pulverizar no tanque e depois pulverizar na agricultura (P.7, 31 anos).

Cada produtor utiliza seus dejetos da sua maneira, de modo que, cada um age da forma que acredita que irá beneficiar o meio ambiente. Sobre isto, não há uma estratégia coletiva em relação ao reaproveitamento dos dejetos.

É claro que nós temos uma consciência do ambiente, nós temos pleno conceito de preocupação, se estamos fazendo um produto bom não vai ter preocupação com os dejetos (P.1, 62 anos).

Os produtores relataram que não existem problemas nos seus alambiques e nas atividades relacionadas ao setor ligados à poluição e degradação ambiental.

Relatam ainda que tudo dentro dessa atividade é reaproveitado e fiscalizado pelos órgãos competentes, como demonstram os seguintes relatos:

No nosso caso nós não temos, porque veja, a cana é colhida, transportada e moída, moída sai o bagaço, o bagaço volta pra entrelinha da cana, pra abafar o mato, pra evitar de entrar com herbicida, a cana cresce e ela por si só controla o mato, e o vinho nós damos pro gado beber e um pouco a gente joga na cana, fecha o clico (P.2, 51 anos).

Não tem porque a gente tem que obedecer a legislação né, tem que construir engenho longe de riachos e rio, aí o bagaço já vai pra compostagem e vai pra terra, o vinhoto é bombeado na terra, então problema ambiental não tem (P.6, 53 anos).

A própria cana é reaproveitada, então não tem degradação. Ela é orgânica, o que é bom. Agora quando não é tem lei, principalmente ali que é uma APA, é muito cuidado. Eu penso que isso tá sendo bem trabalhado (representante do SEBRAE, 52 anos).

Dentre os recursos naturais mais citados que são utilizados pelos produtores tem-se a água e o solo. Os produtores garantiram que nenhum dano está sendo causado a esses recursos e que estes são preservados. Ainda afirmaram que a matéria-prima usada na produção, não oferece perigo para o meio ambiente. Desta forma, não existe impacto ambiental e o meio ambiente é respeitado.

Um estudo realizado por Filho (2008), com dez propriedades de Morretes onde se cultivava cana-de-açúcar e se produzia cachaça, mostrou que apenas uma propriedade utilizava adubo formulado, oito utilizavam adubos de origem animal e/ou vegetal (esterco, bagaço e vinhoto) e uma propriedade não utilizava nenhum tipo de adubo. Nesse estudo, foi verificado também que quatro propriedades utilizavam produtos químicos, como o herbicida glisofato no controle de plantas daninhas e, nas outras seis, esse controle era feito manualmente, sem a utilização de tais químicos. Dos dez sistemas analisados por Filho (2008, p. 48), concluiu que, “seis podem ser considerados orgânicos, onde a adubação, quando utilizada, provêm de fontes orgânicas (vegetais/animais) e o controle das plantas daninhas é baseada no controle manual através de capinas e roçadas”.

De acordo com Filho (2008), o produtor que utilizava adubo formulado e controle de plantas daninhas por herbicidas, alcançou melhores resultados produtivos em relação aos outros produtores.

Nesse contexto, conforme Knopik e Fleig (2009), a produção de cachaça de Morretes, pode ser caracterizada como orgânica, pela baixa quantidade de resíduos químicos utilizados no cultivo da cana-de-açúcar em Morretes:

Os principais adubos orgânicos utilizados são o próprio bagaço de cana, subproduto da extração do caldo de cana, as cinzas oriundas da queima do bagaço nas caldeiras e lenhas dos fornos e o vinhoto, resultado da sobra da destilação na fabricação da cachaça artesanal de Morretes [...] o que se observou nas visitas as propriedades é a pequena utilização de herbicidas na produção de cana, devido aos custos serem elevados e o preço de venda da cana não serem atrativo. Verificou-se ainda a utilização do bagaço da cana no abafamento das plantas daninhas e a utilização de roçadeiras no controle das plantas daninhas (KNOPIK e FLEIG, 2009, p. 3590).

Desta forma, conclui-se que a produção de cachaça de Morretes é uma prática predominantemente sustentável, pois os impactos ao meio ambiente e o risco à saúde humana, são mínimos perto das grandes produções agrícolas que fazem uso intenso de agrotóxicos.

7 CONCLUSÕES

O desenvolvimento territorial sustentável surge como uma alternativa frente ao modelo de desenvolvimento *standard*, sendo que este segundo está voltado para o crescimento econômico, responsável pelo agravamento da desigualdade social. Por meio dos pressupostos do DTS, como um enfoque de planejamento e gestão territorial, apoiada nas dimensões socioeconômica e sociocultural, mobilizando as abordagens teóricas do SIAL propostas por Muchnik (2006; 2012), adensado pelos estudos do enfoque do ecodesenvolvimento (SACHS, 1986; 2007), buscou-se construir essa dissertação.

O objetivo desse estudo foi de analisar a trajetória de evolução da produção de cachaça de Morretes e como têm se organizado a partir dos pressupostos do modelo de SIAL de Muchnik (2006; 2012), buscando avaliar quais têm sido os obstáculos à incorporação da dimensão socioambiental em tais práticas produtivas. A partir da apresentação dos fundamentos epistemológicos e da estrutura conceitual-teórica do enfoque de desenvolvimento territorial sustentável (DTS), SIAL e ecodesenvolvimento, num primeiro momento buscou-se elencar elementos importantes relacionados a fatores condicionantes do surgimento da produção de cachaça em Morretes, destacando os principais atores, instituições e recursos naturais mobilizados nessa trajetória. Procurou-se responder à pergunta: Em que contexto emerge a produção de cachaça de Morretes e quais os fatores condicionantes ao seu surgimento?

Diante dessa questão verifica-se que a produção de cachaça em Morretes existe desde o século XVIII, sendo que seu primeiro registro foi em 1733. A indústria açucareira era fundamental para a economia do Brasil (BORGES, 1990). Muitos colonos italianos insatisfeitos com o custo do frete e com o pouco lucro obtido com a produção no engenho central, construíram seus próprios engenhos, dinamizando a produção na região (BORGES, 1990).

A produção de cachaça, passou por inúmeras transformações nas últimas décadas. Tais mudanças alteraram as condições de concorrência e competitividade. Desde a consolidação da produção em Morretes, o número de alambiques reduziu drasticamente. A produção de cachaça cresceu muito até aproximadamente os anos de 1950, com cerca de 60 engenhos. Entretanto, com dificuldades dos produtores de dar continuidade a atividade, esses engenhos foram fechando, principalmente pela

falta de capital para mantê-los, após uma forte fiscalização do ministério da agricultura em 1958.

Num segundo momento a presente dissertação, procurou responder: O segmento de produção de cachaça de Morretes pode ser considerado um SIAL, a partir dos pressupostos do modelo de Muchnik (2006; 2012) e do DTS?

De acordo com a Rede Sial Brasil (2019), a abordagem SIAL se trata de um enfoque compreensivo, não existindo uma receita pré-estabelecida, onde é necessário a observação e explicação da realidade por parte do pesquisador. Portanto, sua evolução é baseada na vivência dos atores territoriais em função da "realidade" reconhecida no diagnóstico ou por possíveis caminhos imaginados por pesquisadores. Desta forma, cada SIAL é único e sua evolução é fruto da construção de uma relação dialética entre seu território e o SIAL (REDE SIAL BRASIL, 2019). A noção de SIAL, permite a abordagem de vários conceitos que se relacionam ao desenvolvimento territorial sustentável, “que dificilmente poderiam ser abordados sem um “fio condutor”, ou seja, um conceito que os unificassem “(SIQUEIRA, p. 79).

Por meio da pesquisa de campo conclui-se que os elementos que caracterizam SIAL, conforme o modelo de Muchnik (2006), quando confrontados à realidade local da produção de cachaça de Morretes são, ainda, frágeis e insuficientes para sua consolidação.

Através de toda esta conjuntura que envolve a cachaça de Morretes pode-se concluir que a hipótese 1: há no território pesquisado um potencial de SIAL no âmbito dos produtores de cachaça, conforme pressupostos do modelo de Muchnik (2006; 2012) e que podem contribuir para um novo modelo de desenvolvimento social ecologicamente sustentável, o DTS, não foi confirmada. Pois a produção de cachaça de Morretes é um processo social, histórico e cultural construído ao longo do tempo, onde não se perdeu seus traços originais, potencializando o uso e apropriação do espaço. No entanto, os estágios embrionários das relações de cooperação, bem como a pouca relação dessa atividade com as demais atividades econômicas da região e a sua integração com as unidades de conservação, distanciam essa organização produtiva de um SIAL que promova o DTS. As questões da sustentabilidade dessa organização produtiva ainda precisam ser aprofundadas, pois o presente estudo focou na análise da percepção dos produtores e de representantes das instituições de apoio,

merecendo uma avaliação mais profunda a partir de um estudo de toda a cadeia produtiva da atividade.

Dessa forma, a hipótese 2: não existe potencial para um SIAL, conforme pressupostos do modelo de Muchnik (2006; 2012), no âmbito dos produtores de cachaça de Morretes, pois os mesmos estão ainda vinculados a uma lógica produtivista, exclusivamente de mercado, também foi refutada. Existe a necessidade de organização entre os produtores, integração com outras atividades da região e estreitamento relacional com os órgãos fiscalizadores. As relações estabelecidas entre os produtores dessa atividade, em sua grande maioria tem um interesse comercial (mercado). Os vínculos de (proximidade, conhecimento pessoal, convívio, acordos informais etc.) entre os produtores, são fracos. Os mesmos relataram nas entrevistas, que gostariam que esses vínculos fossem fortalecidos, percebe-se que a falta de organização é um impasse para que a produção de cachaça de Morretes evolua. Sendo assim, o estudo não atende nenhuma das hipóteses e carece de uma fase intermediária.

Verifica-se pela pesquisa de campo, que nem todas as dimensões propostas por Muchnik (2006) atendem as características do SIAL. A partir da pesquisa e tomando como base as dimensões, histórica, institucionais, técnica e alimentícia propostas por (MUCHNIK, 2006), os aspectos que atendem, de modo a caracterizar a produção de cachaça de Morretes como um SIAL são:

- Dimensão histórica: A cachaça de Morretes sobrevive ao mercado moderno, mantendo seus traços culturais, históricos e do processo produtivo. A maioria dos entrevistados aprenderam a produzir com seus antepassados, e suas propriedades foram herdadas dos mesmos. Nota-se nas falas dos respondentes o sentimento de pertencimento ao local (construído com base emocional e afetiva). Esses sentimentos de pertencimento são guiados pelas suas raízes identitárias e valorização do local, através das suas histórias e saberes compartilhados. Ainda sobre a dimensão histórica, devido ao reconhecimento e historicidade, o verbete morretiana está presente em diversos dicionários, como sinônimo de cachaça.

- Dimensão institucional: O SEBRAE e a ADETUR são instituições parceiras dos produtores de cachaça, propulsores da sustentabilidade econômica. Elas auxiliam os produtores a alcançarem novos mercados. Essas duas instituições estão apoiando os produtores de cachaça de Morretes a conquistarem uma IG. É preciso destacar

que há problemas de percepção dessas duas instituições quanto a constituição da IG e organização dos produtores.

- Dimensão técnica: O solo e o clima da região favorecem o plantio da cana, principal matéria-prima para produção da cachaça. Morretes produz uma cachaça única, devido ao calor, a umidade, o regime de chuva e a quantidade de sol, características peculiares da cidade. Nesse sentido, fica evidente que o clima de Morretes constitui um ativo específico, pois garante produção em todos os meses do ano, bem como contribui para que a cachaça tenha um envelhecimento específico. O tipo de fermento (caipira) usado na produção, é um diferencial e a cachaça produzida em Morretes é artesanal. As técnicas do processo produtivo não são encontradas em nenhum manual técnico, comprovando que existem práticas e *know how* específicos na produção da cachaça de Morretes, reproduzidas somente naquele território. A cooperação e reciprocidade acontecem entre os produtores vizinhos, através de conversas informais, suprimento de matéria-prima e troca de mercadorias.

- Dimensão alimentícia: As especificidades territoriais da cachaça de Morretes fazem dela um produto único, onde a qualidade é predominante, garantindo a concorrência com produtos com menores preços e padronizados. Os produtores que estão no processo de IG, enxergam um futuro promissor em relação ao mercado consumidor e concorrência, principalmente em termos de consolidação de uma renda de qualidade territorial. A cachaça de Morretes é um produto alimentar regional, considerado patrimônio cultural. Sempre esteve presente na cultura dos morretenses. Esta é uma atividade fundamental, pois fomenta outras atividades econômicas, principalmente ligadas ao turismo em toda a região.

Da mesma forma, com base nas dimensões, histórica, institucionais, técnica e alimentícia propostas por (MUCHNIK, 2006), os aspectos frágeis da produção de cachaça de Morretes e sua possível organização em um SIAL tem-se:

- Dimensão histórica: O SIAL não determina um tempo mínimo para ser consolidado, desde que os empreendimentos envolvidos, contribuam qualitativamente para o desenvolvimento local Muchnik (2006). Verifica-se que alguns engenhos de cachaça de Morretes, a partir dos anos de 2000, procuraram a região atraídos pela fama da cachaça, em busca de oportunidade de mercado. Esses, apesar de produzirem uma cachaça artesanal e orgânica, possuem técnicas de produção

voltadas para a industrialização (equipamentos modernos e produção em massa), fugindo da lógica de desenvolvimento territorial sustentável.

- Dimensão institucional: Os estudos apontam que o poder público local não apoia os produtores de cachaça de Morretes. Não existem linhas de crédito adequadas para esses produtores. As instituições SEBRAE e ADETUR, que estão envolvidas no processo IG, trabalham apenas com os produtores com maior poder aquisitivo. Assim, os que não têm condições financeiras são excluídos do processo, promovendo um tipo de organização produtiva pouco inclusiva.

A maioria dos engenhos trabalham na ilegalidade e carecem de ajuda financeira e consultoria para que consigam se legalizar. O estudo demonstra que a falta de apoio institucional, principalmente para os pequenos produtores de cachaça de Morretes, têm promovido problemas de descontinuidades das suas atividades, bem como problemas na reprodução de seus conhecimentos ao longo do tempo.

- Dimensão técnica: Não existe parceria entre os produtores na busca por novas tecnologias, compra de equipamentos e melhoria na infraestrutura produtiva. Apesar de existirem parcerias entre alguns grupos de produtores, essas estão voltadas à conquista de novos mercados. Existe segregação entre os empreendimentos que participam do processo de IG e os que não participam, e entre aqueles que estão distantes geograficamente uns dos outros, principalmente em relação a parceria e troca de informações.

- Dimensão alimentícia: Os canais de distribuição do produto são limitados, grande parte dos estabelecimentos vendem seus produtos em suas propriedades, desta forma, o cliente tem que se locomover até o local para comprá-los. A elevada tributação e o trabalho informal impedem a conquista de novos mercados, principalmente em outros locais do Brasil ou do exterior. Os produtores que trabalham na informalidade acreditam no declínio ou, até mesmo, na extinção dos seus empreendimentos, interrompendo esse processo cultural.

Quanto a dimensão da sustentabilidade (SACHS, 1986; 2007): Quais os limites e potencialidades da produção de cachaça para que essa atividade seja considerada um SIAL promotor do DTS?

Em geral os processos produtivos da cachaça de Morretes são sustentáveis, todos produtores buscam preservar os recursos naturais, usando-os de forma consciente, reaproveitando o máximo possível desses recursos – água e energia

elétrica. Os produtores, afirmam que a matéria-prima usada na produção não oferece perigo para o meio ambiente. Desta forma, não existe impacto ambiental identificado na percepção dos produtores. Foi constatado, que o cultivo da cana-de-açúcar tem pouco potencial de degradação ambiental, pois a maioria dos produtores não utilizam agrotóxicos ou adubos químicos, podendo caracterizar a produção como orgânica.

Para promover um modo de organização produtiva mais compatível como o DTS faz-se necessário que os atores locais fortaleçam seus vínculos e trabalhem em busca de uma estratégia coletiva.

As relações entre os atores podem ser consideradas como ativos específicos do território. Todavia, tais relações na região pesquisada ainda são bastante embrionárias. Destaca-se para o fato de que há o compartilhamento das histórias e experiências locais no território pesquisado e tal aspecto é considerado elemento fundamental para o capital social (REQUIER-DESJARDINS; BOUCHE; CERDAN, 2006).

Há, também, alguns limites institucionais, tanto de articulação entre organizações produtoras da cachaça (engenhos), quanto das instituições de apoio como SEBRAE e ADETUR. Ou seja, há falta de articulação e compartilhamento de projetos, o que torna essa atividade pouco organizada e com baixa produtividade.

Conclui-se que a atividade de produção da cachaça de Morretes é uma organização produtiva em que os recursos específicos foram parcialmente ativados. A produção de cachaça de Morretes está estagnada ou em declínio.

O processo de IG, aparentemente, não está promovendo o DTS e sim a desigualdade entre os produtores, pois a maioria dos produtores estão fora desse processo. Sendo assim, nesse setor prevalece a produtividade, caminho inverso do que é proposto pelo SIAL e DTS. A IG poderia ser uma saída para o avanço da produção. Porém, necessitaria incorporar os estabelecimentos que não estão no processo, os produtores informais, mas para tal necessita da ajuda do poder público e das instituições de fomento. Essas instituições são fundamentais, primeiramente para tornar os empreendimentos ilegais em legais e, em consequência, avançarem para a IG, dando continuidade dessa importante atividade tradicional e cultural da região evitando a extinção dos produtores ilegais.

Fica como prospecção e provocação para futuras pesquisas, o desafio para se pensar o DTS como passagem da estratégia de IG para uma cesta de bens.

Evitando que a estratégia de IG beneficie poucos produtores, geralmente os mais consolidados, gerando mais crescimento econômico que desenvolvimento (DENARDIN, 2016). “A IG não é o fim, é uma possibilidade para desencadear um processo de desenvolvimento territorial que valorize os produtos e o saber-fazer do território” (DENARDIN, 2016, p. 68).

A cesta de bens como alternativa para promoção do DTS, em especial para o território de Morretes, é uma construção social que tem o objetivo de ampliar os ganhos coletivos (DENARDIN, 2016). Uma alternativa seria o de engajar outros municípios do litoral do Paraná, associando o turismo e outros empreendimentos, com intuito de fortalecer o desenvolvimento integral, promovendo um ganho plural. Para tanto, há necessidade de um maior engajamento da sociedade civil local, dos empreendedores locais e maior participação do poder público, principalmente da secretária de turismo da região. A existência de uma paisagem que promove o turismo, em função das UCs (Área de Especial Interesse Turístico – AIET do Marumbi, Área de Proteção Ambiental – APA Estadual de Guaratuba, Parque Estadual da Graciosa, Parque Estadual do Pau Oco, Parque Estadual Pico do Marumbi e Parque Estadual Roberto Ribas Lange), bem como a preservação da cultura local, por meio do barreado entre outras comidas típicas, podem ser considerados ativos específicos a serem incorporados na cesta de bens do litoral do Paraná.

Por fim, além das contribuições citadas acima, este estudo demonstra que, tais alternativas poderiam produzir um projeto de território com valores que ultrapassam a lógico de mercado, estritamente capitalista, encontrando vias efetivas, que promovam o Desenvolvimento Territorial Sustentável.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, Cinthia Maria de Sena. **Porto de Paranaguá: transformações espaciais decorrentes do processo de modernização capitalista e integração territorial entre os anos 1970 e 2010**. 2011. 295 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pósgraduação em Geografia, Setor de Ciências da Terra da Universidade Federal do Paraná, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ (ADETUR). **Gestão e Políticas**. Disponível em:< <https://adetur.litoral.com.br/gestatildeo-e-politicas.html>> Acesso em 25/03/2019.

AMBROSINI, L. B.; FILIPPI, E. E.; MIGUEL, L. A. SIAL: análise da produção agroalimentar a partir de um aporte territorialista e multidisciplinar. **Revista IDEAS**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 6-31, jan.-jun. 2008.

AMBROSINI, L. B. **Sistema Agroalimentar do Queijo Serrano: Estratégia de reprodução social dos pecuaristas familiares dos Campos de Cima da Serra – RS**. 194 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

ANACLETO, A. et al. Estratégias de comercialização de aguardente artesanal no litoral paranaense. *Revista de Administração da UEG, Aparecida de Goiânia*, v.5, n.1, jan./abr. 2014.

ANDION, M. C. **Atuação das ONGs nas dinâmicas de desenvolvimento territorial sustentável no meio rural de Santa Catarina: os casos da APACO, do Centro Vianei de Educação Popular e da Agreco**. Florianópolis, 2007. 385 f. (Tese de Doutorado, Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas), UFSC, Florianópolis, 2007.

ANTÔNIO, T. D. **Pesquisa de marketing: livro didático** / Terezinha Damian Antônio; designer instrucional Viviane Bastos. – 2. ed. – Palhoça: UnisulVirtual, 2011.

ARAÚJO, M. J. **Fundamentos de agronegócio**. São Paulo: Atlas, 2007.

ARAÚJO, A. C. M.; GOUVEIA, L. B. Uma revisão sobre os princípios da teoria geral dos sistemas. **Estação Científica** - Juiz de Fora, nº 16, julho – dezembro / 2016.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Morretes, PR**. Disponível em <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/morretes_pr>. Acesso em 13 set. 2018.

BALDIN, N.; MUNHOZ, E. M. B. Snowball (Bola de Neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. In: Congresso nacional de educação, 10. 2011, Curitiba, PR. **Anais...** Curitiba, PR: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, p.329-341, 2011.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70 Ltda, 1977.

BERTONCELLO, A. G.; SILVA, K. F. R.; GODINHO, A. M. M. Indicação Geográfica Protegida: Agrega Valor ao Produto e Induz ao Desenvolvimento Regional? O Caso da Cachaça de Paraty . *Desafio Online*, v. 4, n. 1, p. 1-27, 2016.

BONI, V; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC** v. 2 n. 1 (3), p. 68-80, janeiro-julho, 2005.

BORGES, L. A imigração italiana em Morrretes. Curitiba. Editora o formigueiro, 1990.

BORJA, J.; CASTELLS, M. **Local y Global**: la gestión de las ciudades en la era de la información. Barcelona: Taurus, 1997.

BOUCHER F.; REYES G. J. A. El Enfoque SIAL como catalizador de la acción colectiva: casos territoriales en América Latina. *Estudios Sociales, Revista de investigación científica*, 25 (47): 11-37, jun. 2016.

BOUCHER, F. ; REQUIER-DESJARDINS. D. La Concentration des Fromageries Rurales de Cajamarca: Enjeux et Difficultés d'une Stratégie Collective d'Activation Liée à la Qualité. In: **COLLOQUE SYAL, Montpellier. Actes...** Montpellier: GYS SYAL, 2002.

CAMPOS, C. J. G. **MÉTODO DE ANÁLISE DE CONTEÚDO: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde**. Rev Bras Enferm, Brasília (DF) 2004 set/out;57(5):611-4. <http://www.scielo.br/pdf/reben/v57n5/a19v57n5.pdf>

CAPORALI, R.; VOLKER, P. (Org.). **Metodologia de desenvolvimento de arranjos produtivos locais**: Projeto Promos – Sebrae – BID: versão 2.0. Brasília: Sebrae, 2004.

CARRIÈRE, J, P.; CAZELLA, A, A. Abordagem Introdutória Ao Conceitode Desenvolvimento Territorial. **Eisforia**, Florianópolis, v.4, n. especial, p. 1 – 336, dez. 2006.

CASSIOLATO, J. E., LASTRES, M. M. H.; O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas. In: LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. C.; MACIEL, M. L. (Orgs). **Pequena Empresa: cooperação e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: editora RelumeDumará, 2003, p. 21 - 34.

CASSIOLATO, J. E.; SZAPIRO, M. **Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais no Brasil - Proposição de Políticas para a Promoção de Sistemas Produtivos Locais de Micro, Pequenas e Médias Empresas**. In: Notas técnicas da fase II do Projeto "Proposição de políticas para a promoção de sistemas produtivos e inovativos locais de micro, pequenas e médias empresas brasileiras". Rio de Janeiro: UFRJ, Redesist, 2002.

CASTELLANO, F, O.; **Território E Desenvolvimento Rural: O Caso Dos Engenhos De Farinha De Mandioca Do Litoral Centro-Sul De Santa Catarina**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Florianópolis, 2015.

CAVAGNOLLI, S. M. **Morretes: passado sem ruínas** - Morretes: Grafica e editora Stella Maris, 1995.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; DA SILVA, R. **Metodologia Científica**, 6. Ed., São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CIRAD/SAR. **Systèmes agroalimentaires localisés** (organisations, innovations et développement local). Proposition d'animationscientifiquedulaboratoire STSC, n. 134/96. 1996.

DELGADO, P. R.; BAZOTTI, A.; CINTRA, A. U. Jovens Rurais e Agrícolas no Paraná – Dimensionamento Populacional e Perfil Socioeconômico. Cad. IPARDES. Curitiba, PR, eISSN 2236-8248, v.6, n.1, p. 1-19, jan./jun. 2016.

DENARDIN, Valdir Frigo; KOMARCHESKI, Rosilene; SULZBACH, Mayra Taiza. Farinheiras no Litoral do Paraná: uma análise a partir da noção de sistema agroalimentar localizado: SIAL Farinheiras. IN: DENARDIN, Valdir Frigo; KOMARCHESKI, Rosilene (Orgs.). **Farinheiras do Brasil: tradição, cultura e perspectivas da produção familiar de farinha de mandioca**. Matinhos: Editora UFPR Litoral, 2015. p. 197 – 217.

_____, V.F. Desenvolvimento Territorial e Estratégias de Valorização da Origem de Bens Alimentares. **O sabor da origem: produtos territorialidades na nova dinâmica dos mercados alimentares**. Porto Alegre: Escritos do Brasil, 2016.

_____, V. F. et al. **Distribuição de benefícios ecossistêmicos: o caso do ICMS ecológico no litoral paranaense**. Redes, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 2, p. 184-198, maio/ago. 2008.

DALLABRIDA, V. R. Do debate teórico sobre o desenvolvimento territorial aos desafios de sua prática. In: DALLABRIDA, Valdir Roque (org.) **Desenvolvimento territorial: políticas públicas brasileiras, experiências internacionais e indicação geográfica como referência**. São Paulo: LiberArs. 2014. p. 17-32.

_____, V.R. A Gestão Territorial Através Do Diálogo e da Participação. **Revista electrónica de Geografía y Ciencias Sociales Universidade de Barcelona**. ISSN: 1138-9788. Depósito Legal: B. 21.741-98 Vol. XI, núm. 245 (20), 1 de agosto de 2007.

_____, V. R. **Ativos territoriais, estratégias de desenvolvimento e governança territorial: uma análise comparada de experiências brasileiras e portuguesas**. EURE (Santiago), Santiago, v. 42, n. 126, p. 187-212, maio 2016.

_____, V. R. Governança territorial: do debate teórico à avaliação da sua prática. **Análise Social**, Lisboa, v. 2, p. 304-328, 2015. Disponível em: < http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/AS_215_a04.pdf >. Acesso em: 06 dez. 2018.

_____, V. R. **Território e desenvolvimento sustentável: indicação geográfica da erva-mate de ervas nativas no Brasil**¹. Informe Gepec, Toledo, v. 16, nº 1, p. 42-59, 2012.

DERETTI, Sandro V. **Gestão da Informação de Marketing em Redes de Cooperação do Varejo de Materiais de Construção do Paraná: Um Estudo de Multicasos**. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal do Paraná- Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Curitiba/PR, 2012.

Instituto paranaense de assistência técnica e extensão rural do Paraná (EMATER – PR). **Missão, visão e papéis**. Disponível em: <<http://www.emater.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=45>> Acesso em: 18 de maio de 2019.

ESTADES, N. P. O litoral do Paraná: entre a riqueza natural e a pobreza social. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 8, p. 25-41, jul/dez. 2003.

FERREIRA, J. C. V. 1954 – **O Paraná e seus municípios**. João Carlos Vicente Ferreira. – Maringá, PR : Memoria Brasileira, 1996.

FERREIRA, M. C. P. J. **Distritos industriais: opção de desenvolvimento**. São Luís, 23 de Julho de 2003.

FIESC – Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, 2018. Disponível em: <<http://www4.fiescnet.com.br/pt/setores/agroalimentar>> Acesso em: 16 set. 2018.

FILHO, A. J. T. **Produção de cana-de-açúcar e qualidade da cachaça em Morretes, Pr**. Dissertação (Curso de Pós-Graduação em Agronomia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba/PR, 2008.

FREITAS, W. F. **Histórias de Paranaguá: das origens à atualidade**. Paranaguá, IHGP, 1999 560 p.

FURTADO, C. Os desafios da nova geração. **Revista de Economia Política**, Brasília, v. 24, n. 4 (96), out-dez. 2004.

GARCÍA, Rolando. **Sistemas complejos: Conceptos, método y fundamentación epistemológica de la investigación interdisciplinaria**. Gedisa Editorial. Barcelona, 2006.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GUIMARÃES, A, G. et al. (Org.) **O rural contemporâneo em debate: temas emergentes e novas institucionalidades**. Ijuí-RS: Unijuí, 2015.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HOJE EM DIA. **Negócios que desafiam o tempo: donos de lojas do século passado revelam receita do sucesso**. Disponível em: <

<https://www.hojeemdia.com.br/primeiro-plano/neg%C3%B3cios-que-desafiam-o-tempo-donos-de-lojas-do-s%C3%A9culo-passado-revelam-receita-do-sucesso-1.653525>>. Acesso em: 24 mai. 2019.

HUNZICKER, E. J. **Assim nasceu o “Hino Morretense”**. Curitiba: JM Livraria Jurídica, 2008.

INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ – IAP- **Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos**. Disponível em:< <http://www.iap.pr.gov.br/pagina-288.html>> Acesso em: 05 jun. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo Demográfico 2010: **Resultados gerais da amostra**. Disponível em:< <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/morretes/panorama>>. Acesso em: 14 set. 2018.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – IPARDES. **Cadernos Municipais**, 2018. Disponível em:<<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=83350>>. Acesso em: 13 set. 2018.

JUNGES, C. Cachaça: a legítima morretiana. **Gazeta do Povo**, 24 nov. 2011. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/especiais/litoral/cachaca-a-legitima-morretiana-98b3c1sb4fbhm52lkas2f9t8u/#enviar-por-email>>. Acesso em: 16 jan. 2018.

KNOPIK, M. A.; FLEIG, D. **Perspectivas da Cadeia Produtiva da Cana-de-Açúcar no Sistema Orgânico. O caso de Morretes, PR**. Rev. Bras. De Agroecologia/nov. 2009 Vol. 4 No. 2

LEAL, C. T. Conselho do Litoral: gestão democrática do espaço costeiro. **R. paran. Desenv.**, Curitiba, n. 99, p. 83-95, jul./dez. 2000.

LINS, H. E. Sistemas agroalimentares localizados: possível “chave de leitura” sobre a maricultura em Santa Catarina. **RER**, Rio de Janeiro, n. 2, vol. 44, abr/jun 2006, p. 313-330.

LLORENS, F. A. **Desenvolvimento econômico Local**: caminhos e desafios para a construção de uma nova agenda política. Rio de Janeiro: BNDES, 2001.

MAIOKI, G. J.; DALLABRIDA, V. R. **A indicação geográfica de produtos: um estudo sobre sua contribuição econômica no desenvolvimento territorial**. INTERAÇÕES, Campo Grande, v. 16, n. 1, p. 13-25, jan./jun. 2015

MARSHALL, A. **Princípios de Economia**. Coleção os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MEIRA, E. D. **A cachaça morretiana e seus usos turísticos na contemporaneidade**. Cadernos do CEOM - Ano 26, n. 39 - Economia Criativa e Economia da Cultura, dez. 2013.

_____, E. D. **História de um patrimônio cultural: a cachaça morretiana.** Dissertação (Mestrado) - Universidade da Região de Joinville – Univille – Joinville – SC 2013.

MILONE, P. C. Crescimento e desenvolvimento econômico. In: MONTORO FILHO, André Franco et al. **Manual de economia.** São Paulo: Saraiva, 1998.

MORIN, E. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento** / Edgar Morin; tradução Eloá Jacobina. - 8a ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

MORRETES. **Prefeitura Municipal,** 2018. Disponível em: <<http://www.morretes.pr.gov.br/index.php/municipio>>. Acesso em: 13 set. 2018.

NETO, A. J. **Redes de cooperação produtiva: antecedentes, panorama atual e contribuições para uma política industrial.** Tese (Livre Docência) – Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

MENEZES, E. C. de O. **INDUSTRIALIZAÇÃO E MEIO AMBIENTE NO ESTADO DE SANTA CATARINA.** Estudo de caso sobre a evolução e os impactos socioambientais do segmento têxtil-vestuarista na microrregião do Alto Vale do Itajaí. Tese (doutorado)- Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2009.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade.** 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOATI, P. **La crise de la grande distribution.** Paris: Odile Jacob, 2001.

MUCHNIK, J. Sistemas agroalimentarios localizados: evolución del concepto y diversidad de situaciones. In: **III Congreso Internacional de lared sial: alimentación y territorios.** Baeza, España. p. 18-21, oct. 2006.

_____, J. et al. Systèmes Agroalimentaires Localisés. Dossier Systèmes agroalimentaires localisés. **Economies et Sociétés.**, n. 29, p. 1465-1484, sep. 2007.

_____, J.; CAÑADA, J. S.; SALCIDO, G. T. Systèmes agroalimentaires localisés: état des recherches et perspectives. **CahiersAgricultures** v. 17, n. 6, nov-déc. 2008.

_____, J. **Sistemas agroalimentarios localizados: desarrollo conceptual y diversidad de situaciones.** In: SALCIDO, G. T.; TORRES, R. M. L. Los sistemas agroalimentarios localizados: Identidad territorial, construcción de capital social e instituciones. Colección Alternativas. México: Imprensa Juan Pablos, 2012. p. 25-42.

NASCIMENTO, E. C. **Malhas da reciprocidade: a pesca coletiva da tainha na ilha do mel.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, Matinhos/PR, 2015.

OLAVE, M. E. L.; AMATO NETO, João. Redes de cooperação produtiva: uma estratégia de competitividade e sobrevivência para pequenas e médias empresas. **Gest. Prod.**, São Carlos , v. 8, n. 3, p. 289-318, dec. 2001.

OLIVARES, G. L.; DALCOL, P. R. T. Avaliação da contribuição de aglomerados produtivos para o desenvolvimento local no estado do Rio de Janeiro. **Production**, São Paulo, v. 24, n. 4, p. 833-846, dec. 2014.

OLIVEIRA, G. B. **Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento**. Rev. FAE, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, maio/ago. 2002.

OSTA, B. R. L. **Bola de Neve Virtual: O Uso das Redes Sociais Virtuais no Processo de Coleta de Dados de uma Pesquisa Científica**. Revista Interdisciplinar de Gestão Social, v. 7, n. 1, p. 15-37, 2018.

PARANAGUÁ. Prefeitura de Paranaguá cidade mãe do Paraná. Disponível em: <<http://www.paranagua.pr.gov.br/>>. Acesso em: 27 fev. 2019.

PEDROSO, P. **Um brinde à vida a história das bebidas**. São Paulo: DBA, 2014.

PECQUEUR, B. A guinada territorial da economia Global. **Eisforia**, Florianópolis, v.4, n. especial, p. 1 - 336, dez. 2006.

_____, B. Qualidade e desenvolvimento territorial: a hipótese da cesta de bens e de serviços territorializados. **Eisforia**, Florianópolis, v.4, n. especial, p. 1 - 336, dez. 2006.

_____, B. Qualité et développement territorial: l'hypothèse du panier de biens et de services territorialisés. **EconomieRurale**, Grenoble, p. 37- 49, 2001.

_____, B. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do sul. Florianópolis: **Raízes**, v. 24, n.1-2, p. 10-22, jan./dez. 2005.

PIERRI, N. et al. **A ocupação e o uso do solo no litoral paranaense: condicionantes, conflitos e tendências**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 13. Editora UFPR. p. 137-167, 2006.

PORTAL MORRETES. **Cachaça: a legítima morretiana**. Disponível em: <<https://www.morretes.com/cachaca-a-legitima-morretiana/>>. Acesso em: 03 ago. 2017.

PORTER, M. E. **Clusters and the economics and competition**. Harvard Business Review, v. 76, n. 6, p. 77-90, 1998.

PORTER, M. E. **Clusters e competitividade**. HSM Management, v. 3, n. 15, p. 100-110, jul./ago. 1999.

PORTO MORRETES. **Cachaça orgânica**. Disponível em: <<https://www.portomorretes.com.br/pagina/cachaca-organica.html>>. Acesso em: 23 mai. 2019.

RATTNER, H. Indicadores sociais e planificação do desenvolvimento. **Rev. adm. empres**. São Paulo, v. 17, n. 1, p. 21-27, fev. 1977.

REDE SIAL BRASIL. **O Conceito de SIAL**. Disponível em: <<http://redesialbrasil.blogspot.com/p/o-conceito-de-sial.html>>. Acesso em: 20 jan. 2019.

REQUIER-DESJARDINS, D; BOUCHER, FRANÇOIS; CERDAN, C. Globalização, vantagens competitivas e sistemas agroindustriais localizados em zonas rurais de países latino-americanos. **Eisforia**, Florianópolis, v.4, n. especial, p. 1 - 336, dez. 2006.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

RIBEIRO, Á. K. et al. Arranjo Produtivo Local (Apl) como Estratégia de Potencializar as Fronteiras Mercadológicas do Apicultor no Perímetro de Irrigação Senador Nilo Coelho em Petrolina-PE. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, ISSN 2238-5320, UNEB, Salvador, v. 3, n. 2, p. 99-120, maio/ago., 2013.

SACHS, I. Prefácio. In: VEIGA, J.E. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. 2 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

_____, I. **Desenvolvimento includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

_____, I. **Ecodesenvolvimento: Crescer sem Destruir**. São Paulo: Vértice, 1986.

_____, I. **Rumo a ecossocioeconomia: Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento**. Paulo Freire Vieira (org.). São Paulo: Cortez, 2007.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SANTOS, F. O. **Alguns impactos das unidades de conservação no município de Antonina**. Artigo apresentado ao Curso de Graduação em Gestão Ambiental da Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, Matinhos/PR, 2013.

SAMPAIO, A. B. F. **Desenvolvimento econômico e a Formação de Distritos industriais: O caso da Terceira Itália**. FACEF Pesquisa, Franca-SP, Centro Universitário de Franca/Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, v. 5, n. 3, p. 7-14, 2002.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, v. 1. n. 1, p. 7-13, 1999.

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS (SEMA). **Programa proteção da floresta atlântica - Pró-Atlântica/Paraná**. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B1cydfxF6KZYzkxY2VkNjAtNWYyYS00NWl3LTkyZWEtNTA3ZmYzYmEzZjA1/view>> Acesso em: 05 jun. 2019.

_____, (SEMA). **Área de Proteção Ambiental de Guaratuba**. Disponível em:<<http://www.meioambiente.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=121>> Acesso em: 05 jun. 2019.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **Indicações Geográficas do Litoral do Paraná**. Disponível em:<<http://www.sebraepr.com.br/PortalSebrae/sebraeaz/Indica%C3%A7%C3%A3o-Geogr%C3%A1fica>> Acesso em: 03 ago. 2017.

SCHMITZ, H. Eficiência Coletiva: caminho de crescimento para a indústria de pequeno porte. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 164-200, 1997.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SGARBI SANTOS, J.; MENASCHE, R. **Valorização de produtos alimentares tradicionais: os usos das indicações geográficas no contexto brasileiro**. Cuad. Desarro. Rural, Bogotá, v. 12, n. 75, p. 11-31, jun. 2015.

SILVA, D. A. et al. Do Desenvolvimento como Crescimento Econômico ao Desenvolvimento como Liberdade a Evolução de um Conceito. **Desenvolvimento em Questão**, v. 16, n. 42, p. 42-71, 2018.

SIQUEIRA, C. M. **Sistema agroalimentar localizado (sial) e as atividades de comunidades do entorno da pr – 508 (rodovia alexandra-matinhos)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, Matinhos/PR, 2016.

SMITH, A. **A riqueza das nações**: investigação sobre a sua natureza e as suas causas. Tradução Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultura, 1996.

SOUZA, N. de J. **Desenvolvimento econômico**. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 1999.
SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. Tradução: Maria Sílvia Possas. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SOUZA, J. O. **Economia solidária desenvolvimento territorial sustentável: estudo da atuação das mulheres em um empreendimento de economia solidária da região metropolitana de Curitiba**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, Matinhos/PR, 2018.

SPECHT, S. **O território do morango no Vale do Caí/RS: análise pela perspectiva dos sistemas agroalimentares localizados**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Porto Alegre, 2009.

TAVARES, A. G.; DANTAS, J. P.; NÓBREGA, W. R. M. A cachaça como patrimônio cultural e turístico. **Revista Hospitalidade**, v. 12, n. 1, p. 387-410, 2015.

TRINDADE, A. G. **Cachaça: um amor brasileiro**. São Paulo: Melhoramentos, 2006.

VALE, G. M. V.; CASTRO, J. M. de. Clusters, arranjos produtivos locais, distritos industriais: reflexões sobre aglomerações produtivas. **Análise Econômica**, Porto Alegre, Ano 28, n. 53, p. 81-97, mar. 2010.

VEIGA, J.E. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. 3 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

_____, J. E. **Desenvolvimento sustentável, que bicho é esse?** / José Eli da Veiga & Lia Zatz. – Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

VIEIRA, M. M. F. **Pesquisa qualitativa em administração**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

VIEIRA, P. F. Rumo ao desenvolvimento territorial sustentável: esboço de roteiro metodológico participativo. **Eisforia**: desenvolvimento territorial sustentável: conceitos, experiências e desafios teórico-metodológicos. Florianópolis, v. 4, n. especial, dez. 2006.

_____, P. F. Políticas ambientais no Brasil: Do preservacionismo ao desenvolvimento territorial sustentável. **Política & Sociedade**. n. 14, abril. 2009.

VINUTO, J. A Amostragem em Bola de Neve na Pesquisa Qualitativa: Um Debate em Aberto. **Temáticas**, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203-220, ago/dez. 2014.

WACHOWICZ, R. C. **História do Paraná**. 6 ed. Curitiba: Editora Gráfica Vicentina Ltda., 1988.

WEISS, C. R.; SCHULTZ, G. OLIVEIRA, L. Clusters and competitiveness: A survey on scientific production in the base Web of Science. **Revista espacios**. v. 38 n. 06, 2017.

APÊNDICE 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTAS (PRODUTORES, INSTITUIÇÕES DE APOIO E HISTORIADOR)

ENTREVISTA APLICADO AOS PRODUTORES DE CACHAÇA DE MORRETES – PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL – PPGDTS - UFPR - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - SETOR LITORAL

___/___/___

Os dados serão utilizados pela UFPR LITORAL para pesquisas e quesito para aprovação no curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável (PPGDTS).

Mestrando Responsável: Eder Bruno Couto Curvelo

DADOS GERAIS

- 1- Produtor/representante de instituições de apoio
- 2- Idade
- 3- Escolaridade/profissão
- 4- Nome do estabelecimento (engenho/alambique/instituição de apoio)
- 5- Nome da cachaça que produz (como está no rótulo)

BLOCO A

TERRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO

- 1- O Sr. conhece um pouco da história da região, conte um pouco da história de Morretes? Como se deu a forma de colonização e povoamento?
- 2- De que forma foi se estruturando a socioeconomia da região? Quais as principais atividades econômicas no início de Morretes? Quais as que permaneceram até hoje e quais as que sucumbiram? E porquê?
- 3- Como surge a produção de cachaça em Morretes? Poderia contar um pouco da trajetória da produção de cachaça, dos primeiros produtores até os dias atuais?
- 4- Quais os recursos que mobilizou a implementação dos engenhos de cachaça em Morretes?
- 5- Quais foram os primeiros produtores de cachaça? Eles já eram habitantes de Morretes? De famílias conhecidas?
- 8- Existem outros produtores de cachaça no Litoral? Em que municípios?

BLOCO B

SIAL

O Sial é definido: organizações de produção e serviço (unidades de produção agrícola, agroalimentares, empresas comerciais e restaurantes) associadas por suas características e funcionamento a um território específico. O meio ambiente, os produtos, os homens, suas instituições, seu saber-fazer, seus hábitos alimentares, suas redes de relacionamentos, se combinam em um território para produzir uma forma de organização agroalimentar em uma determinada escala espacial (CIRAD-SAR, 1996, p.5).

A- DIMENSÃO HISTÓRICA

- 1- O Sr. nasceu na região? Se não de onde veio, de outra região do PR ou do Brasil? Qual?

QUANDO PRODUTOR:

- 2- Sua produção é de origem familiar? Se sim desde quando sua família produz cachaça? Se não porque veio para região? Veio para produzir cachaça?
- 3- Conte-me um pouco de sua história com relação a produção de cachaça. Como surgiu a produção? Com quem aprendeu a produzir (pai, avô, em escolas de formação profissional, etc.)
- 4- O senhor (a) gostaria que seu filho ou membro da família continuasse a produzir cachaça?

QUANDO INSTITUIÇÃO DE APOIO:

- 5 - A produção de cachaça de morretes é de origem familiar? Quantas famílias trabalham com a atividade no município?

6- Desde quando produz cachaça na região?

7 – Há aspectos regionais, econômicos ou mesmo políticos que são empecilhos para que a produção de cachaça avance? Quais são esses problemas?

B- DIMENSÃO INSTITUCIONAL

1- A infraestrutura local vem melhorando? (transporte, comunicação, serviços de saúde e educação, etc.) De que modo essa infraestrutura local contribui para melhoria das condições e produção da cachaça? Os produtores de cachaça local exercem algum tipo de influência sobre essa melhoria?

2- Quais as instituições e atores mais importantes que dão suporte para a produção de cachaça no Litoral e principalmente em Morretes (prefeitura/ sindicato/ associação/ cooperativa /SEBRAE/ EMATER ETC.)?

a) Os interesses da comunidade local, dos produtores de cachaça são compatibilizados nas políticas da Prefeitura? Quais políticas do governo do Estado e do governo Federal tem impactado sobre a produção de cachaça, bem como do desenvolvimento do seu município?

3- Existem espaços de discussão sobre os problemas do desenvolvimento de Morretes? Quais são esses espaços?

4- Na sua opinião, a produção de cachaça tem representatividade junto à economia da região? Qual a importância dessa atividade para a economia da região? Ela tem gerado emprego? Em quais atividades? Tem gerado fixação do agricultor no campo?

5- O Sr. conhece os números da produção, geração de emprego e renda gerado pela produção da cachaça (mensal ou anual)?

6- A produção é formal ou informal? As unidades produtivas têm CNPJ? Contratam trabalhadores com carteira assinada? Ou quem trabalha é apenas a família.

7- Na sua opinião, quais instituições poderiam apoiar os produtores e a produção de cachaça de Morretes? O que o poder público poderia fazer para melhorar a produção de cachaça?

8- Existem linhas de crédito adequada para os produtores? O Sr. Utiliza crédito ou vale-se de recursos próprios/familiares?

9- O senhor (a), acha que a cachaça contribui para alavancar outras atividades econômicas (turismo, bala de banana, barreado) do litoral do Paraná e mesmo de Morretes? Como?

3- DIMENSÃO TÉCNICA

1- Quais são as variedades de cachaça e cana que produz? Essas variedades de cana e processos têm alguma relação com o território (condições climáticas, água, mão de obra e know how etc.).

2- O solo e o clima da região favorecem a produção? Explique como.

3- A produção é artesanal ou industrial? Há práticas e know how na produção da cachaça somente realizados em Morretes? Quais?

4- A força de trabalho vem de outras regiões ou da cidade de Morretes?

5- Quem trabalha com o Sr. na produção de cachaça?

6- Quantas pessoas trabalham na produção? Ou a sua mão de obra é familiar?

7- A cana usada na produção é colhida na sua propriedade ou vem de fora?

8- Existe alguma técnica diferenciada na cachaça que você produz? Se sim, qual? Na sua opinião esse é um saber fazer dos produtores do município ou são práticas vindas de fora?

COOPERAÇÃO

O significado genérico de **cooperação** é o de trabalhar em comum, envolvendo relações de confiança mútua e coordenação, em níveis diferenciados, entre os agentes. Em arranjos produtivos locais, identificam-se diferentes tipos de cooperação, incluindo a cooperação produtiva visando a obtenção de economias de escala e de escopo, bem como a melhoria dos índices de qualidade e produtividade; e a cooperação inovativa da região produtivo local. Também a cooperação baseada em relações de reciprocidade e confiança que se estendem além do campo econômico. A cooperação pode ocorrer por meio de:

- Intercâmbio sistemático de informações produtivas, tecnológicas e mercadológicas (com clientes, fornecedores, concorrentes, comunidade local, etc.);
- Interação de vários tipos, envolvendo empresas e outras instituições, por meio de programas comuns de treinamento, realização de eventos/feiras, cursos e seminários, entre outros.
- Integração de competências, por meio da realização de projetos conjuntos, incluindo desde melhoria de produtos e processos até pesquisa e desenvolvimento propriamente dita, entre empresas e destas com outras instituições.
- Integração com outros setores/atividades da região por meio de troca de informações, formação de parcerias, consórcios, cooperativas, etc.

7- Existe cooperação entre os empresários da região? Em quais espaços há cooperação? Quais tipos de relações de cooperação: parceria na compra de máquinas e equipamentos? Cooperação na compra de matéria-prima? Cooperação na troca de técnicas e saber fazer? Outros. Quais?

8- Qual a relação dos senhores (a) com os outros produtores? Há grau de parentesco, amizade? Vocês se reúnem para conversar sobre a produção de cachaça? Como ocorre essas reuniões? Que tipo de informação é compartilhada?

9 – E com a comunidade local existe troca de informações? Quais tipos de informações?

10- As relações estabelecidas entre os produtores dessa atividade são baseadas na confiança (proximidade, conhecimento pessoal, convívio, acordos informais etc.) ou são baseadas exclusivamente em relações comerciais(mercado)?

11 - Quais as principais dificuldades encontradas pelos produtores de cachaça (contratar empregados, capital de giro, relacionamento com o setor público, outros etc.)?

12 - Quais as formas de cooperação realizadas entre a sua unidade produtiva e outras organizações/clientes/governo (compra conjunta de insumos, venda com junta, participação conjunta em feiras, obtenção de financiamento etc.?)

13 - Quais os agentes com quem o Sr. Coopera (universidades, SEBRAE, ADETUR etc.? Que tipo de parceria é realizada? Explique ou exemplifique uma situação comum.

14- Quais as principais vantagens de produzir cachaça nessa região? Descreva.

4- DIMENSÃO ALIMENTÍCIA

1- O que diferencia seu produto dos demais? Quais as especificidades da cachaça em relação aos demais produtos da região? O volume de produção atende à demanda do mercado consumidor?

2- Se não atendem há algum tipo de estratégia para resolver a falta de produto? Qual? Essas estratégias são pensadas pelo conjunto de produtores? Em quais espaços?

- 3- Quais são os canais de distribuição até o consumidor? Há intermediários para realizar a comercializamos? Ou os produtores vendem ou têm estratégias individuais?
- 4- Qual o mercado de destino da produção da cachaça? Em geral é local, regional, nacional ou exterior?
- 5- Quem são os compradores? Qual o se perfil?
- 6- Quais são os principias concorrentes? São empresas locais ou de fora da região? Se houver.
- 7- Como o senhor (a) enxerga o futuro da cachaça de Morretes? Em termos de mercado consumidor e concorrentes?
- 8 – Existe algum tipo de identificação na cachaça que o senhor produz, selo, etiqueta etc.?

BLOCO C

SUTENTABILIDADE

- 1 – No que se referia a como você realiza suas atividades: Possui sistemas de acúmulo da água da chuva e mesmo de painéis solares para consumo de energia e as utiliza na produção de cachaça?
- 2- Portanto, como o Sr. descarta os dejetos da sua produção? Há algum tipo de padrão utilizado para reaproveitamento dos dejetos do processo de produção? Há diretrizes do poder público local? Quais?
- 3- Como o conjunto dos produtores pensa o reaproveitamento dos dejetos da sua produção? É pensado coletivamente?

- 4- Quais os principais problemas da unidade produtiva e do setor ligados a poluição e degradação ambiental?
- a) Quais os recursos mais utilizados pelos produtores de cachaça?
() A água () O ar () O solo () As matas e florestas () Outros
- b) Que tipos de danos estão sendo causados a esses recursos?
- 5- O senhor considera que a produção de cachaça causa danos aos recursos naturais citados anteriormente? Por quê?
- 6- A matéria prima usada oferece perigo ao meio ambiente? Quais?
- 7- Como a sua unidade produtiva trabalha para diminuir as consequências dos impactos ambientais?

BLOCO D

QUESTÕES EXTRAS

- 1- Possui algum selo de qualidade?
- 2- Qual futuro o senhor acha que terá a cidade e a cachaça de Morretes?
- 3- O que levou os produtores de cachaça se organizarem para consolidarem o processo de IG? Como está o processo de Indicação Geográfica?
- 4- O que o senhor espera com essa certificação?
- 5- Qual a tendência de desenvolvimento da atividade no município na sua opinião?
- 6- Quer registrar mais algum comentário?
- 7- O Sr (a). autoriza a publicação da entrevista?
- 8- O Sr (a). autoriza a publicação de fotos suas e/ou de sua propriedade?
- 9- O Sr (a) autoriza a gravação da entrevista?